

1 **ATA DA CENTÉSIMA VIGÉSIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO**
2 **UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS.** Aos vinte e
3 nove dias do mês de novembro de dois mil e onze, às nove horas, reuniu-se o Conselho
4 Universitário da Universidade Estadual de Campinas, em sua sede, no prédio da Reitoria II,
5 Cidade Universitária “Zeferino Vaz”, em Barão Geraldo, Campinas, sob a presidência do
6 **MAGNÍFICO REITOR**, Professor Doutor **FERNANDO FERREIRA COSTA** e com o
7 comparecimento dos seguintes conselheiros: Adalberto Bono Maurizio Sacchi Bassi, Adilton
8 Dorival Leite, Alan Godoy Souza Mello, Alberto Soares da Silva, Alvaro Penteadó Crósta,
9 Antonio Alcir Bernárdez Pécora, Bruno Modesto Silvestre, Caio José Colletti Negreiros,
10 Carlos Henrique Polli, Claudia Maria Bauzer Medeiros, Cláudio José Servato, Daniel Pereira,
11 Edgar Salvadori De Decca, Esdras Rodrigues Silva, Euclides de Mesquita Neto, Fernando
12 Sarti, Guilherme Araújo Wood, Hans Kurt Edmund Liesenberg, Jacks Jorge Junior, Jessé
13 Targino da Silva, João Frederico da Costa Azevedo Meyer, João Raimundo Mendonça de
14 Souza, Jorge Megid Neto, José Antenor Pomilio, José Cláudio Geromel, José Ellis Ripper
15 Filho, José Geraldo Pena de Andrade, José Teixeira Filho, Júlio César Hadler Neto, Lilian
16 Tereza Lavras Costallat, Liliane Maria Ferrareso Lona, Luis Abner Silva Espinoza, Luiz
17 Fernando Milanez, Manoel Barros Bértolo, Marcelo Brocchi, Marcelo Knobel, Margarida
18 Barbosa, Maria Silvia Viccari Gatti, Mário José Abdalla Saad, Matilde Virginia Ricardi
19 Scaramucci, Mohamed Habib, Osvaldir Pereira Taranto, Paulo Eduardo Moreira Rodrigues da
20 Silva, Paulo Ferreira de Araújo, Paulo Sérgio Franco Barbosa, Paulo Sérgio Saran, Ricardo
21 Luiz Coltro Antunes, Roberto Teixeira Mendes, Rodnei Bertazzoli, Ronaldo Aloise Pilli, Sedi
22 Hirano, Sérgio Antonio da Silva Leite, Sérgio Luiz Monteiro Salles Filho, Shirlei Maria
23 Recco-Pimentel, Silvia Fernanda de Mendonça Figueirôa, Sylla John Lerro Taves, Vicente
24 José Costa Vale, Vivaldo Silveira Júnior, Walkiria Hanada Viotto e Watson Loh. Estiveram
25 presentes ainda, como representantes dos diretores, o diretor associado Peter Alexander
26 Bleinroth Schulz, substituindo o conselheiro Sérgio Luiz Monteiro Salles Filho, e o diretor
27 associado Sidney Chalhoub, substituindo a conselheira Nádia Farage; como representante
28 suplente dos docentes, o professor doutor José Alves de Freitas Neto, substituindo o
29 conselheiro Francisco Hideo Aoki; como representante suplente dos servidores técnico-
30 administrativos, a senhora Hosana de Barros, substituindo a conselheira Lucia Maria Rocha
31 de Oliveira. Como convidados especiais compareceram os professores: Fernanda Aparecida
32 Cintra, Ítala Maria Loffredo D’Ottaviano, José Ranali, Maria Isabel Pedreira de Freitas,
33 Roberta Cunha Matheus Rodrigues; Roberto Rodrigues Paes e Teresa Celina Meloni Rosa; os
34 doutores Octacílio Machado Ribeiro e Patrícia Maria Morato Lopes; e os senhores Antonio
35 Félix Durte, Edna Aparecida Rubio Coloma, Fabrício Pereira e Felipe Tannus Moreira da
36 Costa. Justificaram ausência à Sessão os seguintes conselheiros: Alexandre Eugênio Serpa,
37 Fernando Antonio Vanini, Francisco Hideo Aoki, Glaucia Maria Pastore, Lucia Maria Rocha
38 de Oliveira, Nádia Farage, Melissa Ronconi de Oliveira e Sérgio Luiz Monteiro Salles Filho.
39 Havendo número legal, o **MAGNÍFICO REITOR** inicia a Centésima Vigésima Quinta Sessão
40 Ordinária do Conselho Universitário, a última reunião ordinária do ano do órgão deliberativo

1 máximo da Unicamp; a próxima reunião de 2011 será extraordinária, e tratará da Proposta
2 Orçamentária para 2012. Informa que foram reconduzidos, de acordo com o Regimento
3 Interno, para novo mandato junto a este Conselho Universitário, os seguintes membros
4 conselheiros da Comunidade Externa: Sedi Hirano e José Arana Varela, como titular e
5 suplente, respectivamente, pela Fapesp, para o período de 1º.09.11 a 31.08.13; e Alberto
6 Soares da Silva e Zenaide Honório, como titular e suplente, respectivamente, pelo Dieese,
7 para o período de 04.08.11 a 03.08.13. Dá as boas-vindas a todos. Em seguida, submete à
8 apreciação a Ata da Centésima Vigésima Quarta Sessão Ordinária, realizada em 27 de
9 setembro de 2011, solicitando manifestações. Não havendo observações, submete à votação a
10 referida Ata, sendo aprovada por unanimidade. Em seguida, diz que todos que leram a pauta
11 desta Sessão puderam observar que ela tem um volume bastante grande. Nesta pauta constam
12 assuntos extremamente acadêmicos. Existem discussões aqui sobre que tipo de composição de
13 departamento é desejável ou não em uma universidade moderna como a Unicamp; discussões
14 iniciais importantes sobre como deve ser a implantação de uma nova unidade de ensino e
15 pesquisa; e também sobre como a Universidade deve repor seu quadro docente no segmento
16 inicial, nível MS-3, e como deve colocar suas vagas no nível máximo de professor titular,
17 nível MS-6. Todos esses itens fazem parte da Ordem do Dia e são fundamentais para o
18 funcionamento da Universidade em curto prazo. Existem também recursos referentes a
19 concursos ocorridos no segundo semestre deste ano que precisam ser resolvidos. Há uma
20 discussão também sobre a eleição dos representantes discentes, onde não foi alcançado
21 quórum legal. Há uma iniciativa importante, que se originou na Pró-Reitoria de Graduação,
22 que trata do Prêmio de Reconhecimento Docente. E depois dessa pequena leitura, nota-se
23 como a pauta é intrinsecamente acadêmica. Portanto, sem prejuízo para o Expediente,
24 iniciarão a reunião pela Ordem do Dia. O item 1 trata da proposta de concessão do Título de
25 Servidor Emérito ao senhor Eustáquio Teixeira Gomes, objeto do processo número 01-P-
26 27793/11. Esse título é a homenagem máxima que a Universidade concede a um seu servidor.
27 Ele representa o reconhecimento aos serviços que transcendem o fator de simplesmente
28 trabalhar na Unicamp. A Administração Central coloca para discussão a proposta de
29 concessão desse título ao senhor Eustáquio, que nas últimas décadas foi parte integrante desta
30 Universidade. Escreveu de maneira elegante e profunda acerca do início de sua história, e
31 também sobre episódios importantes de seu cotidiano. Contribuiu de maneira muito grande
32 para que a Unicamp fosse reconhecida, como ela é hoje, como uma das melhores
33 universidades do Brasil. No período em que esteve ativo na Universidade, dedicou-se
34 diuturnamente ao serviço. Muitos dos que aqui estão podem confirmar, e ele, que esteve em
35 algum ponto da administração nos últimos 12 anos, aproximadamente, pode avaliar a
36 importância que Eustáquio teve para a Universidade, no auxílio de seu contato com a
37 sociedade, tornando claro seu papel, expondo suas características, sempre de maneira
38 elegante; tudo que ele redigia era de forma perfeita, ponderada e muito agradável. Frente a sua
39 provável - esperam que não -, aposentadoria, a Administração coloca para discussão, neste
40 Conselho, a concessão desse título que é um reconhecimento às ações do senhor Eustáquio.

1 Abre a discussão para aqueles que queiram fazer uso da palavra. O Conselheiro PAULO
2 EDUARDO MOREIRA RODRIGUES DA SILVA diz que essa honraria já foi concedida ao
3 senhor Antonio Faggiani, da DAC, que a exemplo do senhor Eustáquio, passaram
4 praticamente dois terços de suas vidas nesta Universidade, com uma dedicação
5 impressionante. Tanto um quanto o outro têm tempo para se aposentar e continuam aqui
6 oferecendo sua contribuição. O Eustáquio, em particular, no dia em que pensou em se
7 aposentar, foi acometido por um AVC isquêmico e está se recuperando lentamente, já há mais
8 de um ano. Ele trabalhou na Unicamp nos últimos trinta anos; lembra-se que, em 1982, ainda
9 na gestão do professor Pinotti como reitor, já era assessor de imprensa, muito respeitado por
10 todos os colegas daqui e da imprensa de Campinas. Todos o conheciam, ele sempre foi o
11 interlocutor da Universidade e tinha uma enorme capacidade de administrar as notícias que os
12 jornais e a televisão traziam. E, além disso, é um amigo muito dileto. Esta é uma homenagem
13 mais do que merecida. O MAGNÍFICO REITOR adiciona ao que o professor Paulo Eduardo
14 falou que a concessão do título honorífico de servidor emérito foi criada pela deliberação
15 Consu de 08 de março de 1990, durante a gestão do então reitor Paulo Renato, e a primeira
16 servidora agraciada foi a senhora Arlinda Rocha Camargo, Secretária Geral na época. O
17 segundo a ser agraciado foi o senhor Antonio Faggiani, e agora está proposto ao senhor
18 Eustáquio. O Conselheiro ALVARO PENTEADO CRÓSTA une as suas palavras às já ditas
19 pelos professores Fernando e Paulo Eduardo, para louvar essa ação, essa iniciativa da
20 Universidade em conceder o Título de Servidor Emérito a Eustáquio Gomes. Teve a
21 oportunidade de conviver de forma bastante próxima em termos de trabalho, quando ocupou o
22 gabinete do professor Hermano Tavares, e tinha uma relação bastante frequente com
23 Eustáquio. E, não raro, suas conversas de trabalho se estendem por longas horas sobre os
24 mais variados assuntos. Ele é uma pessoa muito agradável e culta, com conhecimento enorme
25 sobre vários temas, e sempre o impressionou por sua dedicação ao trabalho da Universidade.
26 Portanto, compartilha dessas palavras e louva o gesto. O Conselheiro JOÃO RAIMUNDO
27 MENDONÇA DE SOUZA diz que havia a expectativa de tratar do assunto da greve durante o
28 Expediente, e acha que ficou um pouco prejudicado porque a pauta foi invertida, mas ainda
29 irão conversar sobre isso. Aproveita o assunto da homenagem, que acha extremamente justa, e
30 destaca uma questão que considera muito importante, em que Eustáquio teve ação
31 fundamental na Universidade: a preservação e a recuperação da memória. Essa questão deixa
32 uma marca importante. Ele fez muitos registros, juntou muita documentação, muitas fotos, e
33 isso é uma coisa que chama bastante a atenção; quem tem uma preocupação assim tem uma
34 relação muito intensa com a Universidade. Manifesta sua concordância com a proposta. O
35 Conselheiro DANIEL PEREIRA também cumprimenta o Magnífico Reitor e a Administração
36 Central por essa iniciativa; considera muito oportuna e justa. De fato, o senhor Eustáquio é
37 um dos membros mais destacados desta comunidade. O Conselheiro MÁRIO JOSÉ
38 ABDALLA SAAD diz que não irá repetir o que já foi dito, mas também cumprimenta a
39 Reitoria pela iniciativa. A área da Saúde é muito grata ao Eustáquio, porque, em momentos de
40 crise no relacionamento daquela área com a imprensa, ele foi pessoa fundamental e

1 importantíssima para o auxílio. Toda a sabedoria e o bom senso que ele tinha com o uso das
2 palavras na escrita tinha também no relacionamento com as pessoas, e isso facilitou demais a
3 aproximação da área da Saúde com a imprensa em diversas situações quando isso foi
4 necessário. Irmana-se também nessa homenagem ao Eustáquio, que acha fundamental. O
5 Conselheiro MOHAMED HABIB diz que não vê o senhor Eustáquio apenas como excelente
6 profissional que atuava naquilo que interessava à Universidade, mas o enxerga também fora
7 da Unicamp, onde sempre teve atuação fantástica; se não for superior em termos de
8 importância de sua atuação como profissional dentro da Unicamp, pelo menos se iguala.
9 Escrevia para o jornal *Correio Popular*, onde tinha seu espaço. Trata-se de grande
10 contribuinte da música brasileira – uma coisa que poucas pessoas sabiam em relação a ele.
11 Sua contribuição no campo da cultura, através de artigos publicados no *Correio Popular*, é
12 algo que a sociedade conhece muito bem. Na campanha desenvolvida no início dos anos
13 1990, quando grupos de pesquisadores e professores de ensino superior estrangeiros entraram
14 em uma campanha de que a ciência não tem nacionalidade, é patrimônio da humanidade e não
15 caberia a um governo restringir concursos públicos apenas para brasileiros, atuou de forma
16 expressiva. Naquela época, Eustáquio foi de grande utilidade para abrir espaços na grande
17 mídia, onde essa campanha teve grande sucesso, como em programas como *Globo Repórter* e
18 *Globo Ciência*. Portanto, ele não é apenas assessor de imprensa, ele é um grande cidadão
19 envolvido nas questões que interessam à Universidade e à academia de maneira geral, e, além
20 de tudo, um homem extremamente culto, que sempre defendeu, com sua caneta, a cultura
21 brasileira, incluindo a música sertaneja. O Conselheiro CLÁUDIO JOSÉ SERVATO diz que
22 será um pouco repetitivo. Parabeniza a Reitoria pela iniciativa de conceder o Prêmio Servidor
23 Emérito ao senhor Eustáquio. Ele é um grande amigo, e estão sentindo muito sua falta aqui no
24 momento. O Conselheiro EDGAR SALVADORI DE DECCA diz que também não poderia
25 deixar de se somar a todos os que o antecederam em homenagem ao querido amigo e colega
26 Eustáquio. Este prêmio que está sendo proposto a ele é mais do que justo, em se tratando da
27 pessoa que ele é e o tempo e a dedicação que teve à frente da Assessoria de Imprensa da
28 Universidade. Assim como o professor Mohamed, também enfatiza esse lado para além da
29 Academia que ele oferecia, semanalmente, na sua condição de cronista. Um cronista é aquele
30 historiógrafo do cotidiano, aquele que é capaz de perceber nas sutilezas do cotidiano aquilo de
31 mais irônico e sutil que a experiência da vida oferece. O Eustáquio foi capaz, ao longo desses
32 anos, de oferecer um quadro literário da vida cotidiana da região de Campinas e de tudo
33 aquilo que estava em sua volta, o que é muito significativo. E é uma pena que tenham, neste
34 momento, de oferecer essa homenagem, quando justamente lhe falta aquilo que mais fez do
35 Eustáquio a pessoa que sempre foi, com a capacidade de olhar à sua volta, de perceber o
36 exterior de si mesmo com ironia, graça e leveza. Espera que ele possa recuperar essa
37 faculdade tão rica que desenvolveu e que, com certeza, vai se inscrever na tradição literária,
38 se não nacional, com certeza, na tradição regional da literatura do país. O MAGNÍFICO
39 REITOR diz ter feito essa discussão de maneira destacada das demais porque considera a
40 homenagem importante para um funcionário que tem dedicação exemplar, como todos

1 ouviram, à Universidade. Não havendo mais observações, submete à votação o item 1, sendo
2 aprovado por unanimidade, com uma salva de palmas acompanhada por todos os presentes.
3 Retornando aos destaques obrigatórios, informa que a Mesa destaca o item 2, que também
4 exige votação qualificada de dois terços, Proc. nº 01-E-25887/10, Proposta de Reestruturação
5 de Departamentos, o item 3, Proc. nº 02-P-25587/11, Proposta de criação da Faculdade de
6 Enfermagem da Unicamp – apesar de destaque obrigatório essa matéria não necessita de
7 quórum qualificado; e item 21, Proc. nº 01-P-17471/99, recurso em nome do acadêmico do
8 IFCH Luís Cláudio Balan de Campos. Em seguida, solicita outros destaques. O Conselheiro
9 ALAN GODOY SOUZA MELLO destaca os itens 9 e 10 - Proc. nº 01-P-24053/11, Relatório
10 da Eleição de representantes discentes da graduação junto ao Consu e CCG; e Proc. nº 01-P-
11 18866/11, Ata de Eleição de representantes discentes da pós-graduação junto ao Consu e
12 CCPG, respectivamente. O Conselheiro LUIS ABNER SILVA ESPINOZA destaca os itens
13 19, Recurso em nome de Rodrigo Capobianco Guido, e 20, Proc. nº 04-P-19035/09, Recurso
14 em nome de Juliano Lemos Bicas, para esclarecimentos. O Conselheiro PAULO SÉRGIO
15 FRANCO BARBOSA destaca o item 5, Proc. nº 01-E-17186/11, distribuição de cargos de
16 Professor Doutor. O Conselheiro JOSÉ CLÁUDIO GEROMEL destaca os itens: 4 - Proc. nº
17 01-E-17187/11, distribuição de cargos ou funções de Professor Titular; 13 - Proc. nº 01-P-
18 00436/70, proposta de alteração da Deliberação Consu-A-08/08; e 16 - Proc. nº 01-P-
19 25086/11, minuta de Deliberação. Não havendo outros destaques, o MAGNÍFICO REITOR
20 submete à votação os demais itens não destacados da Ordem do Dia, sendo aprovados por
21 unanimidade os assuntos dos seguintes processos: ORDEM DO DIA - Para Deliberação - F -
22 CARREIRA DO MAGISTÉRIO SUPERIOR (MS) - a) Perfil Acadêmico, conforme
23 Deliberação Consu-A-003/11 – Analisados pela Subcomissão instituída pela Portaria Interna
24 Cadi nº 01/2011 – Pareceres exarados pela Cadi; 06) PROC. Nº 19-P-21595/11, em nome da
25 Faculdade de Educação - FE – Proposta de Perfil Acadêmico de Professor Doutor II (MS-
26 3.2), Professor Associado II (MS-5.2), Professor Associado III (MS-5.3) da Carreira do
27 Magistério Superior (MS) – Parecer Cadi-415/11 – b) Perfil de Professor Associado (MS-5.1)
28 e Professor Titular (MS-6); 07) PROC. Nº 01-P-10358/87, em nome da Faculdade de
29 Educação - FE – Proposta de alteração da Deliberação Consu-A-18/08 que trata do Perfil
30 Acadêmico de Professor Associado I (MS-5.1) e Professor Titular (MS-6) da Carreira do
31 Magistério Superior (MS) – Parecer Cadi-416/11; 08) PROC. Nº 01-P-06829/85, em nome do
32 Instituto de Física “Gleb Wataghin” - IFGW – Proposta de alteração da Deliberação Consu-A-
33 14/08 que trata do Perfil Acadêmico de Professor Associado I (MS-5.1) e Professor Titular
34 (MS-6) da Carreira do Magistério Superior (MS) – Parecer Cadi-565/11. I - NORMAS PARA
35 REALIZAÇÃO DE CONCURSOS – Pareceres exarados pela Procuradoria Geral e pela
36 Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão - 11) PROC. Nº 07-P-06980/11, em nome do Instituto
37 de Biologia - IB – Proposta de Alteração dos Critérios para a Prova Específica para os
38 concursos públicos para provimento de cargo de Professor Doutor – Aprovada pela
39 Congregação em 22.08.11 – Parecer Cepe-294/11; 12) PROC. Nº 01-P-03231/94, em nome
40 do Instituto de Estudos da Linguagem - IEL – Requisitos e procedimentos para realização dos

1 concursos de provimento de cargo de Professor Doutor – Aprovados pela Congregação em
2 06.10.11 - Parecer Cepe-352/11. K - PÓS-GRADUAÇÃO – Pareceres exarados pela
3 Procuradoria Geral e pela Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão - 14) PROC. Nº 02-P-
4 26561/10, em nome da Faculdade de Ciências Médicas - FCM – Proposta de criação da Área
5 de Atuação em Cirurgia Videolaparoscópica – R3, do Programa de Cirurgia do Aparelho
6 Digestivo (64R-02) da Residência Médica para 2012 – Aprovada pela Congregação em
7 24.08.11 e CCPG-204/11 – Parecer CEPE-350/11; 15) PROC. Nº 10-P-25602/11, em nome
8 do Instituto de Matemática, Estatística e Computação Científica - IMECC – Participação da
9 Unicamp através do IMECC, como Instituição Associada ao Curso de Mestrado Profissional
10 em Matemática em Rede Nacional - Profmat, coordenado pela Sociedade Brasileira de
11 Matemática – Deliberação CCPG-266/11 – “ad referendum” da Cepe. M - DENOMINAÇÃO
12 DE DEPARTAMENTO – Pareceres exarados pela Procuradoria Geral e pela Câmara de
13 Ensino, Pesquisa e Extensão - 17) PROC. Nº 01-P-03843/74, em nome do Instituto de
14 Biologia - IB – Solicitação de alteração de denominação do Departamento de Anatomia,
15 Biologia Celular e Fisiologia e Biofísica para Departamento de Biologia Estrutural e
16 Funcional – Alteração do artigo 5º da Deliberação CONSU-A-044/08 – Aprovada pela
17 Congregação em 15.06.11 – Parecer Cepe-293/11. N - PROPOSTA DE LOGOTIPO - 18)
18 PROC. Nº 01-P-25333/11 - Proposta de logotipo do Centro de Estudos de Petróleo – Of. DIR.
19 017/2011. P - CONGREGAÇÕES – Homologadas - Pareceres exarados pela Procuradoria
20 Geral - 22) PROC. Nº 19-P-16218/00, em nome da Faculdade de Educação - FE – Ata de
21 Eleições de representantes docentes e servidores técnico-administrativos, realizadas nos dias
22 20 e 21.09.11 – Homologado pela Congregação em 28.09.11 - Parecer PG-3291/11; 23)
23 PROC. Nº 04-P-14863/00, em nome da Faculdade de Engenharia Agrícola - FEA – Atas de
24 Eleições de representantes discentes, realizadas nos dias 26 e 27.08.11 – Deliberação da
25 Congregação “ad referendum” – Parecer PG-3486/11; 24) PROC. Nº 01-P-00332/86, em
26 nome da Faculdade de Engenharia Agrícola - Feagri – Ata de Eleições de representantes
27 docentes (MS-6) suplentes, realizadas no dia 04.10.11 – Deliberação da Congregação Nº
28 272/11 e Parecer PG-3379/11; 25) PROC. Nº 01-P-08963/86, em nome da Faculdade de
29 Engenharia Elétrica e de Computação - FEEC – Ata de Eleição de representantes discentes,
30 realizada nos dias 17 e 18.08.11 – Deliberação da Congregação Nº 208/11 e Parecer PG-
31 3438/11; 26) PROC. Nº 01-P-04823/82, em nome do Instituto de Artes - IA – Atas de
32 Eleições de representantes docentes, discentes, realizadas nos dias 29 e 30.06.11 e 23 e
33 24.08.11 – Deliberação da Congregação Nº 111/11 e Parecer PG-2969/11; 27) PROC. Nº 10-
34 P-18792/01, em nome do Instituto de Matemática, Estatística e Computação Científica-
35 IMECC – Ata de Eleições de representantes discentes, docentes e complementários e
36 discentes, realizadas nos dias 04 e 05.10.11 – Deliberação da Congregação Nº 109/11 e
37 Parecer PG-3417/11; 28) PROC. Nº 34-P-13555/96, em nome do Instituto de Computação -
38 IC – Ata de Eleição de representantes discentes, realizada nos dias 28 e 29.06.11 –
39 Deliberação da Congregação Nº 72/11 e Parecer PG-2785/11; 29) PROC. Nº 11-P-19504/98,
40 em nome do Instituto de Química - IQ – Atas de Eleições de representantes docentes,

1 servidores técnico-administrativos e discentes, realizadas no dia 13.09.11 – Homologado pela
2 Congregação em 24.10.11 - Parecer PG-3434/11; 30) PROC. Nº 23-P-15899/95, em nome da
3 Faculdade de Educação Física - FEF - Atas de Eleição de representantes discentes, realizada
4 no dia 20.10.11 – Resolução da Congregação-93/11. Q - CONVÊNIOS, CONTRATOS E
5 TERMOS ADITIVOS – Pareceres exarados pelas Câmaras de Administração e de Ensino,
6 Pesquisa e Extensão - a) A ser celebrado – Aprovado - 31) PROC. Nº 01-P-17755/10, em
7 nome do Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais - Nepam – Convênio - Partes: Unicamp e
8 Embrapa - Executores: Leila da Costa Ferreira/Nepam e Ademar Ribeiro Romeiro/Nepam -
9 Vigência: 05 anos - Recursos: conforme descrito na Cláusula Quinta – Das Despesas -
10 Resumo do Objeto: cooperação entre os partícipes, mediante a utilização de recursos humanos
11 e materiais disponíveis, permitindo-se a participação de Pesquisadores da Embrapa em
12 atividades de pesquisa colaborativa, docência e orientação de teses relativos aos programas e
13 áreas correlatas desenvolvidas pela Unidade Descentralizada: Centro Nacional de Pesquisa de
14 Monitoramento por Satélite – CNPM, objetivando a consolidação e o fortalecimento do
15 Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade envolvendo o Nepam/IFCH/Unicamp
16 - Parecer Cepe-353/11 - b) Em vigência - 32) PROC. Nº 01-P-18613/10, em nome da
17 Comissão Central de Graduação - CCG – Convênio - Partes: Unicamp e Capes - Executores:
18 Guilherme do Val Toledo Prado/FE e Rute Siqueira Alves/CCG - Data de Assinatura:
19 13.12.10 - Vigência: 24 meses - Recursos: R\$180.000,00 - Resumo do Objeto: apoiar o -
20 desenvolvimento de ações do projeto: “Formação de professores: construindo parcerias entre
21 a universidade e a escola pública” - Parecer Cepe-296/11; 33) PROC. Nº 01-P-00216/11, em
22 nome do Centro de Componentes Semicondutores – CCS – Contrato - Partes:
23 Unicamp/Funcamp e Companhia Piratininga de Força e Luz – CPFL - Executores: Hugo
24 Enrique Hernandez Figueroa/CCS e José Alexandre Diniz/CCS - Data de Assinatura:
25 18.03.11 - Vigência: 48 meses - Recursos: R\$290.826,25 - Resumo do Objeto: prestação de
26 serviços, pela Contratada à CPFL, para o desenvolvimento do projeto de pesquisa e
27 desenvolvimento intitulado “PA0033 – Elemento Híbrido de Baixo Custo para Concentração
28 e Comunicação entre Medidor e SE”, cujo o objetivo consiste no desenvolvimento de um
29 elemento híbrido, capaz de funcionar com PLC e tecnologias de comunicação sem fio, assim
30 como a antena apropriada para essa comunicação, de forma a possibilitar uma infraestrutura
31 para implantação de redes inteligentes - Parecer Cepe-295/11; 34) PROC. Nº 01-P-27067/08,
32 em nome do Centro de Pesquisas Meteorológicas e Climáticas Aplicadas à Agricultura -
33 Cepagri - Contrato de Comodato - Partes: Unicamp e Embrapa - Executores: Ana Maria
34 Heuminski de Ávila/Cepagri e Hilton Silveira Pinto/Cepagri - Data da Assinatura: 10.05.2011
35 - Vigência: 05 anos - Resumo do Objeto: cessão, em regime de comodato, pela Embrapa à
36 Comodatária, de 03 áreas localizadas no Edifício Sede da Embrapa Informática Agropecuária,
37 que foi construído em terreno cedido pela Comodatária por força do “Contrato de Cessão de
38 Direito de Uso de Bem Imóvel” - Parecer CAD-54/11; 35) PROC. Nº 01-P-27316/07, em
39 nome do Centro de Estudos de Petróleo - Cepetro - 1) Aditivo 02 - Partes: Unicamp/Funcamp
40 e Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras - Executores: Celso Kazuyuki Morooka/FEM, Léo Pini

1 Magalhães/FEEC e Euclides de Mesquita Neto/FEM - Data de Assinatura: 15.04.11 - Resumo
2 do Objeto: alterar o Plano de Trabalho do Convênio Específico 4600272579 – Termo de
3 Cooperação 0050.0042140.08.4 para Implantação da Infraestrutura do Laboratório de
4 Computação de Alto Desempenho e Ambiente 3D Imersivo e Interativo de Visualização
5 Científica, nas instalações da Unicamp, visando à capacitação da Universidade para realização
6 de pesquisas/testes/estudos - 2) Aditivo 01 - Data de Assinatura: 06.05.11 - Resumo do
7 Objeto: prorrogar o prazo de vigência do Termo de Cooperação supracitado, por mais 1095
8 dias, a partir de 08.05.11, passando o seu término para 07.05.14 - Parecer Cepe-298/11 - 36)
9 PROC. N° 01-P-05600/09, em nome do Centro de Estudos de Petróleo – Cepetro - 1)
10 Alteração do Plano de Trabalho (Aditivo 03) - Partes: Unicamp/Funcamp e Petrobras -
11 Executores: Alexandre Campana Vidal/IG e Osvaldo Vidal Trevisan/Cepetro - Data de
12 Assinatura: 12.04.11 - Resumo do Objeto: alterar o Plano de Trabalho do convênio específico
13 n° 4600294484, Termo de Cooperação n° 0050.0045749.08.4 que objetiva a união de esforços
14 dos Partícipes para o desenvolvimento do Projeto de P&D intitulado “Modelagem de
15 parâmetros dinâmicos na caracterização de reservatórios” - 2) Aditivo 02 - Data de
16 Assinatura: 03.05.11 - Resumo do Objeto: prorrogar o prazo de vigência do Termo de
17 Cooperação supracitado, por mais 365 dias, a partir de 03.05.11, passando o seu término para
18 1º.05.12 - Parecer Cepe-299/11; 37) PROC. N° 01-P-20174/09, em nome do Centro de
19 Estudos de Petróleo – Cepetro - Aditivo 01 - Partes: Unicamp/Funcamp e Petrobras -
20 Executores: Rubens Maciel Filho/FEQ e Maria Regina Wolf Maciel/FEQ - Data de
21 Assinatura: 18.04.11 - Resumo do Objeto: dilatar o prazo de vigência do Contrato Cenpes
22 0050.0052544.09.2, por mais 180 dias, a partir de 18.04.11, que objetiva a execução, pela
23 Universidade, sob regime de preço global, de serviços de “Blending Integrado de Diesel”,
24 passando o seu término para 15.10.11 - Parecer Cepe-300/11; 38) PROC. N° 01-P-06596/10 –
25 Cepetro - 1º Termo Aditivo - Partes: Unicamp/Funcamp e Repsol Sinopec Brasil S.A. -
26 Executores: Antonio Carlos Bannwart/FEM e Vanessa Cristina Bizotto Guersoni/Cepetro -
27 Data de Assinatura: 15.07.11 - Recursos: adicional de R\$138.749,10 passando o valor total
28 para R\$1.424.252,10 - Resumo do Objeto: prorrogar o prazo da vigência do Contrato por
29 mais 06 meses, a contar de 14.06.13, ampliação do escopo do Projeto e adicionar recursos
30 para a execução, pela Unicamp dos serviços relacionados às atividades do Projeto “Estudo
31 Termofluidodinâmico da Garantia de Escoamento de Óleos Parafínicos em Dutos” - Parecer
32 Cepe-301/11; 39) PROC. N° 01-P-15878/11, em nome do Centro de Estudos de Petróleo –
33 Cepetro - Termo de Cooperação - Partes: Unicamp/Funcamp e Petrobras - Executores: Martin
34 Tygel/IMECC e João Marcos Travassos Romano/FEEC - Data de Assinatura: 04.07.11 -
35 Vigência: 1460 dias - Recursos: R\$8.551.285,00 - Resumo do Objeto: união de esforços dos
36 Partícipes para o desenvolvimento do Projeto de P&D intitulado “Algoritmos de
37 processamento e imageamento sísmico com ênfase em reservatórios carbonáticos” - Parecer
38 Cepe-302/11; 40) PROC. N° 01-P-16847/11, em nome do Centro de Estudos de Petróleo –
39 Cepetro – Convênio - Partes: Unicamp/Funcamp e Cameron do Brasil Ltda. - Executores:
40 Celso Kazuyuki Morooka/FEM, Sérgio Nascimento Bordalo/FEM e Renato Pavanelo/FEM -

1 Data de Assinatura: 23.08.11 - Vigência: 05 anos - Recursos: R\$232.645,00 - Resumo do
2 Objeto: realização do projeto de pesquisa e desenvolvimento intitulado “Estudo Numérico e
3 Experimental de um Supressor PTMD em modelo reduzido de jumper submerso” - Parecer
4 Cepe-303/11; 41) PROC. Nº 01-P-05010/09, em nome do Centro de Estudos de Petróleo –
5 Cepetro - Aditivo 01 - Partes: Unicamp/Funcamp e Petróleo Brasileiro S/A – Petrobras -
6 Executores: Antonio Carlos Bannwart/FEM e Osvaldo Vidal Trevisan/Cepetro - Data de
7 Assinatura: 05.09.11 - Resumo do Objeto: alterar o Plano de Trabalho do Convênio
8 Específico ao Termo de Cooperação para desenvolver o Projeto intitulado “Pesquisa e
9 Desenvolvimento Tecnológico em Reservatórios e Exploração de Óleo e Gás - Parecer Cepe-
10 354/11; 42) PROC. Nº 01-P-17740/09, em nome do Centro de Estudos de Petróleo – Cepetro
11 - 1) Aditivo 01 - Partes: Unicamp/Funcamp e Petrobras - Executores: Lúcia Helena
12 Innocentini Mei/FEQ e Marisa Masumi Beppu/FEQ - Data de Assinatura: 09.06.11 - Resumo
13 do Objeto: alterar o Plano de Trabalho do Termo de Cooperação que objetiva a união de
14 esforços dos Partícipes para o desenvolvimento do Projeto de P&D intitulado “Blendas de
15 Poliolefinas com Amido, para utilização em embalagens flexíveis, com Propriedade de
16 Biodegradabilidade” e participação da Petrobras na implantação da infraestrutura laboratorial,
17 nas instalações da Unicamp, visando a capacitação da Universidade para realização de
18 pesquisas/testes/estudos - 2) Aditivo 02 - Data de Assinatura: 05.09.11 - Resumo do Objeto:
19 dilatar o prazo do Termo supracitado por mais 365 dias corridos, a partir de 20.09.11,
20 passando o seu término para 19.09.12 - Parecer Cepe-355/11; 43) PROC. Nº 01-P-23023/10,
21 em nome do Centro de Estudos de Petróleo – Cepetro – Contrato - Partes: Unicamp e Kappa
22 Engineering S/A - Executor: Rosângela Zanoni Lopes Moreno/FEM - Data de Assinatura:
23 30.09.11 - Vigência: até 12 meses - Resumo do Objeto: licença de uso de Software para fins
24 acadêmicos, para o Departamento de Engenharia de Petróleo - Parecer Cepe-356/11; 44)
25 PROC. Nº 01-P-25589/10, em nome do Centro de Estudos de Petróleo – Cepetro - Convênio -
26 Partes: Unicamp e Petrobras - Executores: Sérgio Nascimento Bordalo/FEM e Antonio Carlos
27 Bannwart/FEM - Data de Assinatura: 07.10.10 - Vigência: 900 dias - Recursos: R\$279.230,40
28 - Resumo do Objeto: promover o fortalecimento e consolidação dos Programas de Formação
29 nos Cursos de Graduação, Mestrado e Doutorado em temas relacionados às Ciências e
30 Engenharia dos Recursos Naturais de Óleo e Gás desenvolvidos por meio do Programa de
31 Formação de Recursos Humanos – PRH - Parecer Cepe-357/11; 45) PROC. Nº 01-P-
32 30310/10, em nome da Coordenadoria de Relações Institucionais e Internacionais – Cori -
33 Acordo de Cooperação - Partes: Unicamp e Université du Québec à Montréal – Canadá -
34 Executores: Leandro Russovski Tessler/Cori e Maurício Aguiar Serra/Cori - Data de
35 Assinatura: 11.07.11 - Vigência: 05 anos - Resumo do Objeto: formalizar a cooperação,
36 facilitar e intensificar os intercâmbios já iniciados entre os parceiros especialmente nas áreas
37 de mútuo interesse - Parecer Cepe-304/11; 46) PROC. Nº 01-P-30311/10, em nome da
38 Coordenadoria de Relações Institucionais e Internacionais – Cori - Termo Aditivo nº 01 -
39 Partes: Unicamp e Université du Québec à Montréal – Canadá - Executores: Leandro
40 Russovski Tessler/CORI e Maurício Aguiar Serra/Cori - Data de Assinatura: 11.07.11 -

1 Vigência: 03 anos - Resumo do Objeto: desenvolver a cooperação nas áreas do ensino e da
2 pesquisa, com o objetivo específico do programa de intercâmbio de estudantes matriculados
3 em todas as áreas - Parecer Cepe-305/11; 47) PROC. Nº 01-P-16617/11, em nome da
4 Coordenadoria de Relações Institucionais e Internacionais – Cori – Convênio - Partes:
5 Unicamp e Banco Santander (Brasil) S/A - Executores: Leandro Russovski Tessler/Cori e
6 Marcelo Knobel/PRG - Data de Assinatura: 20.07.11 - Vigência: até 30.06.12 - Recursos:
7 R\$114.627,15 - Resumo do Objeto: contribuir, através do intercâmbio de estudantes de
8 instituições de ensino brasileiras e portuguesas, para incrementar a qualidade da formação dos
9 alunos das instituições de ensino participantes - Parecer Cepe-306/11; 48) PROC. Nº 01-P-
10 07210/11, em nome da Coordenadoria de Relações Institucionais e Internacionais - Cori -
11 Convênio - Partes: Unicamp e Banco Santander (Brasil) S/A - Executores: Leandro Russovski
12 Tessler/Cori e Marcelo Knobel/PRG - Data de Assinatura: 06.06.11 - Vigência: até 31.12.11 -
13 Recursos: R\$50.091,00 - Resumo do Objeto: mobilidade internacional de professores e
14 estudantes junto a Universidades chinesas, dentro do Programa “Bolsas Marco Polo Santander
15 Universidades” - Parecer Cepe-342/11; 49) PROC. Nº 01-P-11363/11, em nome da
16 Coordenadoria de Relações Institucionais e Internacionais - Cori - Convênio de Cooperação -
17 Partes: Unicamp e Universidad de Lima – Peru - Executor: Leandro Russovski Tessler/Cori e
18 José Pissolato Filho/Cori - Data de Assinatura: 12.09.11 - Vigência: 05 anos - Resumo do
19 Objeto: promover a cooperação entre ambas as instituições nas áreas de interesse mútuo,
20 através de: Intercâmbio de docentes e pesquisadores; Implementação conjunta de projetos de
21 pesquisa; Promoção de eventos científicos e culturais; Intercâmbio de literatura e publicações
22 acadêmicas; e Intercâmbio de estudantes - Parecer Cepe-343/11; 50) PROC. Nº 01-P-
23 11367/11, em nome da Coordenadoria de Relações Institucionais e Internacionais – Cori -
24 Termo Aditivo 01 - Partes: Unicamp e Universidad de Lima – Peru - Executor: Leandro
25 Russovski Tessler/Cori e José Pissolato Filho/Cori - Data de Assinatura: 12.09.11 - Vigência:
26 05 anos - Resumo do Objeto: estabelecer e desenvolver relações entre países distintos e dar a
27 seus estudantes o apoio acadêmicos, logístico e cultural, por meio do presente documento, a
28 Universidad de Lima e a Unicamp, acordam desenvolver, como primeira atividade dentro do
29 marco do Convênio de Cooperação, um programa de intercâmbio estudantil com o propósito
30 de permitir que os alunos regulares de uma das Universidades (de origem) possam cursar
31 disciplinas na outra Universidade (de destino), com a finalidade de cumprir parte dos créditos
32 requeridos na Universidade de origem - Parecer Cepe-344/11; 51) PROC. Nº 01-P-07317/11,
33 em nome da Coordenadoria de Relações Institucionais e Internacionais – Cori - Convênio de
34 Adesão - Partes: Unicamp e Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras de República do
35 Brasil – GCUB - Executores: Marcelo Knobel/PRG e Leandro Russovski Tessler/Cori - Data
36 de Assinatura: 15.07.11 - Vigência: 05 anos - Resumo do Objeto: estabelecimento das
37 condições a que “IES” se sujeitará para sua adesão, nos termos estabelecidos no Acordo
38 Específico para o Intercâmbio de Estudantes Brasil – México (Programa BRAMEX), para que
39 a “IES” junte-se às demais Universidades que farão parte deste Programa de intercâmbio
40 acadêmico - Parecer Cepe-358/11; 52) PROC. Nº 31-P-23971/10, em nome do Centro

1 Pluridisciplinar de Pesquisas Químicas, Biológicas e Agrícolas – CPQBA - 1) Termo de
2 Cooperação - Partes: Unicamp, Anvisa, UFRGS, UFMG e UFPE - Executores: Rodney
3 Alexandre Ferreira Rodrigues/CPQBA e Marili Villa Nova Rodrigues/CPQBA - Data de
4 Assinatura: 11.11.10 - Vigência: 24 meses - Recursos: R\$1.222.000,00 - Resumo do Objeto:
5 revisar monografias de plantas medicinais e derivados, não contempladas no credenciamento
6 nº 01/07 e que integrarão as próximas edições da Farmacopeia Brasileira, sendo obrigação da
7 conveniente e das intervenientes a realização do trabalho de desenvolvimento das monografias
8 de plantas previstas no projeto, de forma a servirem de referência na Farmacopeia Brasileira -
9 2) Primeiro Termo Aditivo - Data de Assinatura: 04.04.11 - Resumo do Objeto: modificar o
10 valor de repasse da primeira parcela, prorrogar o prazo de vigência do Termo de Cooperação
11 até 31.12.12, bem como adequar suas dotações orçamentárias - 3) Segundo Termo Aditivo -
12 Data de Assinatura: 05.08.11 - Resumo do Objeto: alterar as disposições da Cláusula Décima-
13 Primeira que trata da propriedade de bens materiais e equipamentos remanescentes após o fim
14 da vigência, que forem adquiridos, produzidos ou construídos com recursos oriundos deste
15 Termo de Cooperação, passando a dispor que a propriedade deles será, após a realização de
16 doação, de propriedade da UFRGS e dos intervenientes, de acordo com a destinação e posse
17 dos mesmos - Parecer Cepe-307/11; 53) PROC. Nº 31-P-17392/11, em nome do Centro
18 Pluridisciplinar de Pesquisas Químicas, Biológicas e Agrícolas – CPQBA - Termo de
19 Cooperação - Partes: Unicamp/Funcamp e Petrobras - Executores: Marcos Nopper
20 Alves/CPQBA e Ilio Montanari Junior/CPQBA - Data de Assinatura: 23.08.11 - Vigência:
21 550 dias - Recursos: R\$1.341.353,40 - Resumo do Objeto: união de esforços dos Partícipes
22 para o desenvolvimento do Projeto de P&D intitulado “O uso da cobertura vegetal como
23 bioindicador de impactos ambientais causados por vazamentos de hidrocarbonetos em dutos e
24 sua detecção através de sensoriamento remoto – Fase II” - Parecer Cepe-308/11; 54) PROC.
25 Nº 31-P-10516/09, em nome do Centro Pluridisciplinar de Pesquisas Químicas, Biológicas e
26 Agrícolas – CPQBA - Aditamento ao Termo Aditivo nº 01 - Partes: Unicamp e Núcleo de
27 Ação Social – NAS - Executores: Ana Possenti/CPQBA e Benício Pereira/CPQBA -
28 Vigência: 02 anos - Resumo do Objeto: prorrogar o prazo de vigência do Termo Aditivo nº 01
29 ao Convênio visando a concessão de treinamento em canteiro de plantas medicinais e
30 aromáticas, conscientização da proteção ao meio ambiente e diversidade ambiental e
31 cidadania - Parecer Cepe-359/11; 55) PROC. Nº 31-P-26121/10, em nome do Centro
32 Pluridisciplinar de Pesquisas Químicas, Biológicas e Agrícolas – CPQBA – Convênio -
33 Partes: Unicamp/Funcamp e Herbalife International do Brasil Ltda. - Executores: João
34 Ernesto de Carvalho/CPQBA e Karin Maia Monteiro/CPQBA - Data de Assinatura: 10.08.11
35 - Vigência: 05 anos - Resumo do Objeto: estabelecer ampla cooperação técnico-científica
36 entre a Conveniente e a Conveniada - Parecer Cepe-360/11; 56) PROC. Nº 31-P-26123/10, em
37 nome do Centro Pluridisciplinar de Pesquisas Químicas, Biológicas e Agrícolas – CPQBA -
38 Termo Aditivo nº 01 - Partes: Unicamp/Funcamp e Herbalife International do Brasil Ltda. -
39 Executores: João Ernesto de Carvalho/CPQBA e Karin Maia Monteiro/CPQBA - Data de
40 Assinatura: 10.08.11 - Vigência: 12 meses - Recursos: R\$300.000,00 - Resumo do Objeto:

1 realização de estudos de toxicidade de doses repetidas de 90 dias, do produto Fibras Vegetais
2 em tabletes – Fiber & Herb/Herbalife (Fórmula F0057) e avaliação nutricional, em ratos e
3 coelhos - Parecer Cepe-361/11; 57) PROC. Nº 02-P-11404/11, em nome da Faculdade de
4 Ciências Aplicadas – FCM - Convênio - Partes: Unicamp/Funcamp e Helmut Tessmann
5 Indústria e Comércio de Óleos Vegetais Ltda. - Executores: Paulo Eduardo Neves Ferreira
6 Velho/FCM e Maria Leticia Cintra/FCM - Data de Assinatura: 19.07.11 - Vigência: 01 ano -
7 Recursos: R\$46.533,92 - Resumo do Objeto: execução do projeto de pesquisa intitulado
8 “Efeito do óleo de arroz na cicatrização de úlceras cutâneas e sua ação em substâncias
9 envolvidas na apoptose e patogênese da psoríase” - Parecer Cepe-362/11; 58) PROC. Nº 04-
10 P-25885/10, em nome da Faculdade de Engenharia de Alimentos – FEA - Convênio - Partes:
11 Unicamp e Waters Technologies do Brasil Ltda. - Executor: Maria Ângela de Almeida
12 Meireles/FEA - Data de Assinatura: 18.05.11 - Vigência: 05 anos - Resumo do Objeto: ampla
13 cooperação entre as partícipes, com a finalidade de promover a pesquisa em cromatografia de
14 fluido supercrítico - Parecer Cepe-363/11; 59) PROC. Nº 04-P-25886/10, em nome da
15 Faculdade de Engenharia de Alimentos – FEA - Termo Aditivo nº 01 - Partes: Unicamp e
16 Waters Technologies do Brasil Ltda. - Executor: Maria Ângela de Almeida Meireles/FEA -
17 Data de Assinatura: 17.05.11 - Vigência: 05 anos - Recursos: conforme descrito na Cláusula
18 Terceira – Recursos, Pagamento e Reajuste - Resumo do Objeto: desenvolvimento do projeto
19 intitulado “SCF – Disseminação da Técnica de Cromatografia por Fluido Supercrítico”, nos
20 termos do Plano de Trabalho, parte integrante deste Termo - Parecer Cepe-364/11 - 60)
21 PROC. Nº 28-P-01252/11, em nome da Faculdade de Engenharia Agrícola – Feagri –
22 Contrato - Partes: Unicamp e União, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento
23 Agrário - Executores: Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco/Feagri e Julieta Teresa Aier de
24 Oliveira/Feagri - Data de Assinatura: 29.12.10 - Vigência: 12 meses - Recursos:
25 R\$359.249,17 - Resumo do Objeto: contratação de instituição de pesquisa, para
26 desenvolvimento de estudo para a Validação de Indicadores e Estratégias de Monitoramento e
27 Avaliação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – Pnater - Parecer
28 Cepe-309/11; 61) PROC. Nº 28-P-07597/11, em nome da Faculdade de Engenharia Agrícola
29 – Feagri - Termo Aditivo nº 165 - Partes: Unicamp e Funcamp - Executores: Sonia Maria
30 Pessoa Pereira Bergamasco/Feagri e Julieta Teresa Aier de Oliveira/Feagri - Data de
31 Assinatura: 1º.06.11 - Vigência: até 15.09.13 - Recursos: R\$359.249,17 - Resumo do Objeto:
32 administração, pela FUNCAMP, dos recursos oriundos do Contrato celebrado entre o
33 Ministério de Desenvolvimento Agrário e a Unicamp, visando o desenvolvimento de estudo
34 para a Validação de Indicadores e Estratégias de Monitoramento e Avaliação da Política
35 Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – Pnater - Parecer Cepe-310/11; 62)
36 PROC. Nº 05-P-26964/10, em nome da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e
37 Urbanismo – FEC - Termo Aditivo nº 04 - Partes: Unicamp/Funcamp e V&M do Brasil S/A -
38 Executores: João Alberto Venegas Requena/FEC e Newton de Oliveira Pinto Júnior/FEC -
39 Data de Assinatura: 1º.02.11 - Vigência: até agosto/2012 - Recursos: R\$255.130,08 - Resumo
40 do Objeto: execução de projetos de pesquisa para o desenvolvimento científico, tecnológico e

1 inovação, ora denominado “Programa de P&D&I Unicamp – V&M do Brasil S/A” - Parecer
2 Cepe-365/11; 63) PROC. Nº 29-P-26756/08, em nome da Faculdade de Engenharia Elétrica e
3 de Computação – FEEC - Termo de Convênio - Partes: Unicamp/Funcamp, Padtec S/A e
4 Fapesp - Executores: Evandro Conforti/FEEC e Aldário Chrestani Bordonalli/FEEC - Data de
5 Assinatura: 24.07.11 - Vigência: 26 meses - Recursos: conforme descrito na Cláusula Sexta –
6 Do Financiamento - Resumo do Objeto: estabelecer direitos e obrigações entre as Partícipes
7 acerca: a) do tratamento das questões de Propriedade Intelectual sobre os resultados do
8 Projeto “Tecnologias Ópticas Coerentes”; b) do Cronograma de Execução e Desembolso para
9 o desenvolvimento do Projeto; e c) demais obrigações necessárias para o bom andamento do
10 Projeto - Parecer Cepe-311/11; 64) PROC. Nº 29-P-05941/11, em nome da Faculdade de
11 Engenharia Elétrica e de Computação – FEEC – Contrato - Partes: Unicamp/Funcamp e Rede
12 Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP - Executores: Luís Geraldo Pedroso Meloni/FEEC e
13 Paulo Cardieri/FEEC - Data de Assinatura: 06.04.11 - Vigência: 24 meses - Recursos:
14 R\$47.271,30 - Resumo do Objeto: desenvolvimento de parte das pesquisas em prol da
15 execução do Projeto “Construindo Cidades Inteligentes: da Instrumentação dos Ambientes ao
16 desenvolvimento de Aplicações – (CIA)2”, no âmbito do Centro de Pesquisa e
17 Desenvolvimento em Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação – CTIC,
18 coordenado pela RNP - Parecer Cepe-312/11; 65) PROC. Nº 29-P-05229/11, em nome da
19 Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação - FEEC - Contrato - Partes:
20 Unicamp/Funcamp e Momsen, Leonardos & Cia. - Executores: Renato Baldini Filho/FEEC e
21 Celso de Almeida/FEEC - Data de Assinatura: 30.09.11 - Vigência: 12 meses - Recursos:
22 R\$450,00 por hora de trabalho, a ser pago mensalmente - Resumo do Objeto: execução, pela
23 Contratada, de serviços de consultoria técnica e de elaboração de pareceres pelo pessoal
24 técnico designado pela Contratada no Plano de Trabalho anexo, em seu estabelecimento ou
25 qualquer outra localidade indicada por escrito pela Contratante - Parecer Cepe-366/11 - 66)
26 PROC. Nº 03-P-05519/11, em nome da Faculdade de Engenharia Mecânica – FEM - Termo
27 Aditivo nº 01 - Partes: Unicamp/Funcamp e Centro Universitário das Faculdades Associadas
28 de Ensino (FAE) – Unifae - Executores: Kamal Abdel Radi Ismail/FEM e Luiz Felipe
29 Mendes de Moura/FEM - Data de Assinatura: 10.08.11 - Vigência: 12 meses - Recursos:
30 R\$48.000,00 - Resumo do Objeto: continuidade da assessoria ao Centro Universitário das
31 Faculdades Associadas de Ensino – FAE na implantação do curso de Engenharia Mecânica e
32 Ciências de Materiais. Assessorar na escolha dos docentes para o curso, supervisão e
33 orientação dos docentes envolvidos de modo a seguir o espírito e as especificações integradas
34 do curso, direcionar as atividades complementares e extraclasse de modo a completar a
35 formação acadêmica específica dos alunos do curso, sugerir as adaptações e modificações
36 necessárias para obter o melhor resultado. Assessorar na implantação de cursos de extensão
37 adequados para atender a região, e orientação e/ou participação nos projetos de pesquisa de
38 interesse entre a FAE e DETF/FEM/Unicamp - Parecer Cepe-368/11; 67) PROC. Nº 18-P-
39 27597/09, em nome da Faculdade de Engenharia Química – FEQ - 1) Termo Aditivo nº 04 -
40 Partes: Unicamp/Funcamp e Kimberly-Clark Brasil Indústria e Comércio de Produtos de

1 Higiene Ltda. - Executores: Marisa Masumi Beppu/FEQ e Meuris Gurgel Carlos da
2 Silva/FEQ - Data de Assinatura: 1º.07.10 - Vigência: até 1º.09.10 - Recursos: R\$30.000,00 -
3 Resumo do Objeto: desenvolver a técnica para a adição de quitosana ao processo de produção
4 de papel bem como o estudo de sua afinidade com lipídios visando confirmar suas
5 propriedades de maior grau de absorção de óleo e gordura e ação antibacteriana, tecnologia
6 doravante denominada pelas partes de “Adição de Quitosana ao Processo de Papel em Grande
7 Escala”, na escala piloto e industrial - 2) Termo Aditivo nº 01 ao T.A. nº 04 - Data de
8 Assinatura: 17.05.11 - Resumo do Objeto: prorrogar por 18 meses o prazo de vigência do
9 Termo Aditivo supracitado, contados a partir de 02.09.10 até 02.03.12 - Parecer Cepe-313/11;
10 68) PROC. Nº 18-P-02467/11, em nome da Faculdade de Engenharia Química – FEQ –
11 Convênio - Partes: Unicamp/Funcamp e Centro Universitário das Faculdades Associadas de
12 Ensino – FAE - Executores: Milton Mori/FEQ e Gustavo Paim Valença/FEQ - Data de
13 Assinatura: 10.08.11 - Vigência: 05 anos - Resumo do Objeto: estabelecer mútua cooperação
14 técnica e científica entre as partes convenientes, visando à promoção de intercâmbio científico,
15 parcerias e a realização de projetos conjuntos de ensino, pesquisa e extensão, com o
16 aperfeiçoamento em áreas de mútuo interesse através dos meios: intercâmbio de docentes e
17 pesquisadores; implementação de projetos conjuntos de pesquisa; promoção de eventos
18 científicos e culturais; intercâmbio de informações e publicações acadêmicas; e intercâmbio
19 de estudantes - Parecer Cepe-367/11; 69) PROC. Nº 18-P-03142/11, em nome da Faculdade
20 de Engenharia Química – FEQ - Termo Aditivo nº 02 - Partes: Unicamp/Funcamp e Centro
21 Universitário das Faculdades Associadas de Ensino (FAE) – Unifae - Executores: Milton
22 Mori/FEQ e Gustavo Paim Valença/FEQ - Data de Assinatura: 10.08.11 - Vigência: 12 meses
23 - Recursos: R\$48.000,00 - Resumo do Objeto: continuar a assessoria ao Centro Universitário
24 das Faculdades Associadas de Ensino – FAE na implantação do curso de Engenharia Química
25 e Ciências Ambientais. Assessorar na escolha dos docentes para o curso, supervisão e
26 orientação dos docentes envolvidos de modo a seguir o espírito e as especificações integradas
27 do curso, direcionar as atividades complementares e extraclasse de modo a completar a
28 formação acadêmica específica dos alunos do curso, sugerir as adaptações e modificações
29 necessárias para obter o melhor resultado. Assessorar na implantação de cursos de extensão
30 adequados para atender a região, e orientação e/ou participação nos projetos de pesquisa de
31 interesse entre a FAE e Laboratório de Pesquisa em Processos Químicos e Gestão
32 Empresarial/FEQ/Unicamp - Parecer Cepe-369/11; 70) PROC. Nº 37-P-06099/11, em nome
33 da Faculdade de Tecnologia – FT – Contrato - Partes: Unicamp/Funcamp e Rede Nacional de
34 Ensino e Pesquisa – RNP - Executores: Regina Lúcia de Oliveira Moraes/FT e Simone
35 Andrea Pozza/FT - Data de Assinatura: 04.04.11 - Vigência: 24 meses - Recursos:
36 R\$113.506,70 - Resumo do Objeto: desenvolvimento e inovação do Projeto “JiT Clouds –
37 Uma proposta para ampliar a elasticidade de provedores de computação em nuvem baseada na
38 federação de recursos computacionais amortizados”, no âmbito do Centro de Pesquisa e
39 Desenvolvimento em Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação – CTIC,
40 coordenado pela RNP - Parecer Cepe-370/11; 71) PROC. Nº 15-P-02263/11, em nome do

1 Hospital de Clínicas – HC – Contrato - Partes: Unicamp/Funcamp e Novo Nordisk
2 Farmacêutica do Brasil Ltda. - Executores: Marcos Antonio Tambascia/FCM e Valter José
3 Minicucci/FCM - Data de Assinatura: 23.02.11 - Vigência: 05 anos ou até a conclusão do
4 Estudo - Recursos: R\$11.455,00 por paciente - Resumo do Objeto: realização do “Estudo
5 randomizado, controlado, aberto, multicêntrico, multinacional, “treat-to-target”, investigando
6 a eficácia e a segurança da intensificação da insulinoterapia com adição de insulina asparte
7 em bolus em sujeitos com diabetes tipo 2 inadequadamente controlados com insulina basal
8 com ou sem medicamentos antidiabéticos orais: intensificação gradual versus terapia basal-
9 bolus completa” – Protocolo ANA-3786 - Parecer Cepe-314/11; 72) PROC. N° 15-P-
10 11115/11, em nome do Hospital de Clínicas – HC – Contrato - Partes: Unicamp/Funcamp e
11 PPD Development, LP - Executores: Marilda Mazzali/FCM e Gentil Alves Filho/FCM - Data
12 de Assinatura: 29.06.11 - Vigência: até que os objetivos do Estudo sejam atingidos,
13 atualmente estimado em 40 meses - Recursos: R\$11.105,11 por paciente - Resumo do Objeto:
14 condução de um estudo de pesquisa clínica intitulado: “Um Estudo Fase 3, duplo-cego, duplo-
15 simulado, multicêntrico, prospectivo, randomizado da eficácia e segurança dos comprimidos
16 LCP-Tacro™, uma vez ao dia, comparado às cápsulas de Prograf®, duas vezes ao dia, em
17 combinação com Micofenolato Mofetil na prevenção da rejeição aguda do Aloenxerto em
18 pacientes adultos de transplante renal de novo” – Protocolo: LCP-Tacro 3002 - Parecer Cepe-
19 315/11; 73) PROC. N° 15-P-04310/11, em nome do Hospital de Clínicas – HC – Contrato -
20 Partes:Unicamp/Funcamp e Novartis Pharmaceuticals Corporation & PPD do Brasil -
21 Executor: Maria Ângela Bellomo Brandão/HC - Data de Assinatura: 28.04.11 - Vigência: 05
22 anos - Recursos: R\$4.395,00 - Resumo do Objeto: conduzir e realizar um estudo de pesquisa
23 clínica intitulado “Um estudo epidemiológico, multicêntrico, seccional-cruzado, em países
24 Ocidentais e Asiáticos em crianças e adolescentes com Hepatite B Crônica” – Protocolo
25 CLDT600A2414 - Parecer Cepe-345/11; 74) PROC. N° 15-P-27221/08, em nome do Hospital
26 de Clínicas – HC - Emenda nº 01 - Partes: Unicamp/Funcamp e Kendle Internacional Inc. -
27 Executores: Lílian Tereza Lavras Costallat/FCM e Manoel Barros Bértolo/HC - Resumo do
28 Objeto: prorrogar por mais 30 meses a vigência do Contrato para realização de “Um Estudo
29 de Extensão Multicêntrico do Belimumab (HGS1006, LymphoStat-B™), um Anticorpo
30 Monoclonal Completamente Humano Anti-BLyS em Indivíduos com Lúpus Eritematoso
31 Sistêmico (LES) – Protocolo HGS1006-C1074, que Completaram o Protocolo Fase 3
32 HGS1006-C1056 ou HGS1006-C1057” - Parecer Cepe-371/11; 75) PROC. N° 34-P-
33 26626/10, em nome do Instituto de Computação – IC – Convênio - Partes: Unicamp/Funcamp
34 e Kryptus Segurança da Informação Ltda. - Executores: Julio Cesar López Hernández/IC e
35 Ricardo Dahab/IC - Data de Assinatura: 21.09.10 - Vigência: 05 anos - Resumo do Objeto:
36 ampla cooperação entre os Partícipes, com a finalidade de desenvolver projetos e iniciativas
37 de interesse comum nas áreas de Criptografia e Segurança da Informação - Parecer Cepe-
38 316/11; 76) PROC. N° 34-P-26628/10, em nome do Instituto de Computação – IC - 1) Termo
39 Aditivo nº 01 - Partes: Unicamp/Funcamp e Kryptus Segurança da Informação Ltda. -
40 Executores: Julio Cesar López Hernández/IC e Ricardo Dahab/IC - Data de Assinatura:

1 21.09.10 - Vigência: 18 meses - Recursos: R\$108.000,00 - Resumo do Objeto:
2 desenvolvimento de software de criptografia para um processador seguro - 2) Termo Aditivo
3 nº 02 - Data de Assinatura: 03.03.11 - Resumo do Objeto: alterar a Cláusula Oitava do Termo
4 Aditivo nº 01, que trata da vigência, passando a vigorar pelo prazo de 22 meses a partir de
5 21.09.10 - Parecer Cepe-317/11; 77) PROC. Nº 34-P-10587/11, em nome do Instituto de
6 Computação – IC – Contrato - Partes: Unicamp/Funcamp e Rede Nacional de Ensino e
7 Pesquisa – RNP - Executores: Nelson Luis Saldanha da Fonseca/IC e Edmundo Roberto
8 Mauro Madeira/IC - Data de Assinatura: 10.05.11 - Vigência: 24 meses - Recursos:
9 R\$125.246,00 - Resumo do Objeto: desenvolvimento e inovação do Projeto “AltoStratus:
10 Soluções de Middleware para Composição, Execução e Gerenciamento de Serviços em
11 Nuvens Híbridas e Heterogêneas”, no âmbito do CTIC, coordenado pela RNP - Parecer Cepe-
12 318/11; 78) PROC. Nº 34-P-10595/11, em nome do Instituto de Computação – IC – Contrato
13 - Partes: Unicamp/Funcamp e Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP - Executores:
14 Edmundo Roberto Mauro Madeira/IC e Nelson Luis Saldanha da Fonseca/IC - Data de
15 Assinatura: 1º.04.11 - Vigência: 18 meses - Recursos: R\$150.062,00 - Resumo do Objeto:
16 desenvolvimento e inovação do Projeto “ReVir: Redes Virtuais na Internet do Futuro”, no
17 âmbito do CTIC, coordenado pela RNP - Parecer Cepe-319/11; 79) PROC. Nº 26-P-
18 06925/11, em nome do Instituto de Economia – IE - Termo de Contrato - Partes:
19 Unicamp/Funcamp e Município de Campinas – SME - Executores: Anselmo Luis dos
20 Santos/IE e José Dari Krein/IE - Data de Assinatura: 10.03.11 - Vigência: 09 meses -
21 Recursos: R\$162.198,00 - Resumo do Objeto: realização do Curso de Extensão denominado
22 “O Mundo do Trabalho e o Currículo Integrado na Formação de Trabalhadores Jovens e
23 Adultos” a ser ministrado pela Contratada, para profissionais de educação do Sistema Público
24 da Educação, vinculados ao Ensino Fundamental com 168 vagas, com previsão de início em
25 março/2011 e término em dezembro/2011 - Parecer Cepe-320/11; 80) PROC. Nº 26-P-
26 07677/11, em nome do Instituto de Economia – IE – Contrato - Partes: Unicamp/Funcamp e
27 FGV-EAESP - Executores: Mariano Francisco Laplane/IE e Cláudio Schuller Maciel/IE -
28 Data de Assinatura: 29.08.11 - Vigência: 03 anos - Recursos: R\$1.300,00 mensais por sala -
29 Resumo do Objeto: autorização para uso de quatro salas de aulas do IE/Unicamp para a
30 realização de atividades de ensino na área de pós-graduação “lato sensu” em nível de
31 especialização, a saber, o Curso de Especialização em Administração para Graduados –
32 CEAG, oferecido pela Fundação Getúlio Vargas, através de sua Escola de Administração de
33 Empresas de São Paulo – EAESP - Parecer Cepe-321/11; 81) PROC. Nº 09-P-01468/11, em
34 nome do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH - Acordo de Cooperação - Partes:
35 Unicamp e Universidade Nova de Lisboa – Portugal - Executores: Silvia Hunold Lara/IFCH e
36 Fernando Teixeira da Silva/IFCH - Data de Assinatura: 04.07.11 - Vigência: 05 anos -
37 Resumo do Objeto: promover a cooperação entre ambas as instituições, em áreas de mútuo
38 interesse, através de: intercâmbio de docentes e pesquisadores; implementação de projetos
39 conjuntos de pesquisa; promoção de eventos científicos e culturais; intercâmbio de
40 informações e publicações acadêmicas; e intercâmbio de estudantes - Parecer Cepe-322/11;

1 82) PROC. Nº 09-P-01474/11, em nome do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH
2 - Termo Aditivo nº 01 - Partes: Unicamp e Universidade Nova de Lisboa – Portugal -
3 Executores: Silvia Hunold Lara/IFCH e Fernando Teixeira da Silva/IFCH - Data de
4 Assinatura: 04.07.11 - Vigência: 05 anos - Resumo do Objeto: colaborar na área da História
5 Social e da História do Direito, por meio da organização de um programa acadêmico que
6 inclui: colaboração no desenvolvimento da Base de Dados “Legislação: Trabalhadores e
7 Trabalho em Portugal e no Brasil”, destinada a disponibilizar na internet a legislação
8 portuguesa e brasileira produzida nos séculos XVI e XX sobre os trabalhadores escravos,
9 libertos e livres e as condições de trabalho em Portugal, África portuguesa e no Brasil;
10 promoção de encontros científicos para discutir a metodologia de trabalho e a análise dos
11 resultados obtidos na elaboração dessa Base de Dados; intercâmbio de informações e troca de
12 experiências entre projetos em desenvolvimento no Centro de Pesquisa em História Social da
13 Cultura (CECULT) do IFCH/Unicamp e no Centro de Investigação em Direito e Sociedade
14 (CEDIS) da Faculdade de Direito/Universidade Nova de Lisboa; e intercâmbio de
15 pesquisadores, docentes e estudantes vinculados aos dois Centros de Pesquisa e Investigação -
16 Parecer Cepe-323/11; 83) PROC. Nº 08-P-16159/08, em nome do Instituto de Física “Gleb
17 Wataghin” – IFGW - 1) Aditivo 03 - Partes: Unicamp/Funcamp e Petrobras - Executores:
18 Júlio Cesar Hadler Neto/IFGW e Sandro Guedes de Oliveira/IFGW - Data de Assinatura:
19 17.01.11 - Resumo do Objeto: alterar o Plano de Trabalho do Convênio Específico, Termo de
20 Cooperação nº 0050.0041225.08.4, que visa à união de esforços dos Partícipes para o
21 desenvolvimento do Projeto de P&D intitulado “Estudo da Termocronologia de Bacias
22 Sedimentares utilizando-se a Análise de Traços de Fissão em Apatita e Zircão –
23 Termocronbaci” - 2) Aditivo 02 - Data de Assinatura: 25.03.11 - Resumo do Objeto: dilatar o
24 prazo de vigência do Termo de Cooperação supracitado, por mais 180 dias, a partir de
25 28.03.11, passando o seu término para 23.09.11 - Parecer Cepe-372/11; 84) PROC. Nº 22-P-
26 23236/06, em nome do Instituto de Geociências – IG - 1) Aditivo 05 - Partes:
27 Unicamp/Funcamp e Petrobras - Executores: Elson Paiva de Oliveira/IG e Carlos Roberto de
28 Souza Filho/IG - Data - de Assinatura: 11.05.10 - Resumo do Objeto: alterar o Plano de
29 Trabalho do Convênio Específico 4600228169 – Termo de Cooperação Cenpes-
30 0050.0022710.06.4, que objetiva desenvolver o Projeto intitulado “Implantação da
31 infraestrutura do Laboratório de LA-ICP-MS do IG/Unicamp” - 2) Aditivo 06 - Data de
32 Assinatura: 26.05.11 - Resumo do Objeto: prorrogar o prazo de vigência do Convênio
33 Específico nº 06 ao Termo de Cooperação supracitado, por mais 365 dias a partir de 16.06.11,
34 passando o seu término para 15.06.12 - Parecer Cepe-324/11; 85) PROC. Nº 22-P-21998/08,
35 em nome do Instituto de Geociências – IG - Termo Aditivo - Partes: Unicamp/Funcamp e
36 Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf - Executores: André Tosi Furtado/IG e
37 Maria Beatriz Machado Bonacelli/IG - Data de Assinatura: 26.04.11 - Vigência: até 30.06.12
38 - Recursos: R\$726.132,52 - Resumo do Objeto: alterar e reprogramar o cronograma físico
39 financeiro e prorrogar a vigência do Contrato para a execução do Projeto Chesf de Pesquisa e
40 Desenvolvimento Tecnológico, denominado “Metodologia de avaliação de projetos de P&D

1 do setor elétrico”, ciclo 2004/2005, aprovado pela Aneel, através do Ofício 278/2006-
2 SRG/Aneel, de 11.09.06 - Parecer Cepe-325/11; 86) PROC. Nº 01-P-17756/10, em nome de
3 Incubadora de Empresas de Base Tecnológica da Unicamp – Incamp - 1) Convênio - Partes:
4 Unicamp/Funcamp e RED Universitária Iberoamericana de Incubación de Empresas – RED
5 Emprendia - Executores: Davi Inocêncio Sales/Incamp e Roberto de Alencar Lotufo/Inova -
6 Data da Assinatura: 1º.07.2010 - Vigência: 06 meses - Recursos: US\$15.000 - Resumo do
7 Objeto: repasse financeiro para criação de um escritório de representação da Red Emprendia
8 na Incamp, visando promover e colaborar nos programas de divulgação da cultura
9 empreendedora com o fim de favorecer a criação de empresas de base tecnológica de origem
10 universitária - 2) Termo Aditivo Nº 01 - Resumo do Objeto: prorrogar a vigência do Convênio
11 supramencionado pelo período de 09 meses, encerrando-se em 30.09.2011 - 3) Termo Aditivo
12 Nº 02 - Resumo do Objeto: prorrogar a vigência do Convênio supramencionado pelo período
13 de 06 meses, encerrando-se em 30.03.2012 - Parecer CAD-55/11; 87) PROC. Nº 01-P-
14 20036/07, em nome da Agência de Inovação da Unicamp – Inova - 1) Termo Aditivo - Partes:
15 Unicamp/Funcamp e Contech Produtos Biodegradáveis Ltda. - Executores: Wilson de
16 Figueiredo Jardim/IQ e Célio Pasquini/IQ - Data de Assinatura: 11.03.10 - Resumo do
17 Objeto: alterar a Cláusula Quarta, item 4.2 (Royalties) e item 4.4 (Despesas com Depósito e
18 Manutenção da(s) Marca(s) e da(s) Patente(s)) e incluir o item 6.3 na Cláusula Sexta (Da
19 Propriedade Intelectual) do Contrato para a formalização do Licenciamento Exclusivo da
20 Licenciante para a licenciada da tecnologia “Reagente para a destruição In-Situ e Ex-Situ de
21 contaminantes ambientais” - 2) Segundo Termo Aditivo - Data de Assinatura: 05.09.11 -
22 Resumo do Objeto: alterar a Cláusula Primeira, item 1.1; a Cláusula Terceira, item 3.2.f; a
23 Cláusula Sexta, item 6.1; a Cláusula Sétima, nome e item 7.1; e incluir, na Cláusula Sexta, os
24 itens 6.1.1 e 6.1.1.1 e na Cláusula Sétima, os itens 7.2, 7.3, 7.4, 7.5 e 7.6 do Contrato de
25 Licenciamento supracitado, complementando o Primeiro Termo Aditivo - Parecer Cepe-
26 346/11 - 88) PROC. Nº 01-P-27935/10, em nome da Agência de Inovação da Unicamp –
27 Inova - Instrumento Particular de Reconhecimento de Direitos - Partes: Unicamp, USP e
28 Stenville Têxtil Ltda. - Executores: Roberto de Alencar Lotufo/Inova e Patrícia Magalhães de
29 Toledo/Inova - Data de Assinatura: 07.10.10 - Vigência: período de vigência da patente e no
30 caso de indeferimento ou nulidade do pedido de Patente o presente instrumento terá validade
31 de 10 anos - Resumo do Objeto: reconhecimento mútuo dos direitos e obrigações sobre a
32 Propriedade Intelectual, no Brasil e no Exterior, do projeto de pesquisa intitulado “Composto
33 corante à base de extrato natural de resíduos de folhas e galhos de eucalyptus o qual pode ser
34 aplicado em tingimento têxtil para fibras celulósicas e proteicas”, desenvolvido entre USP,
35 Unicamp e Stenville - Parecer Cepe-347/11; 89) PROC. Nº 01-P-7674/11, em nome da
36 Agência de Inovação da Unicamp – Inova - Termo de Ajuste de Propriedade Intelectual -
37 Partes: Unicamp, USP, Unifal-MG e Ufop - Executores: Roberto de Alencar Lotufo/Inova e
38 Patrícia Tavares Magalhães de Toledo/Inova - Data de Assinatura: 26.08.2011 - Vigência: a
39 partir da data da assinatura e terão vigência em consonância com os prazos legais de cada tipo
40 de proteção de propriedade intelectual ou enquanto perdurarem os direitos de propriedade

1 intelectual outorgados pelos órgãos competentes nos âmbitos nacional e internacional -
2 Resumo do Objeto: reconhecimento mútuo dos direitos e obrigações sobre a Propriedade
3 Intelectual, no Brasil e no Exterior, do pedido de patente intitulado “Uso de composto isolado
4 da *Rheedia Brasiliensis* na prevenção e/ou tratamento de doenças” - Parecer CAD-52/11; 90)
5 PROC. Nº 01-P-16126/11, em nome da Agência de Inovação da Unicamp – Inova – Convênio
6 - Partes: Unicamp/Funcamp e Nílton Sérgio de Aquino - Executores: Davi I. Sales/Incamp e
7 Roberto de Alencar Lotufo/Inova - Data de Assinatura: 07.06.2011 - Vigência: até 31.05.2012
8 - Recursos: R\$550,00 por mês - Resumo do Objeto: regulamentação das relações entre a
9 Unicamp e o Pré-Incubado estabelecendo, entre outros, as condições de permissão de uso, a
10 título precário, de espaço físico nas dependências da Incamp, necessários ao desenvolvimento,
11 em caráter temporário, do projeto do Pré-Incubado - Parecer CAD-53/11; 91) PROC. Nº 01-
12 P-01894/11, em nome da Agência de Inovação da Unicamp – Inova - Contrato de
13 Licenciamento - Partes: Unicamp e Instituto Empreender Endeavor - Executores: Roberto de
14 Alencar Lotufo/Inova e Marcelo Knobel/PRG - Data de Assinatura: 29.07.11 - Vigência: 12
15 meses - Resumo do Objeto: concessão, pelo Endeavor à Unicamp e seus colaboradores, do
16 direito de utilizar, reproduzir, transmitir e exibir os materiais educativos do programa “Bota
17 pra Fazer – Crie seu negócio de alto impacto”, em Cursos a serem organizados, realizados e
18 lecionados na Unicamp - Parecer Cepe-373/11; 92) PROC. Nº 11-P-16413/07, em nome do
19 Instituto de Química – IQ - 1) Primeiro Termo Aditivo - Partes: Unicamp/Funcamp e Contech
20 Produtos Biodegradáveis Ltda. - Executores: Oswaldo Luiz Alves/IQ e Fernando
21 Galembeck/IQ - Data de Assinatura: 11.03.10 - Resumo do Objeto: alterar a Cláusula Quarta,
22 item 4.4, 4.2 subitem 4.2.2, incluir o item 6.3 na Cláusula Sexta e incluir o licenciamento, em
23 caráter exclusivo do pedido de patente PI 0802299-2, intitulado “processo de fabricação,
24 aplicação, recuperação, reutilização e destinação final de materiais porosos bidimensionais”,
25 depositado em cotitularidade, UNICAMP e CONTECH, junto ao INPI em 31.07.08 - 2)
26 Segundo Termo Aditivo - Data de Assinatura: 05.09.11 - Resumo do Objeto: alterar a
27 Cláusula Primeira, item 1.1; a Cláusula Terceira, item 3.2.f; Cláusula Sexta, inclusão do item
28 6.1.1, a Cláusula Sétima, nome e item 7.1; e incluir na Cláusula Sétima os itens 7.2, 7.3, 7.4,
29 7.5 e 7.6 ao Contrato de Licenciamento firmado em 06.09.07 - Parecer Cepe-348/11; 93)
30 PROC. Nº 11-P-18598/10, em nome do Instituto de Química – IQ - Termo Aditivo nº 01 -
31 Partes: Unicamp/Funcamp e ANP - Executores: Watson Loh/IQ e Antonio Claudio Herrera
32 Braga/IQ - Data de Assinatura: 11.08.11 - Recursos: R\$2.909.627,74 - Resumo do Objeto:
33 prorrogar a vigência do Contrato original por até 12 meses, contados a partir de 12.08.11, com
34 fundamento no artigo 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, com redução dos valores dos
35 serviços de coleta e transporte para o Centro de Pesquisas e Análises Tecnológicas – CPT -
36 Parecer Cepe-349/11; 94) PROC. Nº 11-P-02688/11, em nome do Instituto de Química – IQ -
37 Contrato - Partes: Unicamp/Funcamp e Jari Celulose, Papel e Embalagens S.A. - Executores:
38 Celio Pasquini/IQ e Wilson de Figueiredo Jardim/IQ - Data de Assinatura: 02.08.11 -
39 Vigência: 24 meses - Recursos: R\$30.000,00 - Resumo do Objeto: prestação de serviços de
40 consultoria visando à elaboração de modelos multivariados de regressão para a determinação

1 de teor de extrativo, teor de lignina, rendimento de polpa à kappa constante e densidade básica
2 de madeira de eucalipto, com base em Espectroscopia no Infravermelho Próximo, in loco nas
3 dependências da Contratante, em Monte Dourado – PA - Parecer Cepe-374/11; 95) PROC. Nº
4 01-P-12998/10, em nome do Museu Exploratório de Ciências - 1) Convênio - Partes:
5 Unicamp e Azul – Linhas Aéreas Brasileiras S/A - Executores: Cristina Meneguello/Museu,
6 Marcelo Firer/Museu, Adriana Vitorino Rossi/Museu e Samuel Rocha de Oliveira/Museu -
7 Data de Assinatura: 29.04.10 - Vigência: 05 anos - Resumo do Objeto: ampla cooperação
8 entre as partícipes, com a finalidade de possibilitar e facilitar o desenvolvimento de
9 programas de divulgação científica desenvolvidos pelo Museu Exploratório de Ciências –
10 Unicamp, ou outros órgãos da Unicamp - 2) Termo de Reti-Ratificação - Resumo do Objeto:
11 retificar o nome do representante legal da empresa Azul indicado no referido Convênio de
12 Cooperação - Parecer Cepe-326/11; 96) PROC. Nº 01-P-01872/11, em nome do Núcleo
13 Interdisciplinar de Planejamento Energético – Nipe - Contrato - Partes: Unicamp/Funcamp e
14 Rio Grande Energia - Executores: Ennio Peres da Silva/IFGW e Ernesto Ruppert Filho/FEEC
15 - Data de Assinatura: 1º.04.11 - Vigência: 36 meses - Recursos: R\$1.623.479,00 - Resumo do
16 Objeto: prestação de serviços, pela Contratada à RGE, para o desenvolvimento do projeto de
17 pesquisa e desenvolvimento intitulado “DE0042 Sistema Híbrido Solar-Eólica”, cujo objeto
18 consiste em avaliar a inserção da geração distribuída em baixa tensão, com sistemas híbridos
19 de geração fotovoltaico-eólica, com e sem armazenamento de energia - Parecer Cepe-375/11;
20 c) Encerrados - 97) PROC. Nº 01-P-12494/06, em nome de Centro de Biologia Molecular e
21 Engenharia Genética – CBMEG – Acordo - Partes: Unicamp e Embrapa - Executores: Anete
22 Pereira de Souza/CBMEG e Ana Maria Lima de Azeredo-Espin/CBMEG - Data de
23 Assinatura: 03.05.06 - Vigência: 03 anos - Resumo do Objeto: estabelecer as condições para a
24 transferência pela Embrapa e uso pela Unicamp dos materiais biológicos oriundos de (banco
25 de germoplasma) (coleção) da Embrapa - Parecer Cepe-376/11; 98) PROC. Nº 01-P-
26 05255/10, em nome da Comissão Permanente para os Vestibulares – Comvest - Termo de
27 Rescisão - Partes: Unicamp/Funcamp e Associação Brasileira de Otorrinolaringologia e
28 Cirurgia Cérvico-Facial – Aborl/CCF - Executores: Renato Hyuda de Luna Pedrosa/Comvest
29 e Cláudio Henrique de Moraes Batalha/Comvest - Data de Assinatura: 21.06.11 - Resumo do
30 Objeto: formalizar a rescisão do contrato celebrado em 07.06.10 que objetivou a prestação,
31 pela Contratada, através da COMVEST/UNICAMP, de serviços técnicos especializados para
32 a realização de Avaliação Acadêmica/Estatística do Exame de Proficiência de Especialidade
33 da ABORL/CCF, doravante denominado Exame(s), referente às edições do mesmo realizadas
34 nos anos de 2009 e 2010 - Parecer Cepe-327/11; 99) PROC. Nº 02-P-00462/98, em nome da
35 Faculdade de Ciências Médicas - FCM – Contrato - Partes: Unicamp/Funcamp e Novartis
36 Biociências S.A. - Executores: Elemir Macedo de Souza/FCM e Ana Maria Uthida
37 Tanaka/FCM - Data de Assinatura: 10.08.98 - Vigência: até o término efetivo da pesquisa -
38 Resumo do Objeto: realização de uma pesquisa clínica intitulada “Estudo multicêntrico,
39 randomizado, duplo-cego, controlado, de grupos paralelos, sobre a eficácia, tolerabilidade e
40 segurança do Lamisil® (terbinafina) dermgel 1%, comparado com placebo gel (veículo) uma

1 vez ao dia, durante uma semana, no tratamento da tinea cruris” - Parecer Cepe-328/11; 100)
2 PROC. Nº 02-P-02221/05, em nome da Faculdade de Ciências Médicas – FCM - 1) Convênio
3 - Partes: Unicamp e Prefeitura Municipal de Amparo - Executores: Olga Maria Fernandes de
4 Carvalho/FCM e Márcia Regina Nozawa/FCM - Data de Assinatura: 10.02.05 - Vigência: 12
5 meses, a partir de 11.02.05 - Resumo do Objeto: viabilizar a formação de profissionais de
6 saúde através de Residência em Saúde da Família da FCM/UNICAMP nas Unidades de
7 Saúde da Rede Municipal de Amparo por meio de atividades assistenciais e de ensino - 2)
8 Termo Aditivo nº 01 - Executores: Olga Maria Fernandes de Carvalho/FCM e Márcia Regina
9 Nozawa/FCM - Data de Assinatura: 10.02.06 - Resumo do Objeto: prorrogar a vigência do
10 convênio supracitado pelo prazo de 12 meses, a partir de 11.02.06 - Parecer Cepe-329/11;
11 101) PROC. Nº 02-P-26391/07, em nome da Faculdade de Ciências Médicas – FCM - Termo
12 Aditivo nº 02 - Partes: Unicamp e Prefeitura Municipal de Sumaré - Executores: Carlos
13 Roberto Silveira Correa/FCM e Roberto Teixeira Mendes/FCM - Data de Assinatura:
14 11.09.07 - Vigência: 34 meses - Recursos: conforme descrito na Cláusula Terceira –
15 Recursos, Pagamento e Reajuste - Resumo do Objeto: permitir a realização de estágio de
16 alunos de graduação, pós-graduação e extensão da FCM/Unicamp no âmbito do SUS do
17 município de Sumaré visando conhecer, desenvolver e implementar ações relacionadas com a
18 assistência e vigilância em saúde prestada aos moradores do município - Parecer Cepe-
19 330/11; 102) PROC. Nº 02-P-24331/03, em nome da Faculdade de Ciências Médicas – FCM
20 – Contrato - Partes: Unicamp/Funcamp e Prefeitura Municipal de Indaiatuba - Executores:
21 Olga Maria Fernandes de Carvalho/FCM e Clarissa Waldige Mendes Nogueira/FCM - Data
22 de Assinatura: 22.03.04 - Vigência: 10 meses - Recursos: R\$10.000,00 - Resumo do Objeto:
23 prestação, pela Contratada de serviços técnicos profissionais destinados a realização de curso
24 de Capacitação (Introdutório) para profissionais da área da saúde, mais especificamente da
25 área de Saúde da Família, de interesse da Contratante - Parecer Cepe-377/11; 103) PROC. Nº
26 02-P-26520/06, em nome da Faculdade de Ciências Médicas – FCM - 1) Convênio - Partes:
27 Unicamp e Prefeitura Municipal de Amparo - Executores: Olga Maria Fernandes de
28 Carvalho/FCM e Márcia Regina Nozawa/FCM - Data de Assinatura: 12.02.07 - Vigência: 12
29 meses, a partir de 11.02.07 - Recursos: conforme descrito na Cláusula 4ª deste Termo -
30 Resumo do Objeto: formação de profissionais de saúde através de Residência em Saúde da
31 Família da FCM/Unicamp nas Unidades de Saúde da Rede Municipal de Amparo por meio de
32 atividades assistenciais e de ensino - 2) Termo Aditivo nº 01 - Data de Assinatura: 17.01.08 -
33 Resumo do Objeto: prorrogar a vigência do convênio supracitado pelo prazo de 12 meses a
34 partir de 11.02.08 - Parecer Cepe-378/11; 104) PROC. Nº 28-P-19644/03, em nome da
35 Faculdade de Engenharia Agrícola – Feagri - 1) Termo Aditivo nº 01 - Partes:
36 Unicamp/Funcamp e Embrapa - Executores: Luís Augusto Barbosa Cortez/Feagri e Marcos
37 David Ferreira/Feagri - Data de Assinatura: 31.12.04 - Resumo do Objeto: repasse à Funcamp
38 de recursos financeiros referentes às segunda e terceira parcelas, conforme previsto no
39 Projeto/Subprojeto/Plano de Trabalho, do Convênio original - 2) Termo Aditivo nº 02 - Data
40 de Assinatura: 20.11.06 - Resumo do Objeto: prorrogar o prazo de vigência do Convênio

1 referente ao “Projeto de apoio ao desenvolvimento de tecnologia agropecuária para o Brasil –
2 Prodatab” para 25.05.07 - 3) Termo Aditivo nº 03 - Data de Assinatura: 24.05.07 - Resumo do
3 Objeto: prorrogar o prazo de vigência do Convênio referente ao “Projeto de apoio ao
4 desenvolvimento de tecnologia agropecuária para o Brasil – Prodatab” para 25.11.07 - Parecer
5 Cepe-331/11; 105) PROC. Nº 05-P-14370/98, em nome da Faculdade de Engenharia Civil,
6 Arquitetura e Urbanismo – FEC - Acordo de Cooperação - Partes: Unicamp e Department of
7 Engineering of Queen Mary and Westfield College – University of London – Reino Unido -
8 Executores: Aloísio Ernesto Assan/FEC e Mário Conrado Cavichia/FEC - Data de Assinatura:
9 10.09.99 - Vigência: 05 anos - Resumo do Objeto: promover a cooperação entre ambas as
10 instituições, em áreas de mútuo interesse, através de: intercâmbio de docentes e
11 pesquisadores; realização de projetos conjuntos de pesquisa; promoção de eventos científicos
12 e culturais; intercâmbio de informações e publicações acadêmicas; e intercâmbio de
13 estudantes - Parecer Cepe-379/11; 106) PROC. Nº 05-P-24200/98, em nome da
14 Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo – FEC - Termo Aditivo nº 01 -
15 Partes: UNICAMP e Department of Engineering of Queen Mary and Westfield College –
16 University of London – Reino Unido - Executores: Aloísio Ernesto Assan/FEC e Mário
17 Conrado Cavichia/FEC - Vigência: 05 anos - Resumo do Objeto: colaborar no domínio da
18 cooperação científica, através da organização de um programa acadêmico que inclui o
19 intercâmbio de docentes, estudantes e atividades de pesquisas em comum - Parecer Cepe-
20 380/11; 107) PROC. Nº 23-P-05238/10, em nome da Faculdade de Educação Física – FEF -
21 Termo Aditivo nº 02 - Partes: Unicamp e Sesc - Executores: Paulo Ferreira de Araújo/FEF e
22 Marco Antonio Coelho Bortoleto/FEF - Vigência: 29 e 30.06.10 e 01 a 04.07.10 - Resumo do
23 Objeto: viabilizar a realização do V Fórum Internacional de Ginástica Geral (V FIGG) e II
24 Simpósio Internacional de Ginástica Artística e Rítmica de Competição (II Sigarc) - Parecer
25 CEPE-332/11; 108) PROC. Nº 15-P-23887/07, em nome do Hospital de Clínicas – HC –
26 Convênio - Partes: Unicamp/Funcamp e Prefeitura Municipal de Hortolândia, através da
27 Secretaria Municipal de Educação – SME - Executor: Carlos Eduardo Leite Arieta/FCM -
28 Data de Assinatura: 27.06.08 - Vigência: 60 dias - Recursos: R\$21.530,00 - Resumo do
29 Objeto: promover ações educacionais voltadas para a identificação e correção precoce de
30 problemas visuais em 1790 alunos com suspeita de baixa visão, matriculados na Educação
31 Infantil e Ensino Fundamental da rede municipal de ensino, através de atendimento
32 oftalmológico - Parecer Cepe-333/11; 109) PROC. Nº 32-P-04245/08, em nome do Centro de
33 Hematologia e Hemoterapia – Hemocentro - 2º Termo Aditivo de Convênio - Partes:
34 Unicamp e Ministério da Saúde - Executores: Cármino Antônio de Souza/Hemocentro e Irene
35 Gyongyver Heidemarie Lorand Metze/Hemocentro Data de Assinatura: 26.05.2009 - Resumo
36 do Objeto: prorrogar a vigência do Convênio nº 3071/07 até 31.12.2009 para apoio técnico e
37 financeiro para Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para Unidade de
38 Hematologia e Hemoterapia, visando ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) -
39 Parecer CAD-56/11; 110) PROC. Nº 26-P-02443/11, em nome do Instituto de Economia – IE
40 - 1) Termo Aditivo nº 164 - Partes: Unicamp e Funcamp - Executores: Mariano Francisco

1 Laplane/IE e Cláudio Schuller Maciel/IE - Data de Assinatura: 03.05.11 - Vigência: até
2 15.09.13 - Resumo do Objeto: administração, pela Funcamp, dos recursos oriundos do
3 ressarcimento dos custos de elaboração de livros editados pelo IE - 2) Termo de Rescisão -
4 Data de Assinatura: 22.07.11 - Resumo do Objeto: rescindir o Termo Aditivo supracitado -
5 Parecer Cepe-334/11 - 111) PROC. Nº 21-P-06057/09, em nome do Instituto de Estudos da
6 Linguagem – IEL - 1) Termo Aditivo nº 01 - Partes: Unicamp/Funcamp e Organização
7 Brasileira para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Controle do Espaço Aéreo –
8 CTCEA - Executores: Matilde Virgínia Ricardi Scaramucci/IEL e Maria Rita Salzano
9 Moraes/IEL - Data de Assinatura: 31.08.10 - Vigência: até 30.11.10 - Resumo do Objeto:
10 prorrogação em 2 meses dos prazos previstos para a conclusão do objeto do Acordo de
11 Cooperação que visa validar o Exame de Proficiência em Língua Inglesa para os Profissionais
12 Prestadores de Serviços de Tráfego Aéreo do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro
13 – Sisceab - 2) Termo de Encerramento - Data de Assinatura: 10.03.11 - Resumo do Objeto:
14 encerrar os compromissos e obrigações estabelecidas no Acordo em questão, considerando
15 que o mesmo foi integralmente cumprido pelas partes dando-se mútua, plena e geral quitação
16 - Parecer CEPE-335/11; 112) PROC. Nº 11-P-20801/10, em nome do Instituto de Química –
17 IQ - 1) Contrato - Partes: Unicamp/Funcamp e Petrobras - Executores: Wilson de Figueiredo
18 Jardim/IQ e Célio Pasquini/IQ - Data de Assinatura: 1º.12.10 - Vigência: 180 dias corridos -
19 Recursos: R\$186.780,00 - Resumo do Objeto: execução, pela Universidade, sob regime de
20 preço global, de serviços de “Teste de Tratabilidade de Sedimentos Contaminados com
21 Derivados de Petróleo usando o Processo de Solubilização Oxidativa” - 2) Aditivo 01 - Data
22 de Assinatura: 27.05.11 - Vigência: até 27.08.11 - Resumo do Objeto: dilatar o prazo do
23 Contrato supracitado por mais 90 dias corridos, a partir de 29.05.11 - Parecer Cepe-336/11;
24 113) PROC. Nº 01-P-17911/09, em nome de Laboratório de Estudos Avançados em
25 Jornalismo/ Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade - Labjor/Nudecri - Termos de
26 Compromisso - Partes: UNICAMP, União, por intermédio do Ministério do Esporte – ME e
27 Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer - Executores: Vera Regina
28 Toledo Camargo/Labjor e Maria Beatriz Rocha Ferreira/FEF - Data de Assinatura: 05.03.11 -
29 Recursos: R\$5.750,00 - Vigência: até 06.05.11 - Resumo do Objeto: editoração gráfica da
30 obra “Jogos dos Povos Indígenas: Celebração e Memória”, bem como a impressão da citada
31 obra - Parecer Cepe-337/11; 114) PROC. Nº 01-P-29589/09, em nome do Núcleo de Estudos
32 de Políticas Públicas – NEPP – Contrato - Partes: Unicamp e Prefeitura do Município de
33 Jundiaí - Executores: José Roberto Rus Perez/NEPP e Margareth do Carmo Vieira
34 Junqueira/NEPP - Data de Assinatura: 30.12.09 - Vigência: 02 meses - Recursos:
35 R\$31.000,00 - Resumo do Objeto: prestar serviços referentes a capacitação de equipe técnica
36 do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), com vistas a assegurar
37 abordagens mais qualificadas nos processos de trabalhos desenvolvidos do município de
38 Jundiaí, serviços estes de proteção social especial de média complexidade - Parecer Cepe-
39 338/11; 115) PROC. Nº 01-P-17301/08, em nome do Núcleo Interdisciplinar de Planejamento
40 Energético – Nipe - 1) Aditivo 01 - Partes: Unicamp/Funcamp e Companhia Hidro Elétrica do

1 São Francisco – Chesf - Executores: Paulo de Barros Correia/FEM e Takaaki Ohishi/FEEC -
2 Data de Assinatura: 02.12.09 - Resumo do Objeto: excluir do valor do Contrato original,
3 despesas referentes à cobrança da CPMF, extinta, que compunha tal preço para execução do
4 Projeto Chesf de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico, denominado “Otimização do
5 Potencial de Geração de Usinas Hidrelétricas” - 2) Aditivo 02 - Data de Assinatura: 02.02.10 -
6 Resumo do Objeto: prorrogar o prazo de execução dos serviços para até 31.03.10 e da
7 vigência do Contrato supracitado até 24.06.10 - 3) Termo de Encerramento e Quitação - Data
8 de Assinatura: 10.03.11 - Resumo do Objeto: entrega pela Unicamp dos serviços prestados e a
9 quitação dos valores correspondentes pactuados, e ampla, geral e irrestrita quitação mútua -
10 Parecer Cepe-340/11; 116) PROC. N° 01-P-07202/03, em nome do Núcleo Interdisciplinar de
11 Planejamento Energético – Nipe - Aditivo nº 01 - Partes: Unicamp/Funcamp e Companhia
12 Paulista de Força e Luz – CPFL - Executores: Gilberto De Martino Jannuzzi/FEM e Sérgio
13 Valdir Bajay/FEM - Data de Assinatura: 02.06.04 - Recursos: R\$296.890,00 - Resumo do
14 Objeto: acréscimo de recursos no Contrato original que objetiva a prestação, por parte da
15 Contratada à CPFL de serviços tecnológicos de pesquisa e desenvolvimento referentes ao
16 projeto “PD111-03 Estudo para avaliação de impactos econômicos decorrentes da
17 implantação de tarifas modificadas e oportunidades para eficiência energética – Fase 1/2” -
18 Parecer Cepe-381/11; 117) PROC. N° 01-P-16978/02, em nome da Reitoria - 1) Convênio -
19 Partes: Unicamp e Finep - Executores: Luís Augusto Barbosa Cortez/FEAGRI e Ernesto
20 Ruppert Filho/FEEC - Data de Assinatura: 11.10.02 - Vigência: até 11.04.10 - Recursos: até
21 R\$1.428.840,00 - Resumo do Objeto: transferência de recursos financeiros, pelo Concedente
22 ao Conveniente, para o Plano de desenvolvimento da infraestrutura institucional de pesquisa
23 intitulado “Economia de Energia e Cogeração na Unicamp” - 2) Acordo de Confidencialidade
24 - Partes: Unicamp e Iqara Energy Services Ltda. - Data de Assinatura: maio/2004 - Vigência:
25 05 anos - Resumo do Objeto: estabelecer os termos e condições que regularão a
26 confidencialidade das informações definidas na Cláusula Terceira a serem transmitidas de
27 uma Parte à outra durante as Tratativas - Parecer Cepe-341/11; 118) PROC. N° 01-P-
28 01869/08, em nome da Reitoria - Termo de Rescisão - Partes: UNICAMP e Estado de São
29 Paulo, por intermédio da Secretaria de Ensino Superior - Executores: José Ranali/GR e
30 Roberto Bosso/Aeplan - Data de Assinatura: 07.07.2009 - Resumo do Objeto: rescindir de
31 comum acordo e na melhor forma de direito, o Convênio celebrado em 12.06.2008, visando à
32 transferência de recursos financeiros para ações relacionadas com a implantação da UNIVESP
33 – Universidade Virtual do Estado de São Paulo - Parecer CAD-51/11. A seguir, o
34 MAGNÍFICO REITOR inicia a discussão do item 2, objeto do Proc. nº 01-E-25887/10, que
35 trata de Proposta de Reestruturação de Departamentos, contendo o Relatório do Grupo de
36 Trabalho. Esta é uma proposta antiga no Conselho Universitário, não é a primeira vez que um
37 grupo de trabalho propõe mudanças estruturais nos departamentos. Cerca de oito anos atrás
38 houve a última grande mudança em que foi proposta a possibilidade de qualquer unidade
39 optar por não ter departamento algum; e há aproximadamente 15 anos houve outra grande
40 discussão em que o número de docentes para se formar um departamento, que antes era em

1 torno de quatro, passou para seis. E suscita discussões cada vez que alguém questiona sobre o
2 que representa hoje o departamento, em quais áreas são importantes e, se são importantes,
3 qual deve ser seu tamanho para que cumpra a sua função. Em geral, essas discussões sobre
4 reestruturação não são agradáveis a todos, porque ela modificaria o *status quo* de numerosos
5 grupos de pesquisadores e essas mudanças são incômodas. No entanto, várias vezes e vários
6 conselheiros do Conselho Universitário, com composição diferente, têm levantado esse
7 assunto. Isso significa que a Unicamp deve refletir se mantém a regra atual que diz que para
8 um departamento ser formado e mantido, tem de contar com pelo menos seis docentes. E
9 então surge a questão: se ele começar com seis e depois perder pessoas, pode continuar
10 existindo, por exemplo, com duas pessoas? E existem casos assim. Entende que essa é uma
11 discussão difícil, que afeta a convivência diária com os colegas, e que produziria grandes
12 mudanças; no entanto, ela é necessária. Muitas vezes o Conselho Universitário discutiu e não
13 mudou nada. Também é uma possibilidade. Mas é obrigação trazer para discussão. Há cerca
14 de dois anos decidiram constituir um grupo de trabalho, do qual participaram diretores de
15 unidades, membros do Conselho Universitário etc., para que estudassem o modelo da
16 Unicamp, analisassem o que existe em outras universidades, e apresentassem um balanço da
17 situação e uma proposta para o Consu decidir. Ressalta que essa não é uma proposta política,
18 não tem caráter partidário. É importante a comunidade discutir, e a decisão será do Conselho
19 Universitário. O que for decidido é o que a Unicamp vai ter. Se for decidido manter como
20 está, não haverá nenhuma objeção por parte da Administração. Mas é possível que, durante a
21 discussão, e o professor De Decca que foi o presidente do GT vai apresentar os dados, os
22 membros do Conselho observem que, academicamente, é difícil justificar departamentos com
23 dois, três ou quatro docentes, mas pode ser que existam argumentos. Essa é uma discussão
24 aberta, ampla, e sentem que é necessária. Mesmo que não mudem nada, é importante discutir,
25 uma vez que do jeito que está, existem problemas operacionais muito sérios. O Conselheiro
26 EDGAR SALVADORI DE DECCA passará agora, então, à apresentação da proposta de
27 reestruturação departamental da Unicamp, resultado de discussões que ocorreram dentro do
28 grupo de trabalho que foi criado pelas Portarias GR-29/2010 e GR-99/2010. A edição de duas
29 portarias aconteceu uma vez que muitos dos membros que compunham o GT inicial
30 terminaram o mandato no Consu e houve necessidade de alterações. Como o professor
31 Fernando acabou de mencionar, é um assunto que já há muito tempo tem sido objeto de
32 discussão. A composição do grupo, em seu relatório final, está composta pelos seguintes
33 membros: professor Pilli, da PRP; professor Marcelo Knobel, da PRG; professor Mohamed
34 Habib, da Preac; professor Paulo Eduardo, da PRDU; professor Euclides Mesquita, da PRPG;
35 professor Denis Roston, da Feagri; professor Paulo Mazzafera, do IB; professor Mariano
36 Laplane, do IE; professor Jayme Vaz, do Imecc; professor Alvaro Crósta, do IG; professora
37 Claudia Bauzer Medeiros, do IC; o representante discente Daniel Sevillano, do IFCH; e João
38 Raimundo Souza, representante dos servidores, do IEL. A proposta do grupo obedece ao
39 Artigo 29, do Regimento Geral da Universidade, que propõe rever a forma de estruturação da
40 “menor unidade administrativa, didática e científica da Universidade, o Departamento, como

1 resultado da união harmônica de áreas e conhecimentos afins.” Isso define, do ponto de vista
2 regimental, a unidade departamental. Existem hoje na Universidade outras formas de
3 organização das unidades acadêmicas que prescindem da figura do departamento, casos da
4 Feagri e da Faculdade de Ciências Aplicadas, do novo *campus* de Limeira. A proposta do
5 grupo de trabalho, que irá apresentar com maiores detalhes em seguida, se deu analisando a
6 situação atual da estrutura departamental da Universidade. O grupo de trabalho acredita que
7 na primeira abordagem a proposta mais condizente com os objetivos propostos pelo
8 Regimento Geral seria a estruturação de departamentos com no mínimo 12 docentes, para que
9 houvesse, inclusive, massa crítica para constituir e atingir os objetivos definidos pelo
10 Regimento Geral, e que a abertura de departamento deve se dar a partir de 15 docentes.
11 Poderia haver fusão de departamentos, sem criação de novos, através da divisão dos já
12 existentes. Poderiam estabelecer também um limite inferior e uma condição mínima superior
13 para a abertura: o número mínimo para existência seria de 12 docentes e o número de abertura
14 seria a partir de 15. Houve também a indicação de que o período de transição estabelecido,
15 caso uma proposta dessa natureza fosse acolhida e aprovada pelo Conselho Universitário,
16 fosse de um ano, com a garantia das gratificações de chefes de departamentos mantidas
17 enquanto perdurassem os mandatos. Os objetivos maiores que detalhariam o princípio
18 regimental foram discriminados em vários itens que, de certa forma, atingiriam aquilo que se
19 almeja em uma unidade departamental, e que ela, para atingir os objetivos pressupostos no
20 Regimento, deveria “estabelecer melhores condições para integração de ensino e pesquisa;
21 equilibrar a representatividade departamental junto às congregações; socializar e integrar
22 pessoal docente; evitar a pulverização de unidades em pequenos grupos de pesquisa e
23 estimular a integração de interesses de pesquisas; aperfeiçoar a política de contratação
24 docente baseada na carga horária e dedicação ao ensino; possibilitar a revisão das disciplinas
25 e dos currículos de graduação; possibilitar a revisão dos regimentos das unidades e dos
26 regulamentos departamentais; otimizar o espaço físico de infraestrutura de ensino e pesquisa;
27 possibilitar a realocação de funcionários administrativos em áreas carentes pela realocação da
28 reestrutura de departamentos; e racionalizar ações administrativas, financeiras e de
29 sustentabilidade.” Esse elenco de prerrogativas de certa maneira resume aquilo que deveria
30 constar no objetivo geral que existe na condição primeira do departamento. Diante desse
31 quadro, resolveram fazer uma radiografia da situação da Universidade hoje. Há algumas
32 modificações que deverão ser anunciadas, uma vez que no decorrer da vigência desses
33 trabalhos do GT, houve unidades que sofreram mudanças, como a Faculdade de Engenharia
34 Química e a Faculdade de Educação Física, que fizeram reestruturações, não atendendo
35 necessariamente ao que estava sendo discutido dentro do GT, mas que, de alguma maneira, se
36 aproximaram da oferecida pelo grupo, uma vez que havia membros dessas unidades que
37 participavam das discussões. A seguir demonstra a radiografia da situação departamental
38 dentro da Unicamp atualmente. Demonstra um primeiro quadro da Faculdade de Ciências
39 Médicas, onde há um total de 13 departamentos com menos de 12 docentes. Na FCA não
40 existem unidades departamentais. Na Faculdade de Educação dois departamentos fogem às

1 exigências da proposta. Na Faculdade de Engenharia de Alimentos dois departamentos
2 também fogem, sendo que um deles está muito próximo de atingir o número mínimo
3 necessário e o outro encontra-se bem abaixo da expectativa criada pelo GT. Na Feagri não
4 existem departamentos. Na Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo há um
5 departamento com nove docentes. A Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação,
6 talvez este seja o exemplo mais significativo, já que neste caso a grande maioria dos
7 departamentos está bem abaixo daquilo que havia sido imaginado como condição ideal da
8 proposta, com exemplos de departamentos com dois docentes, departamentos com cinco e
9 quatro docentes, outros variando de seis até oito docentes. Na Faculdade de Educação Física
10 houve uma reestruturação recente que reequilibrou um pouco, mas pelo número de docentes
11 da unidade, eles acabaram ficando com um número mais baixo daquele proposto pelo GT. A
12 Faculdade de Engenharia Mecânica também tem quatro departamentos abaixo da proposta,
13 sendo que apenas um deles está, de fato, distante da proposta indicada, com seis docentes. Na
14 Faculdade de Engenharia Química, como mencionou, também já houve uma reestruturação e
15 o equilíbrio, agora, perto dos 12 docentes, praticamente está atingido. Na Faculdade de
16 Odontologia de Piracicaba, do conjunto de departamentos, quatro deles estão abaixo da
17 proposta, sendo que dois com número de docentes que varia entre cinco e sete. A Faculdade
18 de Tecnologia está fora porque não tem departamentos. No Instituto de Artes, dos
19 departamentos existentes, quatro deles estão abaixo da proposta, sendo que dois deles com
20 números de seis e cinco. O Instituto de Biologia recentemente também reestruturou os seus
21 departamentos e tem dois deles abaixo da proposta, com 11 e oito docentes. O Instituto de
22 Computação não tem problemas. O Instituto de Economia também está acima da média
23 proposta. O Instituto de Estudos da Linguagem também está acima. O IFCH, na sua maioria,
24 também está acima de 12 docentes, com exceção de um departamento com seis docentes. No
25 Instituto de Física todos os departamentos estão acima da proposta indicada. O Instituto de
26 Geociências tem dois departamentos abaixo da proposta, sendo que um deles tem 11 e outro
27 conta com sete docentes. O Imecc está equilibrado. O IQ também equilibrado. Desse
28 resultado, conclui-se que no total, existem 48 departamentos na Unicamp com menos de 12
29 docentes. Há unidades de ensino e pesquisa cujo percentual de departamentos que estão
30 abaixo da proposta indicativa do GT é maior que 50%. As unidades que mais se destacam são
31 a Feec, a FEF, a FCM, o IA, a FOP e a FEQ. Após terem feito a análise, essa proposta do GT
32 foi encaminhada a todas as unidades para manifestação, uma vez que se esperava que as
33 unidades oferecessem subsídios para que se pudesse voltar a discutir os problemas. Após o
34 encaminhamento, foi determinado um tempo de espera relativamente grande, foram
35 praticamente três meses para que o GT voltasse a reunir as informações, e as unidades que
36 enviaram sugestões foram: IB, Feec, IG, FEF, FEQ, FE, FEC, IFCH e a FEM. Na verdade,
37 todas as manifestações dessas unidades, resumidamente, tratavam justamente do problema
38 que, de certa maneira, tem sido recorrente na discussão departamental ao longo desses anos.
39 Todos reclamam que o tempo é curto, que seria uma medida muito apressada, que não seria o
40 momento apropriado de fazer a reestruturação e que haveria necessidade de mais tempo e de

1 maior estudo para que se chegasse a uma proposta conclusiva que viesse a atender às
2 expectativas mais abrangentes de todas as unidades. Na verdade, essas foram as
3 manifestações mais recorrentes. Pode-se resumir da seguinte forma: ninguém está preparado
4 para assumir uma proposta como essa que foi apresentada pelo grupo de trabalho. Por essa
5 razão, resolveram encaminhar ao Conselho Universitário, a despeito das manifestações que,
6 na sua grande maioria, não são contrárias à reestruturação departamental. Trata-se, na maioria
7 das vezes, de observações quanto ao caráter e à oportunidade dessa reestruturação, se não
8 haveria possibilidade de oferecer mais tempo, maior condição de discussão e aprofundamento
9 do assunto, para que apresentassem uma proposta definitiva. Por essa razão, o grupo de
10 trabalho julgou que não havia mais condições e nem havia mais razão e motivo para se
11 continuar a discutir a situação, antes que o Conselho Universitário viesse a apreciar a
12 proposta; e não com a incumbência de votá-la, evidentemente, mas, enfim, se há ou não
13 interesse de se aprofundar e voltar a discutir o assunto para que, numa próxima oportunidade,
14 venha a ser rediscutido e aí, sim, votado de forma definitiva. Na verdade, a proposta é
15 indicativa ao Conselho Universitário. Existe plena consciência de que é uma proposta que
16 ainda carece de amadurecimento, uma vez que houve manifestações, de fato, não contrárias,
17 mas aventando a possibilidade de maior tempo para outras discussões. E o grupo de trabalho,
18 para não se sentir completamente despido de alternativas na ocasião em que ele conclui o
19 relatório, faz uma proposta indicativa que, de certa maneira, também não é da alçada,
20 necessariamente, do Conselho Universitário. Ela pode ser objeto de uma deliberação CAD,
21 porque na proposta alternativa que foi oferecida pelo grupo, trata-se mais de uma
22 reestruturação no terreno das gratificações, em que o GT propõe que a gratificação de
23 representação de chefe e secretaria de departamento seja concedida nos casos onde o número
24 de docentes vinculados ao departamento seja, no mínimo, de dez professores. Isso, de certa
25 maneira, atenderia a essa racionalização administrativa, financeira e de sustentabilidade e
26 preservaria, portanto, enquanto não houvesse uma proposta definitiva, as condições atuais dos
27 departamentos. Mas, de qualquer maneira, há uma proposta formulada. Por exigência
28 regimental, para ser criado o departamento são necessários seis docentes, com mínimo de
29 duas categorias de níveis de docentes que integrem esse quadro departamental; então a
30 proposta de mudança regimental é para 12 docentes para que um departamento pudesse vir a
31 existir. O grupo se convenceu de que a unidade departamental deve ser uma unidade que
32 tenha condições de massa crítica e de grupo de pesquisa e de ensino que se estruture em torno
33 de objetivos comuns. Acreditam que os departamentos que variam de dois a sete docentes não
34 atenderiam os objetivos propugnados pelo Regimento. Essas são as considerações do grupo
35 de trabalho. São subsídios importantes de serem apresentados, dado que muito pouco se
36 conhecia da estrutura departamental da Universidade. Só com esse grupo de trabalho é que
37 veio a lume essa realidade que, de certa maneira, deixou muitos surpresos com a grande
38 dissimetria na estrutura departamental. É um assunto em que, de fato, devem se debruçar e
39 discutir com muita seriedade. O MAGNÍFICO REITOR diz que, como todos viram, se trata
40 de um assunto complexo; e como poderá gerar mudança no Estatuto e no Regimento Geral, só

1 poderá ser aprovado por dois terços do quórum, então, se não houver o mínimo de consenso,
2 não será possível alterar. Agradece ao professor De Decca e a todos os membros do grupo de
3 trabalho pelo exaustivo trabalho e por encaminhar a discussão. É um assunto que tem de ser
4 discutido, menos até pelo ponto de vista financeiro, e mais pelo acadêmico. A questão é se os
5 departamentos desempenham suas funções satisfatoriamente com quatro, cinco ou seis
6 docentes; e se não o fazem, como devem agir. Como bem disse o professor De Decca, o
7 Conselho Universitário sempre discute os assuntos e pode não acatar a sugestão; ou o
8 Conselho pode discutir aqui e apresentar propostas alternativas. Como disse, é uma discussão
9 que, em respeito ao trabalho dos membros do GT que se debruçaram sobre o assunto, tinham
10 obrigação de trazer, mas não é algo que devem discutir de maneira exaltada. Abre para
11 discussão. O Conselheiro ALAN GODOY SOUZA MELLO diz achar sintomático que os
12 primeiros a se inscreverem tenham sido o professor Pomilio e ele, os dois da Feec. Mas
13 observando o relatório, e os próprios estatutos da Universidade, tem a sensação de que a
14 definição do que é um departamento, do seu objetivo, ainda é um tanto fraca. Está de forma
15 muito geral, que é harmonizar a pesquisa, o ensino, mas não vai muito além disso; não fala
16 sobre a filosofia organizacional por trás de um departamento, por exemplo. E isso o faz ter a
17 impressão que acaba favorecendo certa parquialidade dentro das unidades e departamentos.
18 Falando da própria Feec, existem divergências sobre como fazer a mudança, mas com todos
19 os professores com quem conversa, e é uma conversa que é recorrente, é levantada a
20 necessidade de reestruturação. Só que então fica aquela dúvida de novo, sobre o que é o
21 departamento. Achou o material trazido pelo GT muito bom; mas ele foi bom para mostrar
22 que é um assunto que precisa de muita profundidade, e que talvez não consigam alcançar aqui
23 nas reuniões do Consu, dado que hoje, por exemplo, existe uma pauta cheia de assuntos
24 extremamente relevantes. Então, o que lhe ocorre é que talvez possam organizar um fórum do
25 Conselho Universitário, à parte, que traga unidades para mostrarem suas experiências, que
26 não seja deliberativo em princípio, e vá formulando maior aprofundamento sobre a discussão,
27 para que possam trazer depois um projeto. Já estaria com um pouco mais de análise feita, e
28 então trazer um projeto mais maduro e fazer a discussão na hora da reunião deliberativa de
29 forma mais pragmática. Essa discussão de um fórum que está sugerindo não seria
30 necessariamente somente sobre departamentos, porque ela pode abranger, inclusive, a própria
31 estrutura burocrática da Universidade, já que é comum também ouvirem críticas sobre essa
32 estrutura. Reforça a proposta para organizar um fórum e, como consequência, não tomar
33 nenhuma decisão hoje. O Conselheiro JOSÉ ANTENOR POMILIO diz que a Feec foi o
34 exemplo mais destacado pelos dados, e fará alguns comentários. Primeiro que aquele
35 departamento com dois docentes chegou a essa situação por uma sequência de aposentadorias
36 muito rápidas e, do ponto de vista interno, esses dois docentes já integraram outro
37 departamento, e deve estar tramitando na DGRH a extinção do departamento. De qualquer
38 maneira, isso resolve esse caso que é o mais gritante; mas, de fato, ficam os demais ali, alguns
39 deles com números abaixo de seis, também em razão de aposentadorias. Ou seja, o problema
40 continua colocado na Feec, onde está em discussão. Essa redução se deu também porque já

1 foram em 105 docentes e hoje são 85. De fato, é necessária uma solução institucional para
2 essas mudanças na quantidade, e têm feito isso internamente. A estrutura específica de
3 departamentos na Feec é diferente, pelo menos da maioria das unidades; toda atividade de
4 ensino de graduação e de pós-graduação está centralizada na Coordenadoria de Graduação –
5 CG e na Coordenadoria de Pós-Graduação CPG –, ela não passa pelos departamentos. O fato
6 de haver um departamento com seis docentes e outro com vinte, do ponto de vista da carga
7 didática, não tem nenhum impacto. Desde a criação da Faculdade, em 1986, isso está
8 centralizado. Naquele momento, portanto, 25 anos atrás, quando foi feita a divisão de
9 departamentos, ela teve um recorte essencialmente da área de pesquisa, de grupos de pessoas
10 que trabalhavam juntas e queriam se agrupar, e isso levou, naquele momento, com uma
11 quantidade maior de docentes, a essa divisão. Isso passou por aspectos estritamente do
12 conteúdo das áreas de pesquisa, mas naquele momento também passou por questões pessoais.
13 Essas questões, 25 anos depois, obviamente mudaram, o cenário é completamente diferente, e
14 a Faculdade tem feito essa discussão, porque tirando a questão administrativa, traz problemas
15 de representatividade na congregação e nas comissões. Existe um movimento interno de
16 refazer essa discussão, em princípio baseado no Regimento Geral, trabalhando com a
17 quantidade de seis docentes, que está ali colocado. Agora, se o Consu mudar esse número,
18 irão acatar. Neste momento estão trabalhando com seis porque é o que está colocado, mas isso
19 não é a questão mais relevante. O que acham importante, e isso foi uma das sugestões
20 encaminhadas, é que mesmo que exista um número qualquer, que seja possível, sob
21 justificativa, departamentos menores que tenham consistência do ponto de vista de pesquisa,
22 área de atuação, que tenham suas especificidades, mas que sejam viáveis. Eventualmente,
23 com aprovação das instâncias superiores. Se um departamento que tem consistência nos
24 vários aspectos de pesquisa e, circunstancialmente, se forem para o número 12, e estiverem
25 com oito, eventualmente pode ser razoável que ele se mantenha funcionando normalmente.
26 Será preciso demonstrar a necessidade. Mesmo que venham a ter mudança nessa quantidade,
27 que seja possível, sob determinadas condições e justificativas, a existência formal de um
28 departamento com um número abaixo do limite. Uma situação que também tem crescido é
29 que formalmente, pelos dados da DRGH, a quantidade de docentes diminui, só que os
30 professores se aposentam e continuam mantendo uma série de atividades, e isso não aparece
31 nessas contas. Quer dizer, demandam secretaria, demandam toda uma infraestrutura de
32 ensino, porque continuam trabalhando regularmente, fazendo pesquisa e ministrando aulas.
33 Então, de alguma maneira seria preciso enxergar também essa demanda efetiva, que tem
34 crescido na Feec, mas acha que isso é geral. Internamente estão fazendo essa discussão
35 porque ela traz problemas de gestão, do uso dos recursos, de representatividade. Se a
36 quantidade de docentes por departamento que hoje está definida na legislação vier a mudar,
37 obviamente irão trabalhar para adaptar a Faculdade. Mas acreditam que o recorte acadêmico é
38 mais importante do que um número, e que a Instituição deve, eventualmente, permitir
39 situações que fujam dessa situação, com as devidas justificativas. O Conselheiro ESDRAS
40 RODRIGUES SILVA diz que as carreiras especiais já são penosas o bastante, particularmente

1 na questão administrativa; pergunta ao professor De Decca, como elas não constam aqui da
2 tabela, se vão continuar como estão. O Conselheiro EDGAR SALVADORI DE DECCA
3 responde que esse aspecto lhe passou, mas deveria ter sido considerado. No caso do Instituto
4 de Artes, a composição do departamento conta não só com a carreira MS, a carreira MA
5 também o compõe. Esse quadro, na verdade, foi montado somente pelos docentes do MS, mas
6 no caso, seria importante incluir os do MA. O Conselheiro ROBERTO TEIXEIRA MENDES
7 diz que a discussão sobre departamento é uma questão fundamental, mas acredita que estão
8 longe de encontrar o foco de discussão. Conhece muitas realidades distintas de trabalho
9 docente, de atividade-fim de um departamento e de organização das unidades. Nessa
10 abordagem que a comissão fez acha que faltou uma justificativa e um objetivo mais
11 consistente para poder, inclusive, elaborar uma crítica sobre a proposta. Não tem crítica em
12 relação à proposta, mas como falou o professor Pomilio, observa que a questão não é de
13 número. Acha que o que deve nortear a existência de um departamento sempre vai estar
14 permeado por questões administrativas, que é o que se pode resolver sem modificar o
15 departamento. Não acha que se o departamento está com problemas administrativos de falta
16 de funcionário ou de secretaria devem fundi-lo com outro. Acredita que este seja um
17 problema da Administração da Universidade. Está falando em tese, porque as coisas têm
18 limite, orçamentário inclusive. Por outro lado, um departamento que vai perdendo docente,
19 mas cuja atividade, no conjunto das atividades da unidade, é relevante, precisa investir em
20 docentes. Por exemplo, a Faculdade de Engenharia Elétrica tem departamentos sobre focos e
21 linhas de pesquisa, constituídas historicamente lá dentro, e a FCM, dentro da pesquisa das
22 disciplinas médicas, não as disciplinas curriculares. Mas na FCM ouvem-se pessoas falarem
23 em disciplina de Gastroenterologia, e não é uma disciplina da Universidade, é uma disciplina
24 da cabeça do especialista. Há essa confusão, que, inclusive, acha saudável, porque as pessoas
25 que estão lá se entendem assim. E acha difícil juntar disciplinas ou especialidades muito
26 distintas. Então, existem otorrinolaringologistas e oftalmologistas constituindo um
27 departamento, e não tem nada que ver otorrino com oftalmo, fora o fato de que os dois lidam
28 com órgãos próximos anatomicamente; mas a tarefa de um é totalmente distinta da outra.
29 Conseguiram juntar agora em cirurgia de cabeça e pescoço e eles se entendem lá. E ele se
30 chama Departamento de Oftalmologia e Otorrinolaringologia e não 'Departamento de Cabeça
31 e Pescoço'. Mas isso também é possível. Se for muito pequeno, do ponto de vista
32 administrativo podem juntar, mas não é uma coisa fácil. Essas questões culturais não são
33 pouco importantes. Ao entrar aqui como docente, a pessoa se estrutura, não só
34 profissionalmente, mas também afetivamente, ela se encontra nessa estrutura departamental.
35 Acredita que todos que estão aqui entraram pela porta do departamento como quem entra na
36 casa onde vai morar. Então, é difícil mudar. Por isso não será a favor dessa proposta, porque
37 acha ainda que o que está no Estatuto é muito bom; dado esse contexto em que vivem, onde é
38 permitida essa autonomia que talvez acomode a todos, cada um a seu modo, e permite que a
39 Universidade caminhe com toda essa diversidade. O Conselheiro SÉRGIO ANTÔNIO DA
40 SILVA LEITE diz que essa questão é muito complicada mesmo, mas começa valorizando o

1 trabalho da comissão, que apresentou os dados, e isso já desperta muita discussão. É
2 interessante relembrar um pouco historicamente, que os departamentos, pelo menos da
3 maneira como foram criados aqui no país, surgiram no final dos anos 1960, início dos anos
4 1970, como uma forma de organização extremamente moderna. A ideia era de que os
5 departamentos deveriam refletir a organização epistemológica da área, o que seria uma forma
6 de organizar a área, e possibilitar, portanto, uma administração mais racional do ensino,
7 pesquisa e extensão. E todos acreditavam que realmente seria um avanço. O problema é que,
8 historicamente, em pouco tempo, o departamento foi perdendo essas características, e acredita
9 que devem pesquisar mais. Na FE, acompanhando, portanto, a evolução nesses quase trinta
10 anos que está lá, o que observa é que algumas funções para as quais os departamentos foram
11 criados foram ocupadas por outras instâncias. Por exemplo, quem administra o ensino não é
12 mais o departamento; tem uma comissão. Quem administra a pesquisa não é mais o
13 departamento; tem um grupo de pesquisa. E assim vai. Houve um esvaziamento das funções a
14 partir das quais os departamentos foram, na sua gênese, pensados. O que sobrou para o
15 departamento foi o espaço corporativo, e é isso que acredita que torna a questão difícil de ser
16 discutida. Ninguém quer abrir mão disso porque é o espaço que dá segurança: é onde
17 encaminham as suas coisas, seus interesses, seus sabáticos. É esse o espírito. E obviamente
18 está por trás, não podem esquecer, a velha questão do poder; é um espaço, uma forma de
19 execução do poder. Existe na mesa, hoje, uma discussão sobre qual a melhor forma de
20 organização. Sua filha, por exemplo, é professora universitária, trabalha em uma unidade da
21 USP que não tem departamento. Lá é tudo diferente. Aliás, ela nem sabe o que é isso, e acha
22 aqui uma loucura. O que não quer dizer que a organização de onde ela vive seja melhor. Têm
23 aqui uma experiência que devem cuidar com carinho. É preciso olhar, inclusive com o olhar
24 da pesquisa, realmente formas alternativas. A posição da Faculdade de Educação, obviamente,
25 é de respeitar a organização epistemológica. Ou seja, ela está mais ou menos de acordo com a
26 intenção com a qual os departamentos foram criados. Mas na sua posição de diretor, acha que
27 departamento já deveria ser uma estrutura superada, porque vê que o trabalho da graduação e
28 da pós-graduação seria extremamente facilitado sem a interferência corporativa de
29 departamento. Vê como é complicado só o fato de a coordenadora lá ter de sentar com os
30 departamentos para decidir quem vai dar aula. Quem está em posição de direção sabe que as
31 coisas se complicam nesse momento. Sempre votará contra, não vai ficar em cima do muro,
32 mas reconhece que é um problema sério. Com relação à proposta do GT, embora ache que
33 pode ser até uma alternativa que ganhe aqui hoje, ela acaba reduzindo a questão de
34 departamento ao problema puramente financeiro. Pode ser até uma saída perante este quadro
35 extremamente inadmissível de haver departamento com uma pessoa só. Além de tudo isso,
36 tornou-se uma estrutura extremamente cara. Não se justifica pagar todos os gastos para um ou
37 dois docentes. Esse é um problema real. Acredita que devem continuar fazendo a pesquisa e
38 propõe que a comissão se mantenha; mas acha que a continuidade do trabalho da comissão
39 tem de ser em outra abordagem. Gostaria muito de entender - e aqui os dados não mostram
40 porque a proposta ficou só no âmbito quantitativo -, o que aconteceu nas unidades em que

1 ocorreu essa grande pulverização. Isso não era para ter ocorrido. A proposta inicial de
2 departamento não era para ter se transformado em micro-organizações de duas ou três
3 pessoas. E então acredita que só a pesquisa qualitativa é que pode responder isso, porque uma
4 alternativa seria pensarem em minifusões que superassem esse problema dos
5 microdepartamentos. Enxerga duas saídas, ou caminham realmente para uma decisão que
6 seria extremamente interessante para a Universidade, de uma solução radical de superar de
7 vez essa estrutura, e então sim estariam com uma visão avançada. Ou, pelo menos, possibilitar
8 que as unidades que estão com esse problema de pulverização possam se reorganizar. Mas
9 ainda fica com a primeira opção, superar o modelo de departamento. O Conselheiro PAULO
10 FERREIRA DE ARAÚJO de início reconhece a importância desse tipo de estudo pela
11 comissão, que propiciou uma visão mais ampla. Já foram comentadas aqui por alguns colegas
12 as questões dos professores fora da carreira MS e professores aposentados que continuam
13 produzindo nas unidades; e levanta agora também o fato dos concursos em andamento. Se
14 forem considerados esses concursos, os números mudam, principalmente na FEF. Estão com
15 cinco concursos para professor nível MS-3 há um ano e difíceis de serem realizados; irão
16 acontecer no início de 2012. E também, no último ano houve na Faculdade sete
17 aposentadorias. A Unicamp só tem dez departamentos com menos de seis docentes, e se for
18 considerada a proposta do grupo que coloca continuar existindo a gratificação para dez, e se
19 for colocado o número dez, isso baixa de 48 para 33 departamentos que têm até nove
20 docentes. São novas leituras que às vezes ajudam. Os números da FEF, em termos de
21 graduação, são fantásticos. Ela é a quarta unidade com maior número de carga horária e
22 número de alunos de graduação: tem 650 alunos só na graduação. Concorde com a leitura,
23 mas é preciso considerar essas questões transitórias. Na FEF tem professor aposentado há dez
24 anos que continua produzindo com a mesma intensidade dos que estão na ativa. O
25 Conselheiro LUIS ABNER SILVA ESPINOZA diz que todo grupo de trabalho tem de ter um
26 método de análise, e aqui fica claro que o método usado foi primeiramente o de visualização
27 simples, numérica. Gostou das falas dos professores Sérgio e Teixeira, porque por mais que se
28 tente focar discussões, existe a discussão de fundo. Inclusive podem analisar o item a seguir
29 na pauta, da CVD, de demanda em relação à contratação: a demanda apresentada era de
30 duzentos docentes e foram contratados cinquenta. Então, está claro que existe a falta de
31 docentes por trás de muitos departamentos que têm poucos docentes. A própria FEA, por
32 exemplo, é um ótimo exemplo, ela tem quatro departamentos, o que não considera muito, e
33 tem uma demanda por docentes, apresentada ano após ano, que não necessariamente é
34 integralmente contemplada. A discussão não está propondo a superação de um método de
35 organização, está apenas aplicando um modelo enxuto de organizar o método de estrutura
36 vigente. Não pode sequer concordar com o que foi levantado, e por isso será contra a
37 proposta; acha que se o GT quiser continuar discutindo, deve discutir. Mas não dá nem para
38 descaracterizar os departamentos que tenham um docente, porque assim como o professor
39 Teixeira disse, tem de se levar em consideração a história daquele departamento e as linhas de
40 pesquisa que ele toca. E tirar o docente do seu departamento, sem antes haver pedido de

1 contratação ou traçar os planos para o departamento, e uni-lo a qualquer outro, faz com que
2 esse departamento perca força política para defender os interesses da sua linha de pesquisa.
3 Por mais que o grupo de trabalho tenha ressaltado a importância da carga didática e a questão
4 da demanda para o setor de ensino, a Universidade que defendem tem um tripé – ensino,
5 pesquisa e extensão. As linhas de pesquisas têm de ser mantidas e respeitadas. E qualquer
6 discussão do ponto de vista acadêmico tem de prezar pelo respeito aos departamentos. Todos
7 os departamentos aqui citados deveriam ter espaço no grupo de trabalho, e publicar quais são
8 as suas metas e os seus planos e se veem problema em se unir a algum outro departamento.
9 Não dá para discutir apenas estipulando um número limite. Quanto à gratificação, se ela já
10 existe, acha que não devem ser colocadas limitações para departamentos que não contemplem
11 essa regra. Isso é uma forma de desrespeito. Não dá para forçar uma reformulação na
12 academia sem o devido respeito com os demais docentes. E também que sejam levadas
13 fortemente em conta quais as contratações que esses departamentos solicitaram. Um dos
14 objetivos do GT era socializar e integrar docentes, e na FEM, por exemplo, esse problema
15 existe, e acha que não é colocando professores no mesmo departamento que se resolve o
16 problema. Mas é isso, e que o GT continue trabalhando e melhore a sua proposta. O
17 Conselheiro GUILHERME ARAÚJO WOOD em primeiro lugar parabeniza o trabalho da
18 comissão. Várias deficiências foram levantadas aqui e merecem mais estudos, principalmente
19 de certas particularidades que existem em algumas áreas. Fez mestrado no Departamento de
20 Engenharia Biomédica da Feec, que conta com sete professores, e não tem praticamente nada
21 em comum com os outros departamentos da Faculdade. Ficaria bastante complicado lidar
22 depois com diferenças e ênfases; mas entende também que se trata de uma questão
23 administrativa e não somente acadêmica. Sentiu falta de uma proposta de nova redação, para
24 que sejam alterados os Estatutos e o Regimento. Da forma como estão redigidos, não há nada
25 de errado, do ponto de vista formal, com a existência de departamentos com dois professores
26 ou um, pois tanto os Estatutos como o Regimento falam de implantação e não de manutenção.
27 Então, talvez a alteração mínima, não importa qual seja o limite, mesmo que seja mantido o
28 limite de seis docentes, se trate da questão da manutenção desses departamentos, e que hoje
29 não está redigido dessa forma. Também há a questão da alteração do Artigo 95, por conta da
30 nova carreira, e o item II do Artigo 85 dos Estatutos, e o correspondente dele no Regimento,
31 fala de existência de duas categorias docentes, no mínimo. Entende com essa redação que
32 poderia ter só professor doutor; os níveis MS-3.1 e o MS-3.2 bastariam. Então, é preciso
33 pensar em como dar uma nova redação, pensando se tem de existir titular ou não, isso tem de
34 ser discutido, se tem de ter o nível MS-5.3, enfim, tem de ser discutida a redação do Item II do
35 Artigo 85. Outra questão que coloca também é por que 12 e não dez, oito ou mesmo seis, mas
36 mantido ao longo do tempo. Isso é que tem de ser pensado pelo GT, e acredita que a melhor
37 forma de fazê-lo é levantar todas essas questões, as particularidades com as outras carreiras
38 docentes no caso do IA, da FT, e pensar também a questão das aposentadorias. Esse número
39 varia e existem as aposentadorias e os concursos. É preciso fazer uma previsão de um número
40 que possa baixar ou subir, mas estar em torno de uma referência. A Conselheira SILVIA

1 FERNANDA DE MENDONÇA FIGUEIRÔA diz concordar com o que foi exposto pela
2 maioria dos conselheiros que a antecederam. A estrutura do IG, embora conte com
3 departamentos pequenos, está no espírito do que o professor Sérgio comentou, de áreas de
4 conhecimento, que não são facilmente intercambiáveis. Essa é uma questão importante. No
5 entanto, o que enviaram como sugestão ao GT, e que quer reforçar aqui, e então
6 acompanhando bastante a argumentação do professor Sérgio, é que essa discussão seja
7 ancorada no planejamento estratégico. Estão aqui discutindo há pouco tempo, e já surgiram
8 sugestões de reformar algo que está posto e talvez, por conta dessas necessidades de reformas,
9 remendos, exceções e observações, precisando de fato ser mudado, porque talvez não
10 corresponda mais à dinâmica das pesquisas, do desenvolvimento das áreas de conhecimento.
11 Então, agradece o trabalho do GT, acha que essa radiografia apresentada é bastante útil para
12 começarem a reflexão e instigar o debate. Mas deveriam trazer a discussão para o âmbito da
13 Copei, onde os diretores, outros órgãos da Universidade, os docentes, discentes e servidores
14 estão representados. Acredita que caberia a esse colegiado, a Copei, debater para onde ir, o
15 que querem como formas de administração e funcionamento mais modernas, coerentes e
16 adaptadas à realidade da Unicamp, que é cada vez mais dinâmica. Há áreas novas
17 constantemente surgindo. Na pós-graduação ou mesmo na graduação existem iniciativas de
18 cursos interunidades, multiunidades, buscando a interdisciplinaridade, a multidisciplinaridade,
19 e a estruturação de departamentos nem sempre atende a esse tipo de coisa. E acaba, em muitos
20 casos, resvalando, como aqui lembrou o professor Sérgio, para um corporativismo ruim,
21 nefasto muitas vezes. Na melhor das hipóteses, ficarão com as questões afetivas, que o
22 professor Teixeira bem lembrou. Mas acha que em muitos casos se corre o risco de cair no
23 corporativismo. Na reflexão sobre questões de gestão administrativa e acadêmica mais
24 modernas, deveriam trazer esse debate, aprofundado e sistemático, para o âmbito da Copei. O
25 Conselheiro ALVARO PENTEADO CRÓSTA primeiramente diz que gostaria de esclarecer
26 que embora tenha sido membro oficialmente desse grupo de trabalho, por força de
27 compromissos acadêmicos coincidentes com todas as reuniões, não pôde participar de
28 nenhuma delas. Mas, de todo modo, acredita que a contribuição que o GT apresenta aqui é
29 bastante oportuna, justamente porque o tema é complexo, e ao mesmo tempo,
30 academicamente relevante. Lembra que a Unicamp deu um passo no sentido de flexibilizar a
31 questão de departamentos mais de dez anos atrás, quando introduziu, em uma mudança
32 regimental, o fato de ser facultativa a organização ou não em departamentos. Na época, isso
33 foi uma discussão já bastante longa neste mesmo Conselho; participou da formulação daquela
34 proposta e a defendeu justamente por entender, como outros aqui, o professor Sérgio deixou
35 isso claro, que a estrutura departamental, de certa forma, tende a ser ultrapassada, se é que já
36 não está. A ideia, naquela época, era deixar isso facultativo às unidades, ou seja, elas
37 poderiam escolher ou não essa forma de organização. O que se viu é que apenas uma unidade
38 que tinha departamentos, a Feagri, se reorganizou, não contando mais com departamentos.
39 Depois, em Limeira, houve a criação de uma unidade sem departamentos. Isso mostra quão
40 complexo o tema é, quão difícil é serem superadas essas questões; a questão do poder

1 associado à estrutura departamental, a questão do corporativismo. Esta é uma oportunidade
2 para refletirem, e concorda com a professora Silvia e o professor Sérgio que talvez o fórum
3 mais adequado para o início dessa discussão seja a Copei, como a instância de planejamento
4 estratégico, para, em um segundo momento, o Conselho voltar a discutir a proposta. Ainda a
5 título de reflexão, apesar de não ter participado do GT, encaminhou ao professor De Decca
6 uma sugestão, que acabou perdida no andar do trabalho da comissão; mas gostaria de
7 mencionar aqui justamente para que sirva como uma reflexão, que é a ideia de que de alguma
8 forma esse tamanho do número mínimo de docentes não necessitaria ser absoluto para toda a
9 Universidade, considerando que aqui existem unidades de diferentes dimensões. Basicamente
10 constatou que há nove unidades com cinquenta docentes ou menos, e 14 com mais de
11 cinquenta docentes. Então, a proposta que fez foi estabelecer um número mínimo, de acordo
12 com esses dois grupos, embora possa haver uma migração entre unidades com menos de
13 cinquenta, que passem a ter mais de cinquenta; mas isso seria um balizador interessante, e
14 então discutir um número mínimo, que fosse proporcional ao tamanho das unidades. Isso
15 porque existem extremos, como a FCM, que tem um número de mais de trezentos docentes, e
16 existe uma unidade com 29 docentes atualmente, a FEF. Há uma disparidade muito grande na
17 dimensão e, portanto, isso deve se refletir, de alguma forma, no tamanho dos departamentos.
18 O Conselheiro SIDNEY CHALHOUB diz que a congregação do IFCH discutiu bastante esse
19 assunto e reconheceu, em primeiro lugar, que os departamentos do Instituto obedecem a uma
20 lógica de organização da vida acadêmica, dos campos de conhecimento, e não há nenhuma
21 apreensão em relação a esse lado acadêmico, ou seja, eles reconhecem essas áreas como áreas
22 constitutivas dos campos de pesquisa, e do ponto de vista estritamente acadêmico, não haveria
23 motivo para reformular essa organização. O IFCH tem um departamento com menos de 12
24 professores, que tem apenas seis, mas é um departamento que foi criado há poucos anos e que
25 não conseguiu se estabelecer ainda plenamente por causa das condições difíceis de reposição
26 e de expansão do quadro de docentes nos últimos anos. É um departamento criado a partir de
27 uma demanda e de entendimento acadêmico sobre a importância de sua existência. E a outra
28 situação é que vários departamentos estão chegando nesse limite mínimo devido ao constante
29 encolhimento do Instituto. Em 1994, ele contava com 118 docentes; em 2004, ano que a
30 Universidade tem usado como parâmetro, tinha 94; e hoje tem 79 professores. Então, mesmo
31 de 2004 para cá essa diminuição do número de professores continua relativamente acentuada.
32 E isso faz com que os departamentos cheguem muito perto do limite. Portanto, essa discussão
33 evidentemente foi vista com apreensão pela congregação, porque o Instituto tem
34 departamentos funcionando segundo o modo clássico de organização da área das Ciências
35 Humanas; o Departamento de Antropologia está agora com 13 docentes, o de Ciência Política
36 também com 13, o de Sociologia com 14 etc., todos os departamentos estão perigosamente
37 perto do limite, e sem que se entenda realmente, do ponto de vista acadêmico, o motivo pelo
38 qual deva haver uma reorganização nessa parte. O outro ponto discutido na congregação é que
39 como não há nenhuma apreensão em relação ao modo como as grandes áreas de
40 conhecimento das Ciências Humanas estão organizadas, o Instituto gostaria é que a

1 Universidade caminhasse para algum tipo de certificação dos departamentos, exatamente o
2 oposto. O que os departamentos querem saber é qual é seu limite de encolhimento, porque
3 isso permitiria a organização do que é possível fazer, dentro do que existe nas linhas de
4 pesquisa. Repete que o IFCH tinha 94 professores em 2004, e hoje tem 79. Então, as linhas de
5 pesquisa continuam a desaparecer e a se desarticular. E nesse contexto é muito difícil
6 imaginar a extinção dos departamentos, que não seja em decorrência de um estrangulamento
7 alheio a qualquer questão acadêmica pertinente à sua existência. Por fim, sugere que qualquer
8 conversa a respeito de uma reestruturação da organização acadêmica das unidades esteja
9 também atrelada a uma discussão a respeito da necessidade de dar estabilidade a essas
10 organizações, para que elas não continuem a encolher, ou tendo uma dose de
11 imprevisibilidade grande em relação à sua existência próxima futura. O trabalho do GT é
12 muito útil pelas informações que disponibiliza a todos. Acha que teria sido importante que o
13 GT também apresentasse qual a situação da Universidade, no momento, de acordo com a
14 regra vigente. Se existem casos que não atendem ao que acontece atualmente, é preciso
15 entender que casos são esses e por que isso se originou; e então, a situação fora da norma é
16 muito menor do que os 44% que aparecem, segundo a proposta, e não segundo a regra vigente
17 atualmente. Acredita que essa discussão deva ser dissociada de questões de gratificação ou de
18 representação, ou de remuneração a funcionários, secretários e a chefes de departamento, caso
19 contrário fica a impressão que a questão administrativa se sobrepõe à questão acadêmica, e
20 isso não deve acontecer em assunto dessa magnitude. O Conselheiro JOÃO RAIMUNDO
21 MENDONÇA DE SOUZA informa que não conseguiu participar das últimas reuniões do GT,
22 mas acompanhou o primeiro processo que resultou nessa proposta. Acha importante o
23 diagnóstico da estrutura departamental da Unicamp. E quando se definiu um patamar de
24 número, levou-se em consideração uma análise das outras universidades estaduais paulistas -
25 USP e Unesp -, para comparar a distorção da Unicamp em relação a elas. Discorda do voto
26 que o professor Sérgio dará, mas concorda com o diagnóstico que ele faz. Acredita que o
27 departamento cumpriu seu papel e que, em perspectiva, ele deve ser superado. Não é a
28 estrutura que dá conta da interface que a Universidade precisa ter na área de pesquisa, além
29 dos outros componentes que, historicamente, fizeram parte do departamento. Vários relatos
30 aqui hoje mostraram que ele já não cumpre esse papel. Entende que a proposta tem certa
31 dificuldade da aplicação em função das várias realidades das diversas unidades, mas ela é
32 mais avançada do que o que se tem hoje. É ruim ter apenas dois professores em um
33 departamento. É preciso estabelecer um patamar nessa questão de como vai funcionar e como
34 se estabelece uma interface maior entre os departamentos, mas acha possível acomodar isso
35 na realidade da Unicamp. Fica ruim, depois desse trabalho, não terem perspectiva. Deveria
36 haver uma proposta de cronograma, pelo menos, em que se buscasse, senão a extinção dos
37 departamentos, acomodar a questão dentro de uma estrutura que tivesse uma relação mais
38 próxima às outras duas universidades, e que cumprisse mais o papel de interface, com
39 perspectiva de superação dessa estrutura departamental. Não sabe quanto anos seriam
40 necessários, mas é importante ter isso como meta; devem estabelecer um cronograma. Essa

1 seria uma sinalização importante. E buscar, pelo menos, sair daqui com um número mínimo,
2 que pudesse ser uma referência para a estruturação departamental. O Conselheiro JOSÉ
3 CLÁUDIO GEROMEL diz que a temática é bem-vinda, sobretudo no que diz respeito àquilo
4 que foi produzido pelo grupo de trabalho para a coleta de dados e oferecer uma fotografia
5 atual da Universidade. Sentiu falta de considerandos; quais eram os objetivos. E, sobretudo,
6 aqui já foi dito, pareceu que a questão administrativa se colocou um pouco além daquilo que
7 se esperava para uma análise profunda no que diz respeito aos aspectos acadêmicos da
8 Universidade, que certamente dependem dos departamentos. Solicita aos membros do
9 Conselho que olhem a questão de um prisma um pouco diferente. O primeiro deles seria para
10 descobrir qual o papel do Consu nessa questão. Existem na Universidade 1.700 professores e
11 108 departamentos. A divisão de um para o outro dá uma média de mais do que 15 docentes
12 por departamento. Olhando como um todo, a média está muito boa, está além daqueles
13 números que a comissão elencou. Os aspectos acadêmicos estão presentes no dia a dia. A pós-
14 graduação da Unicamp é a melhor do país – a despeito de estar a USP junto ou não –,
15 reconhecida assim pelo MEC. E, portanto, no global está andando muito bem. No particular é
16 que está o problema. Há pontos que precisam ser analisados com mais cuidado e vagar. Cita
17 isso tranquilamente porque se trata de um exemplo da Feec, onde o número de docentes em
18 um departamento é muito pequeno, ao ponto de esse departamento, como disse o senhor
19 diretor, já não existir mais. Acha que esse é um problema tão complexo, e tem tantas facetas,
20 seja do ponto de vista administrativo, seja do ponto de vista acadêmico, que é difícil o
21 Conselho Universitário estabelecer um mero número. Preferiria que a própria Administração,
22 com base nesses dados, chamasse os diretores para que, por exemplo, no prazo de um ano,
23 pudessem construir eventualmente uma nova transição para outro modelo ou, pelo menos,
24 adotar aquilo que está estabelecido no Título VI do Regimento Geral. Acredita não ser
25 possível ir além disso, neste momento, como uma regra genérica para toda a Universidade. As
26 unidades devem criar possibilidades e tentar resolver esses problemas, o que certamente não é
27 algo estritamente administrativo; é muito mais importante do que isso. O Conselheiro
28 RODNEI BERTAZZOLI diz que o discurso feito pelo professor Sérgio é, de fato, aquele que
29 gostaria de ter ouvido. Mas repete uma frase que ouviu algum tempo atrás, de que o
30 departamento é a célula mínima de pessoas que conseguem trabalhar juntas. E se passou pela
31 institucionalização da Universidade levando isso seriamente em consideração. Durante esse
32 processo, os departamentos foram se dividindo, atendendo a conflitos locais, e passaram a não
33 mais refletir as grandes áreas de conhecimento nas várias unidades. Isso é um fato. Com
34 relação ao diagnóstico feito pelo grupo de trabalho, que está excelente, e é importante para
35 que as unidades conheçam a si mesmas, há mais uma informação, difícil de conseguir, mas
36 que poderia estar presente nesse levantamento, que são as culturas locais. Há departamentos
37 que atendem às necessidades de suas unidades, mas que não contam com dez ou 12 docentes.
38 Questiona qual é a independência, por exemplo, que a coordenação e a comissão de
39 graduação têm nessas unidades. E qual a independência da comissão de pesquisa, das
40 comissões de pós-graduação. A Universidade tem culturas locais completamente diferentes, e

1 hoje essa estrutura de departamento, tal como se apresenta, dá segurança para as pessoas que
2 vêm daquele momento conflituoso do passado, e mexer nisso é sempre algo muito
3 complicado. Lembra da frase dita aqui pelo ex-presidente Fernando Henrique na cerimônia
4 em homenagem ao professor Paulo Renato Costa Souza de que quando há algum tipo de
5 mudança, aqueles que vão ser beneficiados não percebem, mas quem vai ser prejudicado
6 imediatamente percebe e passa a trabalhar contra, de alguma forma. À parquialidade,
7 referida pelo conselheiro Alan, acrescentaria certa cartorialidade hoje nos departamentos;
8 chegou o momento de a Unicamp tratar o departamento como ele de fato deve ser e ter o
9 *status* que ele deve ter, que é uma mera estrutura administrativa e não mais acadêmica. Não
10 conhece todas as unidades, mas por exemplo na Faculdade de Engenharia Elétrica e na de
11 Engenharia Mecânica as comissões de graduação têm total independência, nenhum
12 departamento é dono de nenhuma disciplina, e as distribuições de disciplinas são feitas pelas
13 comissões de graduação. As comissões de pós-graduação também têm total independência em
14 todas as suas decisões. Mas há unidades em que cada departamento tem um programa de pós-
15 graduação e as reuniões da comissão de pós-graduação são feitas no departamento. Dentro da
16 Faculdade de Engenharia Mecânica e, provavelmente, dentro das outras unidades, é
17 complicado até quando é necessário fazer uma redefinição de linhas de pesquisa, porque
18 existe uma cultura local de que uma linha de pesquisa pertence a determinado departamento,
19 aquela linha de pesquisa pertence a outro, e um docente não pode dizer no Sipex que publicou
20 trabalho nessa linha. Enfim, as relações são, de fato, complicadas. Existe uma cultura local na
21 Unicamp que precisa ser trabalhada antes de se pensar em qualquer tipo de definição de
22 número de docentes. Nas unidades hoje a solicitação de docentes a serem repostos é feita
23 pelas comissões de graduação ou de pesquisa, não pelos departamentos. Ninguém sabe a
24 princípio onde o novo docente vai ficar; espera-se pela finalização do concurso, pela
25 contratação, e depois se pensa para qual departamento ele vai. A independência dessas
26 comissões fez com que, ao longo do tempo, inclusive corroborando aqui o discurso do
27 professor Sérgio, os departamentos perdessem sua função acadêmica; hoje o que eles têm é
28 uma função meramente administrativa. É interessante observar nos discursos aqui que todos
29 reconhecem isso. Mas isso certamente não será mudado, porque ninguém sabe exatamente o
30 que vai acontecer, como vão ficar as relações de poder depois. É preciso que cada unidade se
31 organize, internamente, antes que se promova qualquer mudança mais geral, para mostrar para
32 a comunidade interna que departamento não é dono de área de pesquisa, nem de linha de
33 pesquisa, nem de projeto de pesquisa, não pede contratação de docente. Isso é papel de
34 comissões de pesquisa e de graduação. Mas existe sempre o temor em relação à questão da
35 distribuição de espaço físico, de recursos internos, questão da representatividade na
36 congregação. Todos esses fatores estão em jogo. Talvez este Conselho Universitário possa
37 atuar como um agente indutor no sentido de dizer o seguinte: a partir de certo período, ou com
38 a finalização dos mandatos dos atuais chefes de departamento, de fato, e do ponto de vista
39 administrativo, a Universidade vai dar gratificação de função apenas para o chefe de
40 departamento e para a secretária cujo departamento possua ao menos dez docentes. E que se

1 dê a chance para que as unidades se reorganizem internamente, sem necessariamente aquele
2 prazo fatal, que a partir de então não pode mais haver departamento que não tenha dez
3 docentes. Se a unidade decidir que ela quer ter um departamento com cinco docentes, ela pode
4 ter, mas esse departamento, eventualmente, não vai ter uma gratificação de função para o
5 chefe nem para a secretária. E com isso se dá oportunidade para que as unidades comecem a
6 se reorganizar internamente. Na FEM se vem discutindo essa questão da estrutura de
7 departamentos. Acredita que nenhuma unidade tenha divisão de departamentos tão artificial
8 quanto a Faculdade de Engenharia Mecânica, porque havia três departamentos que refletiam
9 três grandes áreas de conhecimento, e há cerca de 13 anos todas essas áreas foram divididas
10 ao meio, com linhas de pesquisa que são muito similares; não se consegue ver diferenças
11 entre dois departamentos de uma grande área do conhecimento. Hoje a Faculdade tem seis
12 departamentos e mais um, de Petróleo, criado mais tardiamente. Mas, de qualquer forma,
13 existe uma discussão interna em que todos percebem a artificialidade da divisão, e gostariam
14 de poder voltar ao que era originalmente. Isso está, inclusive, no planejamento estratégico da
15 unidade. Ou seja, é uma proposta que saiu da comunidade, aprovada pela congregação, mas
16 na hora em que se tenta implementar, as pessoas se sentem muito inseguras. A Conselheira
17 MARIA SILVIA VICCARI GATTI relata a reestruturação pela qual passou o Instituto de
18 Biologia. Ela foi positiva para a unidade, e hoje isso é claro, principalmente do ponto de vista
19 administrativo. Hoje o Instituto conta com uma secretaria centralizada, o que permite que os
20 docentes se movimentem mais dentro da unidade e conseqüentemente se vejam mais, pois
21 isso era bastante difícil de acontecer, já que existem cerca de 35 portas de acesso. Às vezes,
22 ficavam meses sem ver um docente, pela própria estrutura física. Romperam com uma história
23 de mais de quarenta anos, com situações tranquilas e situações não tão tranquilas, mas que
24 foram superadas de alguma maneira. E existe dentro da Unidade uma intenção de contínua
25 avaliação desse processo. A congregação também sugeriu ao grupo de trabalho que não se
26 determinasse uma data ou um período para que houvesse mudanças. Ao mesmo tempo, os
27 relatos aqui mostram, efetivamente, a heterogeneidade da Unicamp. Por exemplo, o Instituto
28 de Biologia faz quase 30 mil matrículas por ano, pois não atende somente aos alunos dos seus
29 cursos. Quando ele possuía 11 departamentos, havia 11 áreas de ensino. Passou a ter seis
30 departamentos, com 15 áreas de ensino. Isso dificultou para a comissão de graduação. É
31 impossível no IB, que presta serviço para quase todos os cursos da Unicamp, fazer como nas
32 outras unidades, em que a comissão de graduação determina quem vai dar aula onde – dadas
33 as especificidades das áreas e tudo o mais. Portanto, avalia que a mudança foi muito boa,
34 principalmente do ponto de vista administrativo. Do ponto de vista das relações humanas, que
35 é uma questão extremamente importante também, acredita que a mudança não tenha sido tão
36 significativa, pois todos continuam nos mesmos lugares, cercados pelas mesmas pessoas, mas
37 pelo menos se veem de vez em quando, com uma frequência um pouco maior. A pós-
38 graduação, por sua vez, é estabelecida, independente da estrutura administrativa restante,
39 inclusive da graduação. Não sabe exatamente onde seria o melhor lugar para se continuar
40 discutindo esses aspectos, se no GT ou na Copei, mas em qualquer lugar que seja, faz-se

1 necessário e importante que cada história, ou cada situação ou cada vivência atual seja vista
2 como um todo, como sempre é feito na Unicamp. O Conselheiro RONALDO ALOISE PILLI
3 diz que considera a questão do papel dos departamentos algo central com que a Universidade
4 deva se preocupar, na medida em que ela determina todas as atividades precípuas da
5 Universidade – ensino, pesquisa e extensão. Entende que há uma pluralidade de arranjos que
6 se estabeleceram ao longo dos anos, mas fica claro aqui na manifestação de todos que há
7 espaço enorme para melhorar. Se os departamentos vão se tornar apenas célula administrativa
8 é outra questão, mas se o for, será preciso racionalizar gastos e otimizar os processos.
9 Acredita ainda que o departamento seja o local de se fazer a discussão qualificada, acadêmica,
10 no que tange às áreas precípuas do conhecimento, de organizá-las, de avançar e de fazer
11 projeções. É de suma importância, e o GT reconheceu isso, que haja uma continuidade, e que
12 haja, mais do que isso, a decisão de cada unidade de levar isso à frente, com a coragem que
13 tiveram algumas unidades que o fizeram já em tempos passados. Da sua experiência de anos
14 aqui, não consegue enxergar como farão o planejamento estratégico de longo prazo se não
15 atacarem esse problema. O que serviu no passado já não serve hoje, necessariamente, e é
16 preciso ver como as outras universidades pelo mundo estão tratando essa questão. Questiona
17 como atrair docentes de alta qualificação, se eles não enxergam no departamento um local
18 forte de discussão qualificada de ensino e pesquisa. Como definir prioridades, áreas
19 prioritárias de pesquisa, se também esse problema não pode ser discutido de maneira profícua
20 no âmbito dos departamentos? O GT reconheceu a dificuldade, não é possível fazer nada
21 abruptamente, isso não é saudável, mas também não podem sair daqui hoje e achar que está
22 tudo resolvido, pois acredita que não está. Onde a discussão será feita é uma questão que cabe
23 a todos decidir, mas ela tem de ser feita continuamente, com seriedade, com visão de futuro, e
24 não tentando acomodar arranjos que se cristalizaram ou que ainda não se cristalizaram e
25 tendem a fazê-lo. O interesse maior é o do futuro, daqui a vinte, trinta anos, onde esta
26 Universidade quer estar. Se vão dissolver os departamentos e tratar como célula
27 administrativa, que é uma posição que o professor Rodnei coloca, é uma solução, mas não vê
28 onde vão fazer a discussão acadêmica, que é a questão mais qualificada. O professor Rodnei
29 foi feliz em retomar aquela menção do ex-presidente Fernando Henrique feita na sexta-feira
30 passada. Realmente é isto, quem vai perder já sabe e sai contra, quem vai ganhar talvez ainda
31 não esteja aqui, ou talvez ainda não pressinta o que vai receber de benefício. Mas é algo
32 central que deve ser atacado com seriedade, e que talvez mereça um planejamento de curso
33 mais longo, para que todas as unidades tenham a oportunidade de se manifestar, de se
34 mobilizar e de serem ouvidas também. O Conselheiro RODNEI BERTAZZOLI solicita um
35 rápido aparte para dizer que o discurso do professor Pilli também reflete uma cultura local. O
36 Instituto de Química é uma das poucas unidades cujos departamentos refletem as grandes
37 áreas de conhecimento, então, ali sim se pode dar a discussão qualificada sobre os rumos
38 acadêmicos da Universidade; e grande parte das unidades hoje não tem mais isso. Por isso
39 acredita que se deva encontrar uma maneira de induzir a esse retorno. E se isso não for
40 possível, de fato, tratar os departamentos apenas como unidades administrativas e deixar a

1 discussão qualificada para a graduação, pós-graduação e pesquisa. O Conselheiro
2 MOHAMED HABIB, em aparte, expressa sua grande preocupação de que se invista muito
3 nas comissões de graduação, de pós-graduação e coisas parecidas, como se fosse esse o palco
4 do debate acadêmico. Nunca foram palco de debate acadêmico. Foram palcos administrativos,
5 para organizar planilhas, para destinar docentes para exercer atividades e coisas desse tipo,
6 mas nunca as comissões foram o espaço de debate acadêmico. O espaço de debate acadêmico
7 foi exatamente onde os docentes de uma determinada área, que tem alguma identidade que os
8 une, que é chamado de departamento, por enquanto. Esse é o espaço que avalia o docente, que
9 projeta atividades acadêmicas. O dia em que forem fechados os departamentos e só
10 dependerem de um aglomerado de docentes em uma unidade e dessas comissões
11 administrativas, estarão matando a Academia. O departamento é muito mais do que o que foi
12 chamado aqui, centro de poder. O departamento é uma identidade acadêmica para o debate
13 acadêmico. O Conselheiro JORGE MEGID NETO manifesta-se de modo pessoal, porque
14 essa discussão não foi travada com a bancada ou com a representação dos professores nível
15 MS-3, que ele representa neste Conselho. Na FE, vivenciou, nos 16 anos em que lá está, e
16 principalmente nos oito em que ficou na direção associada e na direção, alguns desses
17 embates, conflitos com respeito à estrutura acadêmica que melhor suporta o ensino, a pesquisa
18 e a extensão dentro das unidades. É contrário à estrutura de departamentos, pois acredita que
19 os grupos de pesquisa e núcleos ou fóruns de grupos de pesquisa organizam melhor as
20 atividades acadêmicas do que os departamentos. Fizeram uma reestruturação de
21 departamentos na Faculdade, entre 2003 e 2004. Na época, era contrário à estrutura de
22 departamentos, mas venceu a proposta de reorganização departamental; reorganizaram os
23 departamentos a partir das áreas de concentração da pós-graduação, ou seja, criaram novos
24 departamentos ou os reorganizaram. Alguns se mantiveram a partir das áreas de pesquisa que
25 existiam naquele momento, com a intenção possível de que eles viessem a fomentar pesquisa.
26 Isso, de fato, não aconteceu. A pesquisa manteve-se sendo discutida nos grupos e nos fóruns,
27 ou no grande órgão colegiado da unidade, a congregação. Foi criada, posteriormente, uma
28 secretaria de pesquisa, com coordenação própria, justamente para fomentar a pesquisa; e os
29 departamentos, vindos de áreas de pesquisa, mantiveram a discussão mais no âmbito
30 administrativo do que no âmbito acadêmico. Ao mesmo tempo, a questão da especialização,
31 cada vez mais intensa, das áreas de conhecimento ou das atividades de pesquisa, mas em
32 contrapartida a necessidade de que essa especialização se reorienta em uma perspectiva multi
33 ou interdisciplinar, em uma perspectiva de colaboração mútua entre áreas, faz com que,
34 novamente, as atividades acadêmicas não possam ser suportadas por instâncias em uma
35 perspectiva epistemológica particular. Para ele, os departamentos não respondem mais a essa
36 organização epistemológica específica. Eles são organizados por afinidades temáticas ou
37 pessoais. E nesse sentido acredita que mantém os departamentos mais para uma organização
38 da vida administrativa do que como um espaço para discussão acadêmica. Se pudessem
39 chamar os grupos e áreas de pesquisa de grupos de pesquisa, ensino e extensão, talvez fosse
40 uma denominação mais adequada, porque é no interior desses grupos que as atividades de

1 ensino e extensão são mais bem articuladas com as questões de pesquisa. Seria interessante
2 fortalecer os órgãos colegiados da unidade, as comissões de graduação, pós-graduação e
3 extensão, a própria congregação, no intuito de realizar os grandes debates acadêmicos,
4 fomentar as interações entre grupos de pesquisa, que também deixaram, nas duas últimas
5 décadas, de ser grupos internos à unidade e passaram a ser grupos interunidades ou mesmo
6 interinstitucionais. Então, a flexibilidade, a mobilidade, a dinâmica que a atividade acadêmica
7 exige são mais bem representadas em uma unidade básica de grupo ou núcleo de pesquisa.
8 Evita a expressão “centro de pesquisa” porque ela tem uma conformação própria na Unicamp,
9 assim como “área de pesquisa”, que tem uma conotação muito própria, associada a questões
10 da pós-graduação. Nesse sentido, toda a vida administrativa poderia ser realizada ora
11 vinculada às comissões de cursos, ora vinculada ao departamento de recursos humanos, e
12 deixar aos grupos, aos núcleos e aos fóruns de grupos de pesquisa, fóruns internos, essa
13 organização mais dinâmica. Os grupos não teriam estrutura administrativa própria, como os
14 departamentos têm, e isso facilita muito a mobilidade e a dinâmica. Os grupos podem ser
15 recriados, eles se juntam ou se aglomeram de maneiras distintas, em função de projetos ou
16 programas acadêmicos com tempo determinado. Então, por quatro, cinco ou seis anos, dois ou
17 três grupos se reúnem, e às vezes são grupos que estão em diferentes departamentos. Após
18 esse período, outros grupos se reúnem de forma diferenciada. Se há uma estrutura
19 administrativa rígida, essa mobilidade não pode ocorrer; sendo assim, os departamentos com
20 estrutura administrativa estável não respondem mais à dinâmica exigida da Universidade nos
21 dias atuais. O Conselheiro JOSÉ ELLIS RIPPER FILHO diz que hesitou em pedir a palavra,
22 porque seu conhecimento da Unicamp tem um lapso de tempo entre a década de 1980, quando
23 deixou a dedicação integral à docência, e o início desta década, quando ingressou neste
24 Conselho. Depois de ouvir as colocações feitas, percebe que essa lacuna não fez muita falta.
25 O Estatuto da Unicamp, criado não muito depois do fim da Cátedra, utiliza a palavra
26 “disciplina” com dois sentidos diferentes que provocam bastante confusão. Primeiro ela é
27 usada para significar unidade de ensino, unidade de um curso; e, segundo, ela é usada como
28 área de conhecimento da Cátedra. Tanto assim que o Estatuto previa que se abrisse concurso
29 de livre-docência em todas as disciplinas todo semestre. Claramente, disciplina, nesse termo,
30 está se referindo ao segundo significado. Não faz sentido abrir concurso de livre-docência
31 todo semestre para a mesma matéria. Segundo, a definição de departamento como menor
32 unidade de ensino e de pesquisa claramente não dá conta nem da diversidade que existia na
33 época. Apoia-se um pouco nas sugestões do professor Rodnei, e ficou satisfeito em descobrir
34 que o Instituto de Física não era tão anormal assim. Lá, praticamente toda a carga didática não
35 tinha nada que ver com o departamento, com as áreas de pesquisa trabalhadas. Então se criou
36 uma ficção, para repetir o Estatuto, que dizia que uma disciplina podia ser de responsabilidade
37 de mais de um departamento, propor que quase todas as disciplinas eram responsabilidade dos
38 quatro departamentos, porque quase que qualquer professor poderia dar uma dessas
39 disciplinas, seja de serviço ou mesmo disciplinas mais genéricas, como Eletromagnetismo e
40 Mecânica Quântica. Então, desde a década de 1970, criou-se uma estrutura em que um

1 departamento não tem nada com ensino. No fundo, tinha uma estrutura matricial em que o
2 professor, como professor, respondia às comissões de graduação e de pós-graduação, e como
3 pesquisador respondia ao chefe de departamento, o que funcionou. Uma das coisas que se
4 deveria fazer é, primeiro, tentar limpar o Estatuto dessa divergência, tirar distorções causadas
5 por essa divergência. Cita o exemplo de sua esposa, que, de uma hora para outra, passou a ter
6 o contrato ligado a uma disciplina do currículo, o que impede a movimentação natural de um
7 professor para diversas disciplinas, algo que confere grande aprendizado. Ela chegou a
8 praticamente odiar a disciplina que foi forçada a ministrar durante vinte anos. Portanto,
9 primeiro é necessário desfazer essa confusão. Segundo, dar liberdade às unidades que se
10 estruturarem sem que tenha de ter uma unidade menor de ensino e pesquisa. Se isso é chamado
11 de departamento ou não, ficou satisfeito de ver que isso não é um problema único do IFGW,
12 que tem 90% de sua carga didática de serviços, mas ocorre até em unidades
13 profissionalizantes, como na FEM e na Feec. Deveriam talvez dar um norte; é interessante a
14 ideia de que a gratificação seja limitada a unidades administrativas de pesquisa que tenham
15 certo mínimo de docentes, mas deixar que cada unidade, dentro desse modelo, se reestruture,
16 e talvez mande uma proposta para aprovação, dentro de poucos meses, seja para este
17 Conselho, seja a Copei, e dali se entre com uma proposta mais genérica para a Universidade.
18 Mas em primeiro lugar há que se considerar que manter a confusão da palavra “disciplina”
19 ainda é danoso, ainda que seja menos danoso do que na época. E, segundo, deveria ser
20 retirada da cultura da Universidade a ficção de que a organização de ensino e pesquisa tem de
21 ser uma organização única, como era no tempo da Cátedra. O MAGNÍFICO REITOR diz que
22 é uma discussão importante, e como o próprio grupo de trabalho colocou, sujeita a numerosas
23 interpretações e análises, dependendo da área. Como qualquer observador pôde sentir, e o
24 senhor João Raimundo expressou isso, todos reconhecem que tem de ser mudada alguma
25 coisa, mas o modo como fazer essa mudança ainda não está maduro para que o Conselho
26 Universitário possa votar alguma coisa definitiva. Mas é importante que este Consu tenha
27 conhecimento do que foi discutido e observe as diferentes opiniões das diferentes áreas.
28 Existem várias sugestões, como a do Alan, de se fazer uma sessão especial ou um fórum do
29 Consu, e depois outras que dirigem uma discussão continuada com cronograma, para que se
30 tenha um horizonte para a Copei. Sugere que o professor De Decca complemente e faça
31 sugestão de encaminhamento. O Conselheiro EDGAR SALVADORI DE DECCA diz que o
32 resultado de toda a discussão é muito positivo. Percebe-se, no conjunto das intervenções, que
33 muito embora haja dificuldades de como pensar a reestruturação departamental, todos
34 percebem que é um momento propício, e é necessário pensar, do ponto de vista estratégico,
35 uma nova recomposição da organização do ensino e pesquisa da Universidade. O quadro
36 descritivo sumário que se apresentou com relação à realidade departamental da Universidade
37 é o que mais chama a atenção. Há uma disparidade tão grande, e uma diversidade tão grande
38 de experiências, que provocam dificuldade de chegar ao âmago de cada uma das experiências
39 vividas. Ele viveu no IFCH uma experiência de cisão do Departamento de Ciências Sociais,
40 que se dividiu em quatro, dando origem aos Departamentos de Antropologia, Ciência Política,

1 Sociologia e Demografia. Então, de um viraram quatro, porque o Departamento de Ciências
2 Sociais possuía equilíbrio interno de poder muito mais razoável do que o que existe hoje.
3 Portanto, existem experiências muito diversas, e é muito difícil uma comissão chegar a essas
4 peculiaridades e especificidades. Concorde também com o professor Ripper que há um
5 problema de natureza conceitual, e toda mudança estatutária e regimental é normativa, e não
6 há como não atuarem. É papel do Conselho Universitário produzir elementos normativos para
7 se organizar o ensino, a pesquisa e também a estrutura administrativa da Universidade. De
8 todas as sugestões que vieram à tona, considera que, de fato, tendo hoje a Copei concluído o
9 planejamento estratégico, quer dizer, a fase do quinquênio que se cumpriu, têm de fazer a
10 revisão do planejamento estratégico inclusive para indicar novas prioridades de atuação. Essa
11 é a responsabilidade dos conselheiros, dos pró-reitores, dos diretores e da representação
12 docente. Considera que a Copei, com um prazo estabelecido, seja o fórum mais adequado para
13 que se venha a estruturar uma proposta a ser encaminhada para o Conselho Universitário. O
14 professor Fernando sugere que a Copei acolha a proposta do Conselho Universitário e que na
15 primeira reunião do Consu do segundo semestre de 2012 haja uma proposta para ser apreciada
16 aqui. Isso, de certa maneira, contemplaria a expectativa de todos, do tempo necessário para
17 um reestudo mais aprofundado, e ensinaria também uma mudança do ponto de vista
18 conceitual mesmo dessa unidade tão problemática, e até talvez agastada pelo tempo, que é a
19 figura do departamento. O MAGNÍFICO REITOR sugere ainda que na Copei sejam
20 organizadas subcomissões diferentes, para abordar diferentes áreas, e posteriormente sejam
21 agrupadas. O Conselheiro JOSÉ ELLIS RIPPER FILHO propõe que cada unidade envie
22 sugestões para a Copei, para que ela tenha informação sobre essa diversidade. O
23 MAGNÍFICO REITOR diz que depois disso cada unidade poderá, novamente, reestudar as
24 suas características. Não havendo mais observações referentes ao item 2, submete à votação a
25 proposta de encaminhamento à Copei para discussão do assunto, sendo aprovada com uma
26 abstenção. Em seguida, passa à discussão do item 3, objeto do Proc. nº 02-P-25587/11 -
27 Proposta de criação da Faculdade de Enfermagem da Unicamp – Designação de Comissão de
28 Especialistas para emissão de parecer, nos termos do §3º do artigo 9º do Regimento Geral da
29 Unicamp. O caso em questão se baseia no Artigo 9º do Regimento Geral da Universidade, que
30 diz que a proposta pode ser apresentada pelo reitor ou por qualquer conselheiro, e da proposta
31 deverá constar as finalidades do instituto, faculdade ou curso, os cursos que serão ministrados,
32 a conveniência, as possibilidades, a forma de entrosamento da unidade com as já existentes.
33 Recebida a proposta e acolhida, em princípio, pelo Conselho Universitário, o reitor designará
34 comissão de especialistas para emitir parecer. Elaborado o parecer, será submetido à
35 deliberação do Conselho Universitário. O caso específico é a criação da Faculdade de
36 Enfermagem. Lembra que, diferentemente de quase todas as faculdades de Enfermagem do
37 Brasil e do mundo, a Enfermagem da Unicamp existe apenas como um dos departamentos da
38 Faculdade de Ciências Médicas. Realça também que isso não é uma iniciativa nova. De fato, a
39 ideia foi aprovada na congregação da Faculdade de Ciências Médicas no início da década de
40 1990, e por motivos diversos ela não foi apreciada no Conselho Universitário. O Conselheiro

1 MÁRIO JOSÉ ABDALLA SAAD diz que o curso de Enfermagem teve origem em 1978, ou
2 seja, está completando 33 anos. E, desde que ele foi criado na Faculdade de Ciências Médicas,
3 como Departamento da Enfermagem, existia a perspectiva de se transformar em faculdade,
4 como o Reitor já mencionou, que é o que acontece nas outras. O MAGNÍFICO REITOR, em
5 aparte, informa que ele já recebeu o pedido, não havia necessidade, mas nomeou uma
6 comissão de três diretores, professora Shirlei, professor Paulo Araújo e professor Jacks, para
7 fazer um relatório preliminar, que consta desta pauta. O Conselheiro MÁRIO JOSÉ
8 ABDALLA SAAD diz que o curso de graduação em Enfermagem já existe há 33 anos e o de
9 pós-graduação já vai para uma década e meia. Também, como já mencionado, já existiu essa
10 discussão na Faculdade de Ciências Médicas de se transformar esse curso em faculdade, e
11 esse assunto foi novamente retomado agora, pelos seguintes motivos: o curso de graduação é
12 um curso de excelência; ele está maduro, bem estabelecido. E o de pós-graduação também, e
13 é preciso destacar que no Brasil a área de Enfermagem não tem nenhum curso com nota 7,
14 mas há dois cursos com nota 6, e outros sete cursos possuem nota 5. O curso da Unicamp,
15 como começou só com mestrado, teve nota 5, que é a nota máxima de mestrado, e agora, de
16 um ano e meio para cá, iniciou-se o doutorado e este já tem avaliação 5, mas vai passar por
17 uma nova avaliação no triênio, na qual se espera que atinja a nota 6. O problema é que, como
18 departamento, o curso de Enfermagem não usufrui dos direitos e benefícios de outros cursos
19 da Universidade. Isso por uma questão de estrutura política. Se há um curso dentro de um
20 departamento, e outros 15 departamentos lutando por vaga docente, vaga não docente, verba
21 para ampliação de laboratório, existe uma dificuldade muito grande; e o Departamento de
22 Enfermagem não é nem o maior da FCM. Há departamentos como o de Clínica, de Cirurgia,
23 de Tocoginecologia, de Pediatria, de Saúde Coletiva, que são maiores do que o de
24 Enfermagem e, conseqüentemente, maiores que o curso de Enfermagem. Então, há uma
25 queixa, e com razão, de que não se dá o privilégio para o curso de Enfermagem, para o
26 Departamento de Enfermagem, que mereceria, por ser um curso separado. Esse é um
27 problema reconhecido, e o desejo de que o curso se transforme em faculdade teve apoio
28 unânime da congregação, pelo reconhecimento do trabalho que vem sendo feito. Tudo isso
29 poderia ser resolvido sem a criação de uma faculdade, mas a razão principal de se desejar essa
30 transformação é que haverá possibilidade de crescimento muito maior. O departamento hoje
31 está oprimido; não consegue crescer porque precisa disputar com 15 outros departamentos;
32 este ano, por exemplo, há dez vagas para docentes na FCM, nove são para repor
33 aposentadorias compulsórias, e foi conseguida uma vaga a mais, que é exatamente para o
34 Departamento de Enfermagem. Mas talvez ele não consiga a vaga. O Departamento de
35 Enfermagem foi perdendo docentes ao longo do tempo, como aconteceu de modo geral na
36 Universidade, mas ele precisa crescer. Isso porque essa é uma área carente no Brasil; o curso
37 forma quarenta graduados em Enfermagem por ano, há baixíssimo índice de evasão, mas
38 esses formados são insuficientes para alimentar a área de Saúde da Unicamp, que abriga
39 Caism, HC, Gastrocentro, Hemocentro, Hospital de Sumaré e os Ambulatórios Médicos de
40 Especialidades – AMEs. Portanto, os profissionais formados são quase todos absorvidos na

1 área de Saúde da Universidade, porque há um *turnover* muito grande. O projeto é crescer,
2 mas, paralelamente, o curso consegue crescer também em especialização, o que é uma coisa
3 relevante. Sendo a área de Saúde da Unicamp bastante complexa, seria interessante ministrar
4 especialização para um número grande de formandos de outras faculdades de Enfermagem da
5 região. O curso de Enfermagem iniciará em 2012 a residência multiprofissional, algo que já
6 acontecia nos cursos de Medicina. Certamente, sendo faculdade, essa residência
7 multiprofissional terá maior possibilidade de crescer. Portanto, o que foi acolhido pela
8 congregação por unanimidade é dar chance para um curso que já está estabelecido, tanto no
9 plano da graduação como no da pós-graduação, para que possa ter autonomia para crescer,
10 gerando pouquíssima despesa, o que certamente motivaria um grande número de docentes que
11 estão nesse departamento e têm essa perspectiva de crescimento. Foi feito um projeto muito
12 bem elaborado, mas a congregação considerou que uma série de aspectos dele foi superada.
13 Conversaram com o senhor Antonio Félix Duarte, da Aeplan, que ajudou bastante, e
14 idealizaram uma faculdade para o número de alunos que eles projetam. Foi calculado um
15 número de funcionários e um número de docentes, e isso foi colocado no projeto. Mas a
16 congregação já superou essa discussão, porque ela propôs, e o grupo do Departamento de
17 Enfermagem concordou, que para a criação da faculdade seria preciso contratar dois docentes
18 a mais. Um já veio este ano. Então, quando forem apreciar a proposta mais para frente, virá
19 mais um docente. Então, consta um número “x” de docentes no processo, mas está superado.
20 Entretanto, acharam que para manter a verdade da proposta, como em um processo, nenhuma
21 folha deveria ser tirada, mas o que tinha de ter sido feito era retirar aquela informação do
22 processo e colocar um projeto novo. Eles mantiveram o processo, e a comissão analisou
23 aspectos daquele processo antigo, por isso há essas discussões que a comissão coloca. Mas o
24 número de docentes e de funcionários está superado, assim como a questão das gratificações,
25 porque isso já foi discutido na congregação e já foi adequado. Vai existir só o que for
26 necessário para que seja criada a faculdade. Naturalmente, quando se cria uma faculdade,
27 existe uma gratificação de diretor, de diretor associado e de ATU, mas nada além disso. E
28 como ele vai sair da FCM como um departamento que usa uma série de aspectos de lá, vai
29 levar um número de funcionários com ele. Já existe esse acordo, a congregação concordou
30 que será discutido com o RH da FCM qual seria o número ideal de funcionários a serem
31 transferidos. Finalizando, eles têm prédio próprio, mas vão continuar usando as salas de aula
32 da FCM, pois a Enfermagem continuará integrada com toda a área de Saúde da FCM, uma
33 vez que essa integração tem sido muito proveitosa ao longo dos anos. A Professora MARIA
34 ISABEL PEDREIRA DE FREITAS diz que é um prazer muito grande estar aqui, poder ouvir
35 o que todos têm a dizer. Primeiro ouvirá todas as colocações para depois fazer as observações
36 pertinentes, as explicações pontuais que forem levantadas, para não tomar muito tempo,
37 porque há muitos assuntos. O Conselheiro ROBERTO TEIXEIRA MENDES diz que as
38 posições que o professor Mário externou representam bem a discussão que já houve na FCM
39 sobre a questão de o Departamento vir a se transformar em uma faculdade. Reforça a questão
40 da antiguidade do tema, porque tem afinidade com essa promessa de que o Departamento um

1 dia seria uma faculdade, assunto que sempre tratou junto com os professores e os alunos de lá.
2 Acredita que muitos aceitaram vir trabalhar no Departamento de Enfermagem porque
3 vislumbravam uma estrutura menos acanhada no futuro da sua carreira docente. E sempre,
4 particular e pessoalmente, se comprometeu em trabalhar nesse sentido, e houve essa
5 oportunidade anterior, na década de 1990, em que talvez por problemas financeiros a
6 discussão não tenha avançado. A posição dele sempre foi favorável a que se buscasse a
7 organização da faculdade, e neste momento, do ponto de vista das competências, não há o que
8 discutir. Essas questões que foram levantadas pela comissão aqui já haviam sido levantadas
9 pela própria congregação, de outra maneira, mas esses pontos foram tratados lá, e há
10 condições de se caminhar com essa proposta. A Conselheira CLAUDIA MARIA BAUZER
11 MEDEIROS diz que certamente é uma proposta que tem um mérito muito grande, mas como
12 se trata da criação de uma nova unidade, e por mais que entenda os argumentos do professor
13 Mário a respeito de mudanças que houve posteriormente, somente se sentiria confortável em
14 votar favoravelmente vendo a nova proposta por escrito, porque com os números apresentados
15 ela será obrigada a votar contra, apesar de concordar plenamente com o espírito da proposta.
16 Mas só quer votar quando vir por escrito qual é a nova versão dos números. O Conselheiro
17 PAULO EDUARDO MOREIRA RODRIGUES DA SILVA diz que quer, primeiramente,
18 testemunhar sobre o desempenho do Departamento de Enfermagem ao longo desses trinta
19 anos, pois há uma coincidência de trabalhos conjuntos, não só com a Faculdade de Ciências
20 Médicas, como com a área de Saúde como um todo, em particular do Hospital das Clínicas. A
21 convivência entre as diferentes profissões na área nesses trinta anos foi muito pacífica, ao
22 contrário do que se poderia esperar, e muitas vezes conflitos ocorridos na área assistencial não
23 se deram na Faculdade de Ciências Médicas. É importante destacar o mérito que essas pessoas
24 tiveram. O Departamento de Enfermagem teve cerca de 34 docentes quando começou, e nos
25 primeiros anos ali se constituiu como um departamento grande e forte dentro da Faculdade de
26 Ciências Médicas, e com algumas peculiaridades. O pessoal da Enfermagem tem uma
27 disciplina muito mais rigorosa do que os médicos e os fonoaudiólogos, os fisioterapeutas, os
28 outros profissionais da área da Saúde, e contribuíram muito no desenvolvimento e na
29 organização dos serviços de saúde. Contou com a colaboração desse grupo durante os 12 anos
30 em que esteve no Hospital de Clínicas na gestão de todas as atividades, algo que não é muito
31 afeito aos médicos, mas aos enfermeiros sim, porque dentro do currículo deles há um
32 conteúdo de administração hospitalar que não existe no currículo dos médicos. Muitos
33 profissionais vieram de outras universidades, alguns saíram daqui e foram se qualificar
34 particularmente na USP; é um grupo que ao mesmo tempo em que amadureceu se enxugou
35 em termos de número por essas razões colocadas pelo professor Mário. Defende, como fez a
36 professora Claudia, e já havia dito isso para o grupo que organizou a proposta, que para uma
37 proposta dessas ser acolhida e aprovada em uma segunda fase da análise do Conselho
38 Universitário, ela precisa, em primeiro lugar, ser muito enxuta. Interessa para o Departamento
39 se constituir como uma unidade, portanto, isso deve ser feito de forma que a Universidade
40 reconheça nele a possibilidade de que isso seja feito. Então, como a professora Claudia,

1 também defende que, primeiro, o Conselho Universitário acolha a proposta de um grupo de
2 trabalho composto por todas as categorias do Conselho Universitário e analise, fazendo um
3 trabalho de equilibrar entre as expectativas que o departamento hoje tem de transformar-se em
4 faculdade e o que é uma faculdade. Porque houve experiências recentes aqui, a principal delas
5 foi a FCA, que se constituiu como uma unidade, com um número expressivo de docentes, mas
6 com uma estrutura gerencial e administrativa muito pequena, por não ter departamentos, por
7 não ter áreas, secretarias. Cita esse exemplo, que muitos conselheiros, quando aprovaram a
8 FCA, não acreditaram que era possível criar uma faculdade com uma estrutura tão enxuta.
9 Então, com a ajuda do grupo e da própria unidade, certamente um grupo de trabalho do Consu
10 terá a isenção necessária para trazer uma proposta de criação. Não se deve desperdiçar a
11 oportunidade de fazer, neste momento, algo que é a expectativa daqueles docentes desde a
12 criação do Departamento, e que foi alimentado ali no início da década de 1990, mas que agora
13 é a oportunidade de se discutir e de se avançar na proposta de criação de uma estrutura
14 absolutamente enxuta, que não comprometa o funcionamento da Universidade. O Conselheiro
15 ADALBERTO BONO MAURIZIO SACCHI BASSI endossa as palavras do professor Paulo
16 Eduardo e diz que a preocupação da professora Claudia com relação à criação de uma unidade
17 é plenamente justificada, inclusive pelo Estatuto da Unicamp. Uma unidade não é criada sem
18 dois terços dos votos do Consu, e também não é criada em uma única sessão. Não vê razão,
19 neste momento, para que não possa ser criada uma comissão designada para estudar esse
20 assunto, para que ele venha a ser, depois, analisado profundamente por este Conselho, com
21 base no parecer da comissão. Particularmente tem pouquíssimo contato com o assunto, mas
22 no que se refere à sua antiguidade, também é testemunha, porque na época em que era pró-
23 reitor de graduação (1990-1994) teve muito contato com a representante do Departamento de
24 Enfermagem na Comissão Central de Graduação. Então, desde aquela época teve
25 conhecimento de vários problemas específicos que, de certa forma, evidenciavam a utilidade
26 de que um dia, no futuro, fosse criada uma unidade. Portanto, não vê motivos para que o
27 Conselho não possa acatar, neste momento, a proposta de estudar essa utilidade. O
28 Conselheiro MARCELO KNOBEL diz que já discutiu, em diversas oportunidades, com todo
29 o grupo da Enfermagem, em várias etapas do projeto, até mesmo antes da sua formulação,
30 indicando quais são as questões, e tudo foi analisado. Também atesta a seriedade com que
31 todo o grupo da Enfermagem tem tratado essa questão e feito essa discussão, em particular a
32 unidade do departamento que busca a transformação em uma faculdade. É natural, entretanto,
33 que questões práticas apareçam. É interessante destacar que toda a discussão anterior sobre a
34 questão dos departamentos vem à tona, e aparece claramente, agora. Diversas dessas questões
35 que foram debatidas anteriormente reaparecem de outra maneira; motivações que também são
36 práticas, mas que levam a essa discussão um pouco mais ampla, até a questões mais práticas
37 do dia a dia, que dizem respeito a gratificações, novos cargos, funcionários, professores e
38 assim por diante. Então, todos esses fatores fazem parte de um mesmo contexto, e esse
39 assunto tem maturidade suficiente para poder ser acomodado e ser encontrada uma solução
40 mais próxima da ideal possível; esse ideal, em certos momentos, não é possível

1 imediatamente, mas será buscado. A professora Claudia tem razão sobre a documentação, mas
2 hoje o processo aqui simplesmente pode ter um acolhimento inicial para uma discussão
3 posterior. Há toda a possibilidade de se criar essa comissão, solicitar que essa documentação
4 venha do Departamento de Enfermagem, e que essa comissão possa estudar esses documentos
5 e propor, de maneira mais detalhada, a criação da Faculdade de Enfermagem. O Conselheiro
6 PAULO SÉRGIO FRANCO BARBOSA diz que o projeto está bem justificado em relação às
7 potenciais contribuições para uma melhor organização temática e de governança. As criações
8 de faculdades são extremamente comuns no ambiente universitário, e o que se vê é que, uma
9 vez criada, o caminho de volta é irreversível; ou seja, não ocorrem fusões de faculdades, mas,
10 sim, divisões de departamentos, passando a viver em um novo ambiente com a criação. Isso é
11 um indicativo de que a experiência é boa; se ela não tem volta, é porque certamente é boa no
12 sentido de prover mais autonomia. E uma breve reflexão para todos é a organização da
13 Engenharia da Unicamp comparada à Engenharia da Poli, da USP. Lá eles estão ainda
14 agregados, existe uma Escola que reúne todas as Engenharias. Acredita que a organização da
15 Unicamp, que tem os seus 45 anos, foi bastante eficaz no intuito de promover o
16 fortalecimento e o crescimento das Engenharias. A Unicamp, com seus 45 anos, tem escolas
17 de Engenharia tão fortes quanto e várias melhores do que as da centenária Escola Politécnica
18 da USP. Isso é um elemento que auxilia uma decisão mais madura sobre a criação da
19 Faculdade de Enfermagem, uma vez que ela tem, por natureza, um escopo diferente em
20 relação à formação de médicos. E citando outro exemplo, também na área de Engenharia, a
21 Universidade de Harvard sempre teve, desde 1847, a sua Divisão de Engenharia dentro de
22 uma Faculdade de Artes e Ciências, e sempre houve o clamor por separação, pela criação de
23 uma faculdade própria. Isso ocorreu em 2007; agora existe uma Escola de Engenharia e
24 Ciências Aplicadas, e o resultado já tem sido muito bom, no sentido até de atrair os
25 candidatos que outrora iam para o MIT. Ambas são em Boston, mas a atratividade do curso,
26 por ter essa identidade própria na faculdade, se tornou bastante melhor. Sugere ao grupo de
27 trabalho que será formado que, para que o Consu tome essa decisão de maneira confortável,
28 faça um trabalho de investigação que mostre o relato dos benefícios potenciais e, se possível,
29 alguns deles mensuráveis. Porque é hábito nas discussões do Conselho Universitário trazer
30 com transparência os custos. Felizmente há um bom histórico de dados sobre os custos, mas o
31 exercício de trabalhar nos benefícios nem sempre existe, até porque são mais difíceis de serem
32 mensurados. Qual o valor da formação desses graduados em Enfermagem que a Unicamp
33 coloca no mercado de trabalho a cada ano? Qual o valor da pesquisa aqui feita nessa área e a
34 pós-graduação? Então, se trabalhassem um pouco mais, com as dificuldades próprias que há
35 de estimativa e valoração econômica desses elementos, talvez as decisões possam ser mais
36 seguras e mais confortáveis por saberem que estão na direção certa. O Conselheiro ALAN
37 GODOY SOUZA MELLO diz que o processo todo, a princípio, traz uma clareza muito
38 grande de quão competente é o Departamento de Enfermagem, e que portanto ele merece ser
39 transformado em faculdade. E não deve haver ninguém neste Conselho que discorde disso,
40 dado o que foi mostrado. No entanto, sentiu falta de um pouco da observação do mandato que

1 a sociedade delega à Universidade, que é a formação de pessoas, produção de pesquisa e tudo
2 o mais. Sentiu falta, nos documentos enviados, por exemplo, de dados que reflitam qual é a
3 necessidade de novas pessoas formadas em Enfermagem, de qual o impacto que terá a
4 Universidade pública de Campinas. Então, gostaria muito que o decorrer do processo de
5 avaliação fosse pautado principalmente por isso, porque existe um crescimento implícito na
6 proposta de transformar o Departamento de Enfermagem em uma faculdade. Houve a
7 argumentação, inclusive, de que seriam necessários quarenta professores no futuro. Não que
8 se coloque isso como pré-requisito, mas quase como um objetivo. Então, como há muitas
9 mudanças implícitas, gostaria que fosse colocado também do ponto de vista de cumprir o
10 mandato que a sociedade dá para a Unicamp como Universidade. E também gostaria que nos
11 próximos documentos, conforme vá sendo feito o estudo sobre a implantação da nova
12 unidade, a Copei fizesse um acompanhamento bem próximo, para que se saiba, segundo o
13 planejamento estratégico, como essa nova unidade vai ao encontro desse planejamento, para
14 que aquele planejamento estratégico e toda a avaliação que foi feita não fiquem apenas no
15 papel. É preciso cumprir esse planejamento. Então, gostaria realmente que fosse um dos
16 fatores primordiais na hora de analisar, de serem trazidos aqui, porque no momento não se
17 tem, mas como a discussão atual é apenas se haverá ou não a avaliação do assunto, essa
18 informação será necessária apenas no futuro. Outra questão, que o professor Paulo Barbosa
19 acabou de comentar, e que não tem a ver precisamente com essa decisão que vai ser tomada, é
20 que há necessidade de algumas estruturas supraunidades talvez. Como engenheiro formado
21 pela Unicamp, tendo participado, como graduando, por uma Unidade, como pós-graduando
22 em outra Unidade, e conhecendo um pouco a USP, com ufanismo acha que a solução da
23 Unicamp é melhor do que a da Escola Politécnica. Em contrapartida, a Escola Politécnica
24 permite um diálogo maior, dado que agrega mais as Engenharias, o que aqui é uma coisa um
25 tanto difícil. Existiram algumas iniciativas, tanto no centro acadêmico quanto na pós-
26 graduação, que se pensou em levar adiante mas que se tornaram extremamente complexas
27 pela dificuldade de conseguir harmonizar as sete unidades de tecnologia, por exemplo. Então,
28 seria interessante começar a se estudar um novo meio de coordenação dessas unidades, tanto
29 nas Tecnológicas, quanto nas faculdades de Saúde, e em qualquer outro lugar onde se observe
30 uma necessidade maior de comunicação. O MAGNÍFICO REITOR diz que o Regimento e o
31 Estatuto da Universidade estabelecem que o primeiro passo é o acolhimento, é verificar se o
32 Conselho Universitário aceita discutir o assunto. A decisão final é uma decisão com quórum
33 qualificado, de dois terços. Pela discussão, poderia ser encaminhada assim, se não houver
34 mais observações. Pergunta se poderiam votar o acolhimento, como colocado pela professora
35 Claudia. E também seria nomeada a comissão. As comissões são formadas por três diretores e
36 dois membros da bancada docente. Os três diretores que fizeram o trabalho inicial, que são da
37 área pertinente, foram os professores Jacks, Shirlei e Paulo Araújo. Para a bancada docente,
38 de outras áreas, sugere os professores Alvaro Crósta e Osvaldir, a não ser que haja
39 voluntários. Lembra que esse é apenas o acolhimento inicial; a comissão fará um trabalho
40 pormenorizado. E a Administração se compromete a fazer reuniões prévias com a comissão

1 para dirimir todas as dúvidas antes de vir para discussão e votação aqui no Conselho. Todos
2 sabem que criar uma unidade de ensino e pesquisa é algo muito sério e precisa haver todos os
3 cuidados possíveis. O Conselheiro SÉRGIO ANTÔNIO DA SILVA LEITE diz não ter nada
4 contra, mas acredita que as várias instâncias que estão participando deveriam estar atentas a
5 uma questão que apareceu nas falas. A oportunidade de se criar uma nova unidade é também
6 uma oportunidade de se avançar em termos de modelos existentes. Apenas lembra que essas
7 instâncias que forem sendo formadas não são instâncias de apenas reproduzir modelos, mas
8 que têm o compromisso de tentar avançar. Então, por exemplo, uma nova unidade que já vem
9 sem departamento é um avanço, mas há outros aspectos nos quais é preciso avançar, como por
10 exemplo sistema de avaliação. Chama a atenção porque a tarefa que se coloca também vai
11 exigir que se avance, em termos de estudo, de pesquisa, porque senão simplesmente será
12 reproduzida uma unidade antiga. O Conselheiro LUIS ABNER SILVA ESPINOZA diz que
13 caberia um representante discente na comissão que vai ser criada para análise da proposta.
14 Seria apropriado algum representante da congregação da FCM, do Departamento de
15 Enfermagem, ou que o próprio Centro Acadêmico da Enfermagem fosse convidado a indicar
16 algum representante. O MAGNÍFICO REITOR indica o conselheiro Alan Godoy Souza
17 Mello para participar do grupo como representante discente. Em seguida, submete à
18 aprovação o item 3, referente ao acolhimento da proposta e indicação da comissão de
19 acompanhamento dos trabalhos, que é aprovado por unanimidade. Na sequência, passa à
20 discussão do item 4, que trata do Proc. nº 01-E-17187/11 - Distribuição de cargos ou funções
21 de Professor Titular - MS-6 para as Unidades de Ensino e Pesquisa (Parecer CVD-100/11). O
22 Conselheiro EDGAR SALVADORI DE DECCA explica que esse item trata de atribuição de
23 cargos e funções de professor titular para abertura de concurso público ou promoção por
24 mérito. Como é de praxe, o processo se inicia na CVD através de uma chamada para todas as
25 unidades, para que se manifestem com relação às possíveis candidaturas e demandas de
26 professores titulares. É importante lembrar, no aspecto do que resultou essa demanda que ora
27 está sendo apreciada pelo Conselho Universitário, que neste ano, excepcionalmente, está
28 sendo feita a segunda distribuição de cargos e funções, seja no plano da carreira de professor
29 titular ou na atribuição de vagas na carreira para o nível MS-3.1. Isso significa que em um
30 mesmo ano se está tendo a oportunidade de alocar um número expressivo de vagas nas
31 unidades, e está respondendo, antecipadamente, a algumas manifestações que apareceram na
32 oportunidade da discussão da questão dos departamentos. Uma delas é o questionamento de
33 até quando os departamentos vão sobreviver, dado o minguado quadro docente da
34 Universidade que se exaure ano a ano. Isso demonstra certa inverdade, pois muito embora o
35 impacto principalmente das aposentadorias tenha sido significativo na Universidade, até 2004,
36 o que se observa dali para frente é uma relação positiva entre as contratações e as
37 aposentadorias. Tem crescido o número de docentes na Universidade em detrimento das
38 perdas, e talvez o professor Paulo depois possa fazer alguma observação sobre isso. Há um
39 envelhecimento do quadro docente, e a perda de contingente é importante de ser analisada.
40 Mas acredita que a reposição tem sido feita nos últimos anos de maneira bastante consistente,

1 e as contratações têm superado as aposentadorias. Entretanto, e é por essa razão que o
2 primeiro parágrafo da proposta da CVD trata justamente da relação orçamentária entre essa
3 proposta e a proposta orçamentária aprovada pelo Conselho Universitário no final do ano
4 passado, a CVD não pode avançar sem obedecer aos limites colocados pelo Conselho
5 Universitário do ponto de vista do acolhimento, no que se refere aos recursos. Por essa razão,
6 o primeiro parágrafo trata daquilo que está disponível para a CVD. O primeiro caso em
7 destaque é de professores titulares, considerando, portanto, que os recursos que existem para
8 promoção e concursos para professor titular são da ordem de R\$516,928 mil. Lembra,
9 portanto, que a tabela que ora se apresenta como proposta da CVD pressupõe que, em
10 princípio, esses recursos cubram as demandas que são aprovadas no parecer da CVD. É
11 importante que isso seja levado em consideração. A CVD não aprova os pedidos que são
12 sugeridos pelo parecer, então, todos eles têm de estar contidos na Proposta Orçamentária. No
13 segundo parágrafo, remete-se aos procedimentos de praxe da CVD. A CVD nomeia uma
14 subcomissão que aprecia todas as solicitações de professor titular e todas as demandas. E,
15 neste ano, houve demanda de 46 novos cargos e funções para o preenchimento de professor
16 titular. Analisando a proposta orçamentária do Conselho Universitário, a CVD fez o parecer,
17 depois de a subcomissão ter se reunido e estudado cada uma das demandas – é por essa razão
18 que, em seguida, passaria a palavra ao pró-reitor de graduação, professor Marcelo, porque
19 cada uma dessas subcomissões foi coordenada por um pró-reitor, então o professor Marcelo
20 poderá fazer um pequeno resumo daquilo que foi discutido dentro da subcomissão. Em última
21 instância, o que é votado neste Consu é sempre o parecer da CVD, porque a CVD nem sempre
22 acolhe na íntegra as propostas das subcomissões; ela reavalia, reequilibra algumas
23 informações, mas, muitas vezes, também acata por unanimidade tais propostas. A
24 subcomissão *ad hoc* considerou a documentação encaminhada pelas unidades e levou em
25 consideração para a atribuição de cargos e funções de professor titular o projeto e a produção
26 acadêmica da unidade, a produção acadêmica dos docentes MS-5 interessados na promoção
27 ou concurso, além de atender à Deliberação Consu A-10/07, que “Define as regras de
28 transição para os Concursos para provimento de cargo de Professor Titular e para Promoção
29 por Mérito para o nível MS-6” e estabelece regra para as unidades que possuam um
30 percentual de professores titulares entre 35 e 45%. Como todos sabem, há um limite para
31 algumas unidades poderem apresentar as propostas, uma vez que aquelas que ultrapassam os
32 35% têm uma periodicidade já estabelecida pela Deliberação Consu A-10/07. Em seguida,
33 portanto, apresenta-se a proposta de distribuição de cargos e funções para professor titular; e
34 essa distribuição, mediante a demanda, é respondida pela CVD com a indicação de 31
35 atribuições de cargos e funções, sendo, por observação da CVD e indicativo da proposta, uma
36 vez que a CVD propõe que a aprovação esteja condicionada a: uma das vagas de cargos, de
37 função de professor titular para o curso de Enfermagem; uma para o curso de Farmácia; uma
38 para o departamento solicitante do Instituto de Artes; e uma para a área de Física Médica, do
39 Instituto de Física. Portanto, a proposta que ora está sendo encaminhada tem essa
40 constituição. É para isso, então, que se vai discutir e deliberar. Solicita que o professor

1 Marcelo relate como foi o processo que concluiu por esse número de 31 atribuições,
2 lembrando que a proposta da CVD está condicionada à disponibilidade orçamentária aprovada
3 para cargos e funções de professor titular, que é da ordem de R\$561 mil. O Conselheiro
4 MARCELO KNOBEL diz que presidiu a subcomissão *ad hoc* referente à questão das
5 demandas de professor titular das unidades. A comissão, como sempre tem sido feito, recebeu
6 toda a documentação e todos os materiais necessários para a deliberação; foram feitas
7 algumas reuniões onde foram discutidos não só os critérios, mas as possibilidades e a análise
8 das demandas. Não houve uma demanda muito grande e realmente havia vários casos em que
9 a unidade já ultrapassava 35%, o que, de uma maneira ou de outra, também facilitou a
10 discussão, pois já havia o respaldo do próprio Regimento. Destaca alguns pontos importantes
11 da discussão. Um deles refere-se a uma questão que apareceu de maneira muito clara e que
12 demandou algumas horas de discussão: várias unidades que tiveram cargos de professor
13 titular aprovados em processos anteriores, talvez por diferentes tempos de processamento, por
14 diferentes questões que aparecem, ainda não haviam iniciado o processo de realização do
15 concurso para essas vagas. Então, foi colocada no parecer dessa subcomissão *ad hoc* uma
16 observação específica referente a essa questão, que as vagas atendidas pelo Conselho
17 Universitário em um processo não podem ser reservadas ou guardadas, e portanto os
18 processos devem ser iniciados o mais rapidamente possível. Em segundo lugar, uma questão
19 que foi discutida e posteriormente levada à própria CVD para deliberação foi uma solicitação
20 excepcional de duas unidades, e no que se refere ao que acontece de praxe, que é uma
21 solicitação do Instituto de Física por uma vaga de professor titular em uma área em que não
22 existem, aparentemente, candidatos no próprio Instituto, ou seja, seria uma vaga
23 completamente nova, cuja aprovação foi sugerida; e uma solicitação do Instituto de Artes de
24 três vagas nessa condição, das quais foi sugerida a aprovação de duas. Estes são os pontos
25 principais: a questão da necessidade de os institutos e as faculdades iniciarem rapidamente o
26 processo de concurso quando as vagas são atribuídas e essa questão nova que apareceu na
27 discussão sobre essas vagas cheias para o Instituto de Física e para o Instituto de Artes. O
28 Conselheiro PAULO EDUARDO MOREIRA RODRIGUES DA SILVA complementa com o
29 esclarecimento que foi feito a ele por alguns diretores, uma vez que não é membro da CVD,
30 nem da subcomissão, de como deve ser o entendimento dessas vagas colocadas ano a ano para
31 discussão na CVD. Este ano, excepcionalmente, isso foi discutido duas vezes, portanto
32 entrarão o ano de 2012 com 113 vagas de professores da carreira MS a serem contratados,
33 porque ainda existem 63 vagas não preenchidas aprovadas na última reunião da CVD que
34 discutiu isso. Segundo a versão que está na deliberação do Orçamento, normalmente é
35 decidido o número de vagas que é possível colocar para admissão e foram colocadas aqui
36 cinquenta vagas de nível MS-3 para admissão, com recurso aproximado de R\$3,150 milhões.
37 E esse cálculo é feito pela Aeplan da seguinte maneira: dessas cinquenta vagas, pega-se 1/12,
38 imaginando que 1/12 disso vai ser preenchido por mês; às vezes atrasa e às vezes há um
39 estoque de concursos já realizados, então é possível fazer a admissão mais rápida, mas a
40 experiência mostra que se for feita reserva de recursos imaginando que serão admitidos,

1 desses cinquenta, aproximadamente quatro por mês, de forma que a despesa não é integral de
2 cinquenta vezes 13.3 meses, que são os salários pagos para cada um dos professores, até
3 porque muitos processos se iniciarão agora. E a segunda reserva de recursos que fazem é – e
4 está dito especificamente para isso – para quarenta concursos ou promoção por mérito para
5 professor associado; e reserva para trinta concursos ou promoção por mérito para professor
6 titular. O primeiro caso significa uma reserva feita da mesma forma da diferença entre o
7 salário de um docente nível MS-3 e MS-5. E a segunda, dos titulares, é feita para trinta vagas
8 da diferença entre o salário do nível MS-5 e do MS-6. Ora, quando chega proposta de
9 admissão de um professor titular com reserva de recurso cheio significa que é preciso
10 consumir uma vaga da reserva de nível MS-3, uma da reserva de MS-5 e uma da reserva de
11 MS-6. É assim para poder atender ao recurso que está destinado a isso, porque senão as
12 quarenta vagas de nível MS-5 e trinta vagas de MS-6 passam a ser novas admissões – podem
13 ser novas admissões, e isso não está previsto e nem é assim que foi discutido. Quando foi
14 decidido aqui, alguns anos atrás, que a CVD faria a atribuição de certo número de vagas para
15 concursos ou promoção por mérito foi exatamente para levar em conta que a dotação
16 orçamentária deve estar prevista, porque não podem ser surpreendidos ao longo do ano com
17 uma despesa muito maior do que a que foi reservada. O esclarecimento que tem a dar é o
18 seguinte: necessariamente, se a reserva é feita como foi para o Instituto de Física e para o
19 Instituto de Artes, reserva de recursos cheios, necessariamente, ele deve consumir uma
20 admissão de um docente nível MS-3, uma diferença de MS-3 para MS-5, uma diferença de
21 MS-5 para MS-6. O Conselheiro JOSÉ CLÁUDIO GEROMEL diz que sua questão é bastante
22 simples, não envolve diretamente a questão de orçamento, tendo em vista que, de fato,
23 imagina que isso esteja obedecendo aos comandos orçamentários definidos pelo Conselho
24 Universitário. Mas sobretudo no que se refere aos professores titulares, “após ampla
25 discussão”. Quer dizer, imagina que em um documento dessa importância para a
26 Universidade seria fundamental colocar explicitamente quais foram os critérios que levaram a
27 que na tabela da CVD a coluna de demanda de vagas se tornasse a coluna de vagas atribuídas.
28 Essa discussão que certamente houve na CVD – e que imagina que com ela as unidades
29 concordem, pois fizeram as demandas e agora estão recebendo as vagas atribuídas – deveria
30 estar explícita nesse documento. Em particular, acredita que algo absolutamente essencial
31 para nortear uma discussão sobre isso seria a carga horária semanal média de cada unidade de
32 ensino e pesquisa, segundo estabelecido na Deliberação Cepe A-11/99. Esse é um instrumento
33 bastante importante que imagina que a DAC esteja ainda calculando e que é uma referência
34 não só para a média de horas-aula que os docentes de toda a Universidade ministram, mas
35 também para uma análise uma a uma das unidades de ensino e pesquisa. Isso não consta nesse
36 documento. Gostaria que existisse no futuro e, desde já, solicita que isso lhe seja endereçado o
37 mais rápido possível. O Conselheiro EDGAR SALVADORI DE DECCA responde que a
38 observação do professor Geromel procede, tanto que faz parte do processo da atribuição tanto
39 de professor titular quanto da carreira MS, que é feito através da CVD; toda essa
40 documentação está acessível, e coloca-se à disposição do professor para que lhe seja

1 endereçada a documentação para ciência. No ano passado e em anos anteriores, ao parecer da
2 CVD era anexada toda a tramitação de discussão que ocorria dentro da CVD. Enfim, era
3 colocado o processo na íntegra. Agora, como, na verdade, vota-se o parecer da CVD, acabou
4 por chegar aqui exclusivamente o parecer para ser apreciado, mas nada impede que na
5 próxima vez seja incluído aquilo que já em outras ocasiões se chegou a incluir, que é
6 justamente as discussões, o relatório das subcomissões. O Conselheiro JOSÉ CLÁUDIO
7 GEROMEL diz que imagina que as discussões da CVD são importantes, mas, na verdade,
8 gostaria de ter acesso apenas a uma descrição de critérios e da tabela de carga horária da
9 Universidade. O Conselheiro EDGAR SALVADORI DE DECCA responde que, no caso de
10 professores titulares, fazem parte do parecer da CVD quais foram os critérios que orientaram
11 a análise do processo de atribuição de cargos e funções para professor titular. Em seguida, o
12 próximo item vai ser o referente à distribuição das vagas da carreira – e aí são vagas para
13 docentes nível MS-3.1 e, nesse aspecto, é importante levar justamente em consideração a
14 distribuição de carga didática, em que vige ainda, para efeito de análise dentro da CVD, a
15 Deliberação Cepe A-11/99. Há, evidentemente, outras iniciativas que estão sendo tomadas
16 para melhorar essa deliberação, no que concerne à análise da carga didática, e isso é levado
17 em consideração na subcomissão também, mas é evidente que o parâmetro principal continua
18 sendo aquele institucionalmente reconhecido, que é a Cepe A-11/99. Acredita que, quando
19 passarem à discussão do item seguinte, o professor Euclides deverá fazer menção, porque ele
20 fez uma exaustiva tabela levando em consideração todas essas variáveis para se chegar ao
21 número que corresponde à proposta da CVD para as vagas do nível MS-3.1. Mas seria o item
22 5. No caso dos professores titulares, o que se levou em consideração foi, principalmente, a
23 produção acadêmica da unidade e dos docentes, os pleiteantes aos cargos e funções de nível
24 MS-5 e as prioridades que as unidades ora apresentam quando há carência de especialistas em
25 áreas respectivas, como foi o caso aqui mencionado do Instituto de Física, de uma área
26 carente de especialização; e no caso do Instituto de Artes também se trata do mesmo
27 problema. A Conselheira SHIRLEI MARIA RECCO-PIMENTEL diz que ninguém
28 mencionou, mas o caso do curso de Farmácia também tem essa mesma característica, a vaga
29 que existe de professor titular é também uma vaga nova, como a do Instituto de Física e do
30 Instituto de Artes. O Conselheiro EDGAR SALVADORI DE DECCA observa que assim é o
31 correto. A Conselheira SHIRLEI MARIA RECCO-PIMENTEL registra que isso não foi
32 mencionado. O Conselheiro EDGAR SALVADORI DE DECCA diz que o tratamento é o
33 mesmo, assim como apresentou o professor Paulo Eduardo. Por essa razão, inclusive, o
34 parágrafo inicial da proposta da CVD é o parágrafo do Orçamento. Quer dizer, a CVD só
35 pode distribuir o que o Orçamento permite. O Conselheiro DANIEL PEREIRA diz que
36 entende a colocação do professor Paulo Eduardo, porque quando se disponibilizam vagas ou
37 funções, se está de fato falando de Orçamento. Mas preocupa-lhe um pouco que isso acabe,
38 para essa distribuição de professor titular, podendo ter eventualmente consequência nas vagas
39 para nível MS-3. Se isso for correto, pediria a sensibilidade do Conselho Universitário para
40 considerar a hipótese de permitir a chance de que essas vagas para titular sejam preenchidas

1 de forma completa. Entende, de fato, que a questão orçamentária é importante, mas existem
2 outros aspectos a serem considerados, do ponto de vista acadêmico, do ponto de vista de
3 oportunidade, do ponto de vista de custo-benefício para a unidade e para a Universidade.
4 Nesse sentido, lembra que quando foram rediscutidos todos os procedimentos e critérios da
5 carreira, em 2007, um aspecto que ficou explícito é que o nível de professor titular é uma
6 oportunidade para valorizar ou introduzir novas áreas e atrair docentes de outras
7 universidades e até mesmo do exterior. Nesse sentido, como a professora Shirlei também
8 abordou, se essa questão se der de forma direta, no Instituto de Artes, por exemplo, talvez as
9 suas prioridades fossem diferentes e isso não estava definido *a priori*. Recordar-se que no ano
10 passado fez uma sugestão à CVD que considerasse nos anos futuros essa questão
11 orçamentária, de fato. Ou seja, que uma coisa pode ter impacto na outra e então as unidades
12 teriam de discutir do ponto de vista de prioridades mesmo, e isso não foi colocado para as
13 unidades. Essa solicitação do Instituto de Física tem uma discussão de planejamento
14 estratégico de uma nova área que se considera importante que seja consolidada. Pediria essa
15 sensibilidade, porque acredita que se forem entrar em detalhes, talvez possam ter desgaste do
16 ponto de vista acadêmico. Por exemplo, o IB acabou de manifestar sua expectativa também
17 por um profissional de fora. Não sabe se essa vaga para o curso de Enfermagem teria ou não
18 essa característica, mas se tiver, também merece ser contemplado. E, em particular, as três
19 vagas da FCA também são assim. Gostaria de lembrar, não para dificultar essa aprovação das
20 três da FCA, que esta é a distribuição do Orçamento de 2011, e a FCA não estava
21 participando dele. Então são três vagas absolutamente novas, o que considera meritório. Por
22 isso ele dá razão ao professor Paulo; quer dizer, se está cuidando de uma questão
23 orçamentária, mas acha também que é preciso ter um pouco do olhar para as outras questões
24 também – acadêmica e a de impacto nos cursos de graduação e de pós. Gostaria muito, se
25 fosse possível, que isso não tivesse uma consequência em um e em outro. O Conselheiro
26 PAULO EDUARDO MOREIRA RODRIGUES DA SILVA diz que não está discutindo o
27 mérito acadêmico e nem da boa intenção em admitir uma liderança importante e acadêmica
28 para uma área nova. O que está discutindo é provisionamento orçamentário. Se fizerem isso,
29 automaticamente comprometem o item seguinte, ou esse ou o seguinte, ou outra unidade,
30 porque não existe essa dotação para além das trinta vagas de promoção mais quatro vagas
31 cheias de nível MS-6. Ele até entende, por exemplo, no item seguinte constarem quatro vagas
32 para o Instituto de Física, que, além da FCM, acredita que foi o que teve maior número de
33 vagas, ela vai admitir um professor nível MS-6 no lugar de um nível MS-3, está qualificando;
34 não dá para não abrir mão da vaga do MS-3 e também da do MS-6, do ponto de vista
35 orçamentário. Quer dizer, se se propõe aqui a admissão de cinquenta docentes, e aliás a CVD
36 já estendeu a 52 vagas, por razões de substituições imprescindíveis, isso pode ser analisado na
37 questão da revisão orçamentária ou da própria dotação orçamentária para 2012, em que foram
38 concedidas duas a mais. Mas isso foge a todo espírito do que se vem discutindo desde há pelo
39 menos quatro ou cinco anos, que são cinquenta admissões neste ano, quarenta promoções para
40 nível MS-5 e trinta promoções para nível MS-6. A Universidade está disponibilizando recurso

1 para isso. Se fizerem uma admissão de vaga cheia nível MS-6, uma admissão de um MS-6 ao
2 invés de um MS-3, ameniza; também precisam queimar uma vaga das quarenta de nível MS-3
3 para MS-5, para compor o recurso, porque esse processo passa pela Aeplan para fazer a
4 reserva de uma dotação concedida para o conjunto e por unidade também. Então passará para
5 o Instituto de Física, que tem quatro vezes o recurso para nível MS-3 e uma promoção de
6 nível MS-5 para MS-6 por concurso ou promoção por mérito. É esse o entendimento. O
7 MAGNÍFICO REITOR diz que, na realidade, em relação à FCA acredita que seja um pedido
8 *ad hoc* mesmo, não é um pedido normal. Por ser ela uma unidade nova, a ideia é que se abra
9 oportunidade de professores com formação e com experiência para nuclear novos docentes.
10 Realmente, essas três vagas não devem ser analisadas no conjunto das outras, o professor
11 Daniel tem razão nesse aspecto. É um julgamento *ad hoc*, é uma decisão do Conselho
12 Universitário fora do pedido normal, porque é um pedido especial, assim como foi feito para a
13 FT, no caso. Colocado aqui parece um tratamento igual às outras unidades, mas, certamente,
14 não é. O Conselheiro EDGAR SALVADORI DE DECCA diz que a observação do professor
15 Daniel procede. Na verdade, a demanda da FCA teria de, necessariamente, ir à CVD, porque é
16 na instância da CVD onde se emite parecer para as vagas de cargos e funções de professor
17 titular. Como o orçamento da FCA estava fora da aprovação do Orçamento do ano passado, o
18 que se considerou é que essas três vagas, na verdade, não compõem a despesa dos R\$516 mil
19 atribuídos para as funções e os cargos solicitados pelas unidades. Na verdade, as unidades têm
20 dos 31, 28 cargos a serem distribuídos no valor de R\$516 mil. Essa é a disponibilidade. O
21 Conselheiro JOSÉ CLÁUDIO GEROMEL pede esclarecimento em relação ao que foi
22 mencionado a respeito do orçamento, como, por exemplo, o que consta no primeiro parágrafo.
23 Não há dúvida de que o comando do Orçamento em termos de gastos definidos pelo Conselho
24 Universitário deve ser atendido, mas parece que o que está sendo dito aqui é outra coisa; é que
25 existem diversas maneiras de atender este comando, seja através de contratação chamada
26 cheia ou não. O que deseja esclarecer é quem tomou essa decisão, se é cheia ou se não é
27 cheia; se é uma solicitação da unidade; se foi a CVD que decidiu. Quer dizer, a questão
28 orçamentária parece ser inteiramente superável. É óbvio que tem de ser atendida. O
29 Conselheiro PAULO EDUARDO MOREIRA RODRIGUES DA SILVA concorda com o
30 professor Geromel, pois no Orçamento está claramente explícito que são cinquenta admissões,
31 quarenta promoções por mérito ou por concurso de docente nível MS-5 e trinta de nível MS-
32 6. Não existe previsão nem provisão para contratação de MS-6 com salário integral. Pode ser
33 que essa solicitação apareça aqui, e apareceu agora. As três da FCA, se o Conselho
34 Universitário acolheu, precisam ser analisadas para o Orçamento de 2012, porque não há
35 previsão nem provisão de recursos. Das demais unidades que acabaram de ser mencionadas,
36 se o Instituto de Física, por exemplo, pretende admitir entre seus novos docentes um já
37 qualificado, para exercer liderança como MS-6, ele, necessariamente, abrirá mão da admissão
38 de um MS-3, por questões orçamentárias. Fora isso, nada será decidido agora, uma vez que é
39 preciso analisar em uma discussão de Orçamento. Para o Orçamento de 2011 não houve esse
40 provisionamento, nem para as três da FCM. O Conselheiro JÚLIO CÉSAR HADLER NETO

1 diz que é claramente favorável a essa vaga, mas ficou em dúvida com o que o professor Paulo
2 falou, porque os documentos se referem ao Orçamento de 2011. Em 2011 esse docente não
3 vai ser contratado de jeito nenhum, ele vai, no mínimo, chegar aqui no meio de 2012, então já
4 está no Orçamento de 2012. Questiona por que não é possível alocar recursos para 2012. O
5 Conselheiro PAULO EDUARDO MOREIRA RODRIGUES DA SILVA responde que toda a
6 dotação orçamentária que no final do ano não é executada passa para as unidades ou passa
7 para a despesa da Universidade para ser realizada no ano seguinte. No fechamento
8 orçamentário expõe-se o que foi e o que não foi executado. Imaginando por exemplo que
9 outras unidades fizessem a mesma solicitação, isso comprometeria as admissões de 2012 ou
10 seriam estendidos os recursos às contratações docentes a essas que foram solicitadas agora, no
11 final do ano. Não é possível argumentar que a contratação vai demorar a acontecer; o Instituto
12 de Física tem uma vaga de professor titular concedida em anos anteriores que não foi
13 utilizada. Espera que utilize este ano, e é preciso fazer a reserva na dotação deste ano. Quando
14 a dotação é da unidade, em particular para custeio, começa o ano seguinte com essa dotação
15 que não foi gasta; e assim é feito para recursos humanos, para os contratos. É uma maneira de
16 se organizar, todo recurso está detalhado na Proposta Orçamentária. Portanto, têm passado ao
17 longo dos anos cinquenta vagas, tanto que este ano, por atenção do professor Daniel, que em
18 uma das reuniões disse que se estava aprovando um ano defasado, foi feita a admissão de cem
19 docentes. O senhor Antonio Félix, da Aeplan, já fez a dotação para o ano de 2012 imaginando
20 que haverá uma despesa nova de 113 docentes nível MS-3 e mais 25 professores de outras
21 carreiras. O recurso está reservado para que se possa fazer isso, e será distribuído da forma
22 como já mencionou: 1/12 desses recursos por mês, supondo-se que 1/12 das autorizações
23 concedidas serão contratadas. O Conselheiro JÚLIO CÉSAR HADLER NETO diz que não
24 entende nada de contabilidade e crê que continua não entendendo, e pergunta se atrapalharia o
25 raciocínio desenvolvido pelo professor Paulo se fosse colocada no Orçamento de 2012 essa
26 diferença que está faltando para vaga cheia para o Instituto de Física. O Conselheiro PAULO
27 EDUARDO MOREIRA RODRIGUES DA SILVA responde que não atrapalha no raciocínio,
28 está dizendo justamente que o raciocínio é o mesmo. Se uma unidade pleiteia quatro
29 contratações, e aí o próprio professor Daniel defendeu no ano anterior que essas discussões
30 sobre contratação de docentes nível MS-3 e MS-6 fossem em conjunto, porque alguém pode
31 pleitear que uma admissão do seu pleito seja para professor titular, porque há uma área sem
32 professor e necessitaria de uma liderança, e assim desejaria abrir mão de um docente nível
33 MS-3, mas obviamente não se pode fazer isso. A não ser que o Consu considere isso, será
34 incluída na Proposta Orçamentária, novamente, uma vaga para o nível MS-6, em vez da
35 diferença de MS-5 para MS-6, uma de MS-6 cheia para o Instituto de Física, duas para o
36 Instituto de Artes, uma para o curso de Farmácia, que está no conjunto da FCM. Não é esse o
37 seu entendimento como executor do Orçamento. O Conselheiro DANIEL PEREIRA diz que
38 não discorda dessa visão orçamentária do professor Paulo. Chama a atenção, com relação à
39 pergunta do professor Geromel, inclusive, é que, na verdade, quando são reservados recursos
40 para os concursos públicos, teoricamente se está reservando vaga cheia, porque é concurso

1 público. Teoricamente, do ponto de vista conceitual. O que diz é que, se vinte vagas forem
2 disponibilizadas para concurso público para professor titular e se vinte pessoas forem
3 aprovadas vindas de fora, a Universidade tem de colocar aqueles recursos. O Conselheiro
4 PAULO EDUARDO MOREIRA RODRIGUES DA SILVA responde que é por isso que ela
5 coloca; porque, na verdade, o concurso é aberto em RTP. E há concursados que podem ser de
6 dentro ou de fora da Unicamp. Se forem de fora, será preciso discutir a suplementação de
7 recursos. Se forem daqui, os recursos são do próprio salário. Quem já está na Universidade e
8 presta concurso para professor titular, não abre o recurso para contratar um professor nível
9 MS-5, porque ele usa o recurso dele mesmo para progredir para MS-6. É esse o entendimento,
10 porque, na verdade, tem R\$516 mil, e a Aeplan vai reservar, a cada mês, aproximadamente
11 R\$20 mil; alguns podem antecipar, outros podem atrasar, e vai ser colocado para as trinta
12 atribuições, que é o caso de concursos de professor titular. Além do que, reserva é reserva. A
13 execução, o pagamento do salário se dá após a contratação, o que só é garantido com o
14 provisionamento de Orçamento. O Conselheiro DANIEL PEREIRA diz que se o Conselho
15 Universitário considerar que não se deve possibilitar que essas cinco vagas sejam preenchidas
16 sem prejuízo das de nível MS-3, ele vai acatar, obviamente, mas acredita que estão discutindo
17 por um valor de Orçamento tão pequeno com relação aos benefícios acadêmicos e linhas de
18 pesquisas associadas a essas cinco propostas, que seria uma pena não atender. De fato, tem
19 certeza de que o Instituto de Física e as outras três unidades que fizeram esse
20 encaminhamento não o fizeram no intuito de burlar regra para ter mais vagas, tanto que o
21 IFGW encaminhou solicitação de seis para nível MS-3 e na vez passada cinco de MS-3 e
22 nenhuma para nível MS-6. Foi, de fato, a partir de uma discussão acadêmica, e ficou explícito
23 no encaminhamento da proposta que era no sentido de buscar inclusive um profissional
24 provavelmente no exterior. Mas acredita que o Conselho Universitário tem condição de votar,
25 aprovando esses recursos extras, se for o caso. Se não aprovar, vai lamentar profundamente,
26 mas gostaria muito que essa hipótese fosse considerada no momento da votação das vagas. O
27 Conselheiro PAULO EDUARDO MOREIRA RODRIGUES DA SILVA lembra que em
28 nenhum momento disse que foi intenção do Instituto de Física alcançar mais uma vaga. O que
29 está dizendo é que foram distribuídas 52 vagas para admissão de professores MS-3, trinta para
30 professores de nível MS-5 para o MS-6 e quarenta de MS-3 para MS-5. Se o Conselho
31 Universitário julgar que deve ampliar esse número, isso será discutido também na Proposta
32 Orçamentária, sem problema. O MAGNÍFICO REITOR, dando encaminhamento final,
33 ressalta que o Conselho Universitário pode, como já aconteceu, colocar uma vaga
34 independentemente de ser para um docente da unidade, uma vaga nova para professor titular;
35 é uma vaga nova, e isso precisa ficar entendido, é uma vaga a mais. É claro que existe relação
36 entre a admissão de um docente nível MS-3 e MS-6, mas é possível suplementar para o ano
37 que vem, sem nenhum problema. Essas três atribuições da FCA são retiradas, porque elas são
38 *ad hoc* mesmo, elas não foram incluídas, se o Conselho Universitário aprovar, está aprovando
39 já para que isso seja incluído no Orçamento de 2012, não estavam em 2011. Lembra que
40 sempre é possível haver vaga para professor titular sem que haja ninguém da Casa, o que

1 significa uma vaga nova, e deve ser julgado excepcionalmente. Não existe nenhuma proposta
2 de mudança para contratação de professor titular. O Conselheiro PAULO EDUARDO
3 MOREIRA RODRIGUES DA SILVA diz que, como já destacou e esclareceu, entende que o
4 parecer CVD não gera nenhuma dúvida. Estão aprovando como está no Orçamento e como a
5 própria CVD fez no seu parecer. São recursos suficientes para trinta promoções por mérito de
6 nível MS-5 para MS-6. Acredita que a outra questão, se o Conselho Universitário resolver
7 acolher, terá de ser discutida em outro momento, pois não faz parte desse item. O item
8 presente foi fornecido à CVD, e gostaria de ter estado lá para esclarecer, uma vaga
9 excepcional de professor titular ele defenderá em outra instância, não aqui, quando o assunto
10 são as trinta vagas reservadas para promoção. E ressalta que, se votarem dessa forma, estarão
11 votando que todas elas são promoção. Se o recurso for para uma vaga cheia, será uma
12 discussão que talvez contemple o item seguinte e/ou novos recursos orçamentários para 2012.
13 O Conselheiro WATSON LOH diz que o Instituto de Química solicitou vagas provavelmente
14 para professores que já são do corpo docente, agora foi endossado o pedido que o Instituto de
15 Biologia encaminhou referente ao curso de Farmácia e lá estava muito claro que era uma vaga
16 nova, a solicitação, inclusive o arrazoado, é de uma vaga nova. Leu mais por curiosidade, por
17 causa da proximidade com a área, a proposta do Instituto de Física, e ficou muito claro que se
18 tratava de vaga nova. Portanto, fica em dúvida: se a unidade solicitou uma vaga nova, por que
19 razão ela não está sendo concedida. Entende a restrição orçamentária que o professor Paulo
20 expõe, mas parece que o documento gerado pela análise da CVD em nenhum momento indica
21 que a vaga que foi solicitada como cheia, na nomenclatura que estão usando, não é concedida
22 nesse aspecto. O Conselheiro PAULO EDUARDO MOREIRA RODRIGUES DA SILVA diz
23 que foi exatamente essa a dúvida que procurou esclarecer. O Conselheiro WATSON LOH diz
24 que então a CVD tem de se pronunciar, porque foi ela que fez o julgamento. O Conselheiro
25 EDGAR SALVADORI DE DECCA responde que o encaminhamento da CVD está baseado
26 na Proposta Orçamentária. A CVD oferece ao Conselho Universitário que essa Proposta
27 Orçamentária seja condizente com aquilo que ela propõe. A proposta da CVD não precisa ser
28 alterada, em princípio, como o professor Paulo falou, porque o que a CVD propôs foi isso.
29 Ocorre que os recursos orçamentários que estão disponíveis para se fazer aquilo que está
30 sugerindo têm um limite. É por essa razão que o professor Paulo está dizendo que aprovar a
31 proposta da CVD de professores titulares implica automaticamente que os recursos que estão
32 disponibilizados para concursos e cargos são insuficientes e que terão de sair de algum lugar.
33 E podem sair de duas maneiras; a primeira, mencionada pelo professor Paulo, é usar do
34 orçamento de contratação de docente nível MS-3.1 para fazer essa compensação e, dentro da
35 reunião do Conselho Universitário deste ano, ajusta-se o Orçamento e aprova-se com essa
36 compensação; liquidam-se os itens 4 e 5. Outra questão, e é o que o professor Paulo está
37 dizendo, é que se isso for não satisfatório para o Conselho Universitário, que está solicitando
38 a proposta da CVD de MS-6 mais a de MS-3 e a complementação orçamentária
39 correspondente, o que está em questão é se a proposta feita pela CVD para professor titular,
40 uma vez acatada, que é o item 4, terá implicação no item 5. Pode ser que no item 4 isso não

1 seja discutido; quando chegar no item 5, há a projeção. A questão é se no item 5 será feito
2 esse ajuste com relação à despesa ou se haverá projeção de uma nova despesa para fora desse
3 orçamento que está previsto. O MAGNÍFICO REITOR acredita que os esclarecimentos do
4 professor De Decca estão corretos e que o professor Watson tem razão. Se a solicitação foi de
5 vaga completa, explicitamente, e a CVD está colocando aqui dessa forma, é isso que deve ser
6 apreciado. A discussão da consequência do Orçamento aprovado será vista a seguir, se há
7 complementação ou se se discute como é. Mas o que será apreciado é o que a unidade
8 solicitou. O Conselheiro PAULO EDUARDO MOREIRA RODRIGUES DA SILVA faz
9 mais um esclarecimento: o Orçamento é um só; não considera que haja mérito nisso, mas terá
10 repercussões no item seguinte. E crê que seja o mesmo entendimento no caso do curso de
11 Farmácia, pois entendeu que seria a admissão de um docente nível MS-6 diretamente. Seu
12 entendimento e a dúvida que alguns diretores lhe colocaram é que eram duas vagas do
13 Instituto de Artes e uma vaga do Instituto de Física, sem prejuízo das vagas de admissão.
14 Então se no item seguinte também for mantido o parecer de distribuição de vagas para
15 admissão de docente nível MS-3, o recurso terá de ser obtido de outra fonte, porque não é
16 possível criar uma ilusão aqui. A conta está feita. O Conselheiro ESDRAS RODRIGUES
17 SILVA diz que, com relação à vaga cheia, em detrimento das vagas de nível MS-3, se não
18 ficou claro no começo dessa discussão nas unidades, elas podem se equivocar nas escolhas,
19 não sabendo desse detalhe; então isso teria de voltar para ser rediscutido, se vai ser em
20 detrimento das vagas de nível MS-3, se realmente vão ser necessárias certas vagas de MS-3
21 ou se preferem manter as vagas para docentes nível MS-6. Se há esse prejuízo agora, acredita
22 que não tenha ficado clara essa discussão no começo, talvez seja nesse sentido a colocação do
23 professor Watson. O MAGNÍFICO REITOR diz que seria complicado não tomarem uma
24 decisão neste momento. O Conselheiro JOSÉ CLÁUDIO GEROMEL diz que lhe parece que
25 o problema é menor do que aparenta; acredita que tudo seja uma questão de unidade de
26 medida. A parte orçamentária deveria falar em reais e não em cargos, e a parte da CVD
27 deveria falar exclusivamente em cargos e não em reais. Essa é a dificuldade, está havendo
28 uma mistura. Talvez para o próximo item, se entendeu bem o que disse o professor Paulo, o
29 Conselho Universitário definiu cinquenta cargos como uma restrição orçamentária. Talvez aí
30 esteja a origem do problema. Ele deveria se restringir a dizer qual é o valor adequado para que
31 esse comando seja atendido em termos monetários. O Conselheiro PAULO EDUARDO
32 MOREIRA RODRIGUES DA SILVA afirma que disse as duas coisas. Não disse apenas
33 cargos porque as vagas para MS-6 também podem ser cargos. Então a discussão do nível MS-
34 6 é que se disponibilizam trinta cargos ou funções e o recurso necessário para atender. E para
35 nível MS-3 são oferecidos cinquenta cargos e recursos para esses cinquenta cargos. Está
36 detalhado; são R\$3,143 milhões para isso. Não é que seja algo do outro mundo, mas não é
37 pouco também, porque o salário de um docente nível MS-3 não é pago por apenas um ano,
38 mas por cinquenta anos. Se o custo de um docente nível MS-3 for em torno de R\$15 mil por
39 mês, ele custa R\$200 mil por ano, e ao longo de cinquenta anos, cinquenta vezes R\$200 mil.
40 O Conselheiro DANIEL PEREIRA insiste um pouco nisso, porque acredita que, de fato,

1 entende novamente a questão orçamentária. O que se estaria fazendo eventualmente seria
2 discutir uma suplementação para essas quatro vagas. Na verdade, foram cinco vagas
3 explicitamente colocadas como cheias e com as justificativas: foram três do IA, uma do
4 IFGW, uma do IB e, de novo, tem dúvida se uma da FCM também é ou não, a do curso de
5 Enfermagem. Mas, mesmo que seja, acredita que essa diferença de gasto, do ponto de vista de
6 benefícios acadêmicos para novas áreas de impacto no ensino de graduação e de pós-
7 graduação, justifica que considerem essa hipótese nesta votação, se ela tem impacto para
8 depois ou não. Seu encaminhamento seria que não tivesse, excepcionalmente, nesse ano, e, a
9 partir de agora, sempre serão analisadas em termos de Orçamento as contratações de docentes
10 nível MS-5 e MS-6, porque certas unidades aqui tiveram várias vagas de nível MS-3 e de
11 promoções também, mas acredita que é algo que deva ser superado, pois o benefício
12 acadêmico certamente seria muito grande para essas unidades se houvesse a hipótese desse
13 aditivo. O Conselheiro PAULO EDUARDO MOREIRA RODRIGUES DA SILVA diz não
14 ter nada contra a proposta do professor Daniel, e que se o entendimento fosse esse *a priori*, a
15 distribuição de vagas de nível MS-3 provavelmente seria diferente. Há unidades que
16 solicitaram quatro e receberam três, outras que pediram duas e receberam uma, quer dizer,
17 dentro da distribuição e da dotação oferecida pela CVD, porque talvez as outras unidades
18 agora voltem a questionar: se é assim, solicitariam nível MS-6. Ninguém contestaria a
19 iniciativa de trazer alguém já qualificado, mas muda o contexto da discussão. Não é contra
20 ela, porque se é muito ou se é pouco, o Conselho Universitário é soberano para fazer isso, só
21 que é preciso estabelecer a regra, porque no próximo ano ele não pode, como executor do
22 Orçamento, ser surpreendido com as cinquenta admissões e mais setenta eventuais admissões
23 – uma daqui, duas dali, cinco. Seria inédito. Pela primeira vez se inventou essa história de que
24 as contratações de nível MS-6 são cheias. Das outras vezes, e aqui já presenciou várias
25 discussões, se a unidade tem a perspectiva, por ter alguém que se disponha a vir, a
26 Universidade nunca negou uma vaga cheia de professor titular, trazer alguém já exatamente
27 pronto para liderar uma área. Só que não foi essa situação, agora. É uma área em que se
28 pretende trazer e que vai se buscar, ainda. Então podem criar as condições para que no ano
29 que vem seja aberta também essa perspectiva para todas as unidades. E estabelecer que se
30 houver cinco novas admissões, ela possa se referir ao nível MS-3 ou MS-6; os dois níveis são
31 formas de entrada na carreira. Ou pode também ser feita admissão de docente nível MS-5, um
32 professor de outra universidade e que, vindo para cá, entra como MS-3 e precisará receber a
33 diferença do salário como MS-5, com agravante que agora a Unicamp possui níveis MS-5.1,
34 MS-5.2 e MS-5.3. O MAGNÍFICO REITOR diz que, aprovando essa proposta, passarão
35 àquela possibilidade de colocar para aprovação ou não a complementação de Orçamento para
36 a próxima discussão. O Conselheiro LUIS ABNER SILVA ESPINOZA observa que não é a
37 primeira vez que tem de ser feita uma discussão sobre um relato da CVD. Concorda com o
38 professor Geromel que é problemático, sim, ter um limite orçamentário para discutir a
39 alocação de vagas. O Conselheiro JOSÉ CLÁUDIO GEROMEL afirma que está dizendo o
40 contrário. Ter o limite orçamentário é positivo, desde que discutido em profundidade, e sob

1 todas as hipóteses. O Conselheiro LUIS ABNER SILVA ESPINOZA agradece o
2 esclarecimento e diz que, sendo assim, discorda do professor Geromel. Por exemplo, o
3 professor Saad fez uma colocação ressaltando exatamente essas dez vagas para nível MS-3
4 que foram alocadas para a FCM e falando que nove delas, com exceção de uma que era para o
5 Departamento de Enfermagem, eram para suprir aposentadorias compulsórias. O
6 MAGNÍFICO REITOR diz que esse é o item seguinte, estão discutindo o anterior. O
7 Conselheiro LUIS ABNER SILVA ESPINOZA responde que achou que os dois itens
8 estavam sendo discutidos em bloco, mas que guardará então suas observações para o item 5.
9 A Conselheira SHIRLEI MARIA RECCO-PIMENTEL diz que o Instituto de Biologia
10 solicitou, este ano, uma vaga nova para o curso de Farmácia, dentro do planejamento da
11 comissão formada pelas três unidades responsáveis por ele, de que ao longo de seis vezes em
12 que houvesse oportunidade, cada unidade pediria uma vaga de professor titular específica para
13 o curso, que não tem nenhum professor titular. O professor Marcelo Knobel acompanhou todo
14 esse processo. E cerca de dois pedidos atrás foi aprovada uma vaga cheia, talvez o Consu não
15 tenha se dado conta disso, que foi vinculada naquela primeira vez à Faculdade de Ciências
16 Médicas. Dessa vez, então, o Instituto de Biologia está solicitando a vaga também para o
17 curso de Farmácia e a próxima será do Instituto de Química. Isso é para ter, pelo menos, três
18 professores titulares vinculados a um curso que não os tem, em áreas que estão precisando de
19 professores para nuclear pesquisa e para o ensino. Isso está dentro de um planejamento que
20 vem sendo cumprido, ao longo do tempo. Se a decisão desse item, agora, for de vincular a
21 aprovação a uma redução das vagas para nível MS-3, ela já deixa clara a posição do Instituto
22 de Biologia de não abrir mão de nenhuma vaga para docente MS-3, que são duas para suprir
23 aposentadorias compulsórias, que constam no quadro, e uma vaga que é também para o curso
24 de Farmácia, específica para uma área que tem demanda. Então há duas vagas de
25 aposentadorias compulsórias do Instituto de Biologia e uma do curso de Farmácia, e não há
26 condições de abrir mão de nenhuma dessas vagas. Foi feita solicitação de oito vagas para o
27 Instituto, sendo uma para o curso de Farmácia, e as duas de aposentadorias compulsórias
28 foram concedidas, então se houver esse vínculo ela precisaria ter clareza de como vai ser essa
29 votação agora. O MAGNÍFICO REITOR diz que o Conselho Universitário tem aprovado em
30 várias oportunidades vagas para professor titular. Isso aconteceu na FT, no curso de Farmácia.
31 O que está sendo discutido, agora, não foi uma coisa *ad hoc* como nas outras vezes. Agora foi
32 no conjunto dos pedidos normais, que englobam professores titulares e de nível MS-3. E isso
33 é ligado ao Orçamento. Mas é claro que na discussão a seguir irão analisar e poderão
34 suplementar o Orçamento para acomodar tudo ou não, isso é uma decisão do Conselho
35 Universitário. Mas, como o professor Geromel disse, isso tem de ser seguido, porque foi feito
36 aqui. Se for aprovado, se estará aprovando um complemento no Orçamento. Foi isso que ficou
37 claro aqui na discussão. Mas o Conselho Universitário já fez isso várias vezes, praticamente
38 todas as vezes em condições *ad hoc*, quer dizer, a vaga vinha aqui para ser discutida, então se
39 sabia que era uma vaga excepcional para aquele lugar etc. Mas o que vai ser votado aqui é o
40 que as unidades solicitaram. O Conselheiro PAULO EDUARDO MOREIRA RODRIGUES

1 DA SILVA diz que fez uma consulta técnica ao senhor Antonio Félix. Se votarem isso, como
2 crê que está entendido por todos, será objeto de análise, senão da Proposta Orçamentária de
3 2012, da Primeira Revisão. Ou seja, impactará o Orçamento de 2012. Se quiserem fazer isso
4 agora, é o que o professor Daniel solicita, porque não está previsto; precisarão, na Proposta
5 Orçamentária ou na Revisão, que será votada dia 20 de dezembro, considerar que haverá uma
6 despesa adicional; será acrescentada uma linha para relatar uma despesa que foi aprovada
7 aqui, em detrimento das vagas do ano que vem, naturalmente, porque tudo que colocarem à
8 disposição agora terão a menos no ano que vem. A Conselheira CLAUDIA MARIA
9 BAUZER MEDEIROS diz que está totalmente perdida, porque não está vendo no que está
10 acontecendo hoje nada de novo do ponto de vista do que sempre votam todos os anos, em
11 termos de vagas. Quer dizer, há uma proposta da CVD, vota-se na proposta dela e isso depois
12 é levado para o Orçamento do ano que vem. O Conselheiro PAULO EDUARDO MOREIRA
13 RODRIGUES DA SILVA diz que é o contrário, a CVD consulta. A Conselheira CLAUDIA
14 MARIA BAUZER MEDEIROS concorda, mas isso está levando em consideração a Proposta
15 Orçamentária do próximo ano. Agora, qualquer modificação nesta proposta da CVD,
16 obviamente, implicará modificações na Proposta de Previsão Orçamentária. Acha estranho
17 pedir emprestado de um para o outro. O Conselheiro PAULO EDUARDO MOREIRA
18 RODRIGUES DA SILVA responde que não é pedir emprestado. É preciso colocar, se forem
19 52 vagas para nível MS-3, duas a mais já no Orçamento de 2012, e cerca de oito de titular,
20 então já se partirá para o Orçamento com vagas concedidas nesta reunião, se for esse o
21 entendimento. Não havendo mais observações, o MAGNÍFICO REITOR submete à votação o
22 item 4, referente ao parecer da CVD que implica o que foi solicitado pelas unidades, sendo
23 aprovado com uma abstenção. Em seguida, interrompe a Sessão para uma pausa para o
24 almoço. O MAGNÍFICO REITOR, reiniciando a Sessão, diz que o próximo item a ser
25 discutido é o de número 5, destacado pelo professor Paulo Barbosa, objeto do Proc. nº 01-E-
26 17186/11, que trata da Distribuição de cargos de Professor Doutor, nível MS-3.1, para as
27 Unidades de Ensino e Pesquisa, com Parecer da CVD. Solicita que o professor De Decca faça
28 um breve relato. O Conselheiro EDGAR SALVADORI DE DECCA diz que desta vez o
29 parecer da CVD é relativo à atribuição de vagas docentes da carreira do magistério superior
30 para cargo de professor doutor, e para essa atribuição a distribuição orçamentária é da ordem
31 de R\$3.143.561,00, para admissão de cinquenta novos docentes. Foi formada, como de praxe,
32 uma subcomissão *ad hoc*, constituída por membros da CVD e por membros convidados, que
33 reuniu-se para analisar os grandes dossiês enviados pelas unidades. Para serem analisados
34 foram levados em consideração alguns requisitos que passa a indicar, como está no
35 documento, mas, com certeza, depois o professor Euclides, que presidiu a subcomissão,
36 poderá dar maiores esclarecimentos. Levou-se em consideração, em primeiro lugar, a
37 recomposição integral das aposentadorias compulsórias de 2011, o que tem sido praxe no
38 procedimento de atribuição de vagas das últimas chamadas. São repostas integralmente as
39 vagas das aposentadorias compulsórias. Mediante análise pormenorizada da relação de
40 professores por departamento e por unidade a partir de 2004 – ano de referência utilizado, que

1 é o último ano em que ocorreu a revisão da lei de aposentadorias –, procuram recompor o
2 quadro docente, no intuito de fazer com que, mesmo que mais compassadamente, o número
3 de ativos cresça mais do que o número de aposentados. É evidente que isso, olhando nos
4 aspectos gerais, demonstra um crescimento, mesmo que pequeno, constante. A carga didática
5 e o número de alunos matriculados nos cursos é um fator importante a se levar em
6 consideração na contratação de professores nível MS-3.1. A demanda qualificada que cada
7 unidade apresenta de novos projetos e iniciativas que ela visa tomar, seja no nível de
8 graduação, seja no nível de pós-graduação e extensão, também é um dos critérios. E, por
9 último, a CVD propõe 21 vagas de reposição integral de aposentadorias compulsórias, 29 de
10 novas contratações baseadas nos critérios de carga didática e os outros já mencionados. Na
11 proposta orçamentária havia a previsão de cinquenta novos docentes, e a CVD está propondo
12 52, uma vez que existem dois casos, um do Imecc e outro do IFCH, que são casos de
13 aposentadorias praticamente compulsórias, pois se trata de pessoas que estão em condições de
14 saúde precárias, mas que mesmo assim, para se aposentar é sempre mais difícil do que se
15 imagina. Também consideraram que a Faculdade de Tecnologia, por se encontrar em fase de
16 implantação, precisa constituir sua congregação e tudo o mais, tem tratamento à parte. A
17 Faculdade de Ciências Aplicadas, também nesse caso, não foi incluída na distribuição das
18 vagas porque está ainda fora do orçamento vigente, tendo de completar o seu quadro docente
19 através da reserva em separado, realizada no orçamento do ano passado. Tendo em vista todos
20 esses considerandos, propõe-se então a distribuição seguinte das vagas pelas unidades, no
21 total de 52 novas vagas, sendo que a CVD indica para essa distribuição que uma das vagas de
22 nível MS-3.1 seja alocada para o curso de Enfermagem; uma vaga da FEC para o curso de
23 Arquitetura e Urbanismo; uma vaga do Instituto de Artes para Licenciatura; uma do IB para o
24 curso de Farmácia, uma vaga do IEL para o departamento com maior carga didática; uma do
25 IFCH para atender a questão da licença-saúde de caráter irreversível; e uma do Imecc, para
26 uma aposentadoria por invalidez. Essa é a proposta da CVD. Claro que a discussão do item
27 anterior vem à tona e nessa discussão de agora. Gostaria então de passar a palavra ao
28 professor Euclides, que fez uma longa e extensiva tabela em que se levaram em consideração
29 as mais variadas situações de cada uma das unidades. O Conselheiro EUCLIDES DE
30 MESQUITA NETO diz que irá somente completar, pois o essencial o professor De Decca já
31 colocou. Como já foi dito, coordenou a subcomissão que faz uma proposta para a CVD, que
32 depois consolida e envia para o Consu. O entendimento no subgrupo é que quanto mais
33 pessoas do Conselho Universitário participassem do processo, mais madura chegaria a
34 proposta. Com essa visão, solicitaram que dois diretores de cada uma das quatro áreas, ou
35 seja, oito diretores no total participassem da subcomissão. A dinâmica adotada foi distribuir
36 as solicitações de todas as unidades para os oito diretores, com demandas especificadas em
37 quase mil páginas. Solicitaram que cada unidade fosse analisada por três diretores, sendo que
38 um deveria fazer um relato específico da unidade. Geralmente havia um diretor da área, e
39 também algum docente que não pertencesse a ela. A ideia era que os diretores adquirissem
40 sensibilidade para as outras áreas. Foi feita uma reunião para acertar os critérios básicos, onde

1 se discutiu que iriam fazer o que o professor De Decca falou, distribuir aposentadorias
2 compulsórias conforme aconteceu. Depois de distribuir o material, fizeram uma rodada em
3 que os diretores então relatavam as demandas qualificadas e as especificidades de cada
4 unidade. Para cada uma delas foram feitos comentários, anotaram em fichas o que havia de
5 cada unidade. Isso aconteceu durante uma tarde inteira e mais um dia, onde cada conjunto de
6 três diretores se debruçaram sobre cada unidade, relatando se o pedido era basicamente de
7 reposição, se tinha uma especificidade qualificada, se tinha curso novo; esse tipo de análise. O
8 trabalho é bastante árduo; talvez a coisa das mais difíceis de fazer na Universidade seja
9 distribuir vagas novas. Tem uma correção a fazer na tabela em relação à demanda da FEC,
10 que para este ano é de três docentes e não de 23 como consta. A demanda então, feita essa
11 correção, é de 197 vagas para professor nível MS-3.1, ou seja, quatro vezes mais do que o
12 número de vagas disponíveis, o que é um problema; uma situação bem disputada. Além desse
13 relato da demanda qualificada das unidades e das especificidades que os três diretores
14 apontaram, a subcomissão também organizou um conjunto de dados; existe a avaliação
15 docente de 2004 a julho de 2011, de vagas atribuídas em cada unidade. Tentou-se dar um peso
16 às unidades que tinham perdido mais, às que tinham perdido menos e às que tinham ganhado
17 mais. Utilizou-se a carga didática média e anotou-se uma faixa em torno dessa média. Foi
18 também analisado o número de matrículas por docente da unidade. Existem unidades que
19 prestam muito serviço, e também fizeram a média. Com isso, compuseram um conjunto de
20 indicadores que serviu de subsídio à discussão da equipe. Então fizeram a primeira rodada na
21 subcomissão, distribuíram as vagas docentes, fizeram uma segunda rodada baseada nos
22 pareceres, onde realmente ficava claro que algumas unidades tinham necessidade de vagas. E
23 a cada vez conversavam mais um pouco, comparando unidades, olhando os indicadores de
24 carga didática, de reposição do quadro docente, de matrículas; realizaram aproximadamente
25 cinco interações até fazer essa distribuição. É difícil reproduzir o resultado dessas quatro ou
26 cinco horas de conversas, com essas interações, onde os oito diretores, apoiados no que foi
27 relatado, mais esse conjunto de três indicadores, foram tentando encontrar o que era razoável
28 na distribuição. O resultado que foi submetido à CVD é muito próximo do que está aqui.
29 Também acolheram – uma questão que o professor De Decca já comentou -, uma solicitação
30 do Imecc e uma do IFCH, de reposição de dois docentes que não estavam mais em condições
31 de continuar participando: um foi aposentadoria por invalidez e outro que não tem mais
32 condições de saúde para voltar às atividades. Analisaram os casos e o entendimento da
33 comissão é que isso não deve ser algo automático, mas que a comissão deverá, no futuro,
34 analisar casos de invalidez como sendo uma questão à parte e *ad hoc*; sugeriram à CVD, que
35 acatou, e estão fazendo ao Conselho Universitário essa sugestão de que esses casos de
36 invalidez sejam acrescentados ao número de vagas presentes. Se será essa a regra, ou se no
37 futuro irão incorporar ao número dado as invalidezes, como se fosse uma aposentadoria
38 compulsória ou não, é uma discussão, mas neste caso sugeriram que fosse acrescido. Também
39 ouviram o pró-reitor de graduação, porque ele tem um histórico, entende bastante, e possui
40 sensibilidade para os problemas específicos que estão ocorrendo na graduação, e a leitura que

1 ele fez das unidades também foi incorporada na discussão. É difícil conceder três vagas para
2 uma unidade e uma para outra, é preciso ter uma conversa fundamentada dos indicadores de
3 qualidade, dos indicadores de carga didática, da reposição. A reposição é uma questão que
4 teve um peso forte, e não conseguem repor todos os docentes, as variações dos últimos anos,
5 de uma única vez. Essa é a terceira distribuição, da qual participa da comissão, na qual
6 colocam o peso reposição do quadro docente. Esse conjunto de critérios, circunstâncias e
7 conversas que reportou é o que basicamente deu origem a essa tabela. Se esqueceu alguma
8 coisa, no debate poderá complementar as informações. Mais uma coisa, depois, como a CVD
9 decidiu, mais dois diretores que não faziam parte daquela comissão inicial também
10 participaram do processo. Quer dizer que essa proposta tem a chancela de dez dos diretores
11 das unidades, praticamente metade das unidades, ou seja, fizeram um esforço de serem
12 inclusivos, para colher as especificidades e a dinâmica de cada unidade. O Conselheiro
13 PAULO EDUARDO MOREIRA RODRIGUES DA SILVA de novo diz que cinquenta não
14 são 52. O orçamento de 2011 não tem cobertura para isso. Se forem fazer dessa forma vão
15 depender da Primeira Revisão Orçamentária. Já solicitou ao senhor Antonio Félix para
16 calcular a despesa que está sendo criada além da cobertura do orçamento de 2011. Mesmo
17 sendo contratados em 2012 já abrirão o orçamento com mais docentes do que a proposta
18 orçamentária contempla. E isso vale para todos os anos. Do ponto de vista de orçamento o
19 recurso é no valor de R\$3,143 milhões. Como não irão pagar menos para esses professores,
20 esse montante não será suficiente, será preciso acrescentar mais 4%. Só para esclarecer antes
21 de iniciar a discussão, é que tanto para um item como para o outro estão criando despesa sem
22 cobertura orçamentária. Não que seja insolúvel, mas como irão discutir a Proposta
23 Orçamentária para 2012, na reunião da CAD do próximo dia 06, deixa claro que tecnicamente
24 não é possível ficar mexendo nessa proposta. Então, já sabem que terão de discutir esse
25 assunto na Primeira Revisão. O Conselheiro PAULO SÉRGIO FRANCO BARBOSA diz que
26 uma das razões do destaque foi para corrigir o número que apareceu para a FEC, e o professor
27 Euclides já esclareceu, ao invés de 23 a demanda realmente é de três. Ou seja, o número 52,
28 que são as vagas atribuídas, dividido por 197, vai dar 26,4%. Também participa da CVD,
29 recentemente começou a atuar. Mas chama a atenção quanto à qualidade da informação da
30 tabela que está às folhas 58 da pauta; sugeriu que fosse feito como foi no ano passado, ou
31 seja, nas vagas atribuídas que se fizesse a distinção das vagas oriundas de aposentadorias
32 compulsórias, daquelas que são vagas novas, porque assim fica mais fácil de entender. Por
33 exemplo, ao olhar para a FCM com dez vagas, as pessoas podem achar que houve muita
34 generosidade, mas nove delas foram atribuídas devido às aposentadorias compulsórias. A
35 qualidade fica melhor se tiverem essa informação na tabela. O Conselheiro ALAN GODOY
36 SOUZA MELLO compartilha aqui que está lendo, nos últimos dias, um livro de terror; e o
37 professor Euclides já o tinha advertido que se tratava de um livro de terror: está lendo o Plano
38 Nacional de Pós-Graduação de 2011 a 2020. No início ele traz um panorama muito
39 importante, que é o diagnóstico sobre a graduação e a pós-graduação no Brasil. Como
40 exemplo cita que para as áreas de Engenharia e Tecnológicas até 2015 precisarão de

1 quinhentos mil novos engenheiros formados, isso sem contar o déficit que já existe hoje.
2 Atualmente o Brasil forma sessenta mil novos engenheiros. Fazendo as contas verifica-se que
3 na melhor das hipóteses chegarão a trezentos mil novos engenheiros. Não sabe como
4 conseguirão trabalhar com o pré-sal ou como irão abrir novas empresas. Em conversa com o
5 professor Hans, agora a pouco, ele o lembrou que a presidente Dilma Rousseff já ouviu na
6 China que o Brasil não terá investimento porque não tem pessoal capacitado para que se faça
7 investimento aqui. Não existe no país, por exemplo, engenheiro suficiente. E outra coisa, não
8 existe pós-graduado em Engenharia e Exatas para cumprir a necessidade que o Brasil precisa
9 para abrir novos cursos de Engenharia e Exatas, por exemplo. Há pouco tempo, a Comissão
10 de Infraestrutura enviou para a Comissão de Educação e Cultura uma proposta de mudar a Lei
11 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, para as áreas de Tecnologia e Engenharia
12 porque são necessários novos engenheiros, e não existe pessoal titulado para conseguir abrir
13 os novos cursos. A Associação de Pós-Graduandos da Feec enviou moção para o Congresso
14 Nacional mostrando que a situação é calamitosa e não é assim que irão trabalhar; é preciso
15 garantir a qualidade também, porque não adianta formar engenheiro simplesmente por formar,
16 para dar títulos. E está falando somente de sua área, da parte que conhece. Imagina que
17 existam outras áreas que vão precisar de muito mais gente. Está falando isso nesse momento
18 em que estão discutindo vagas para novos professores porque viu os critérios utilizados para
19 fazer a distribuição: reposição integral das aposentadorias compulsórias de 2011,
20 recomposição do quadro docente, carga didática e número de alunos matriculados nos cursos
21 e demanda qualificada; não está vendo nenhum ponto onde seja considerada a necessidade de
22 que a Universidade cumpra o mandato que a sociedade legou, de formar pessoal capacitado. E
23 não está vendo em nenhum ponto aqui a análise de que precisam formar outras pessoas em
24 determinadas áreas. Está vendo um olhar para o passado, para a Unicamp de 1966 e a
25 tentativa de recompor aquilo, mas a sociedade mudou e é preciso olhar para o futuro. E
26 historicamente a universidade tem olhado para o passado na questão de atribuição de vagas
27 docentes. A questão importante é que estão olhando para o passado, olhando para a Unicamp
28 de cima da torre de marfim onde ela se encontra, e que muitas vezes não olha para a
29 sociedade. É preciso descer dessa torre de marfim. É preciso colocar nas discussões das vagas
30 docentes o olhar do que irão precisar para os próximos cinco, dez anos, e fazer um
31 planejamento estratégico de como poderão cumprir o mandato posto pela sociedade. Não
32 pode criticar o trabalho, que foi excelente em cima dos princípios dados, só que está
33 construído sobre a base errada. Com relação a isso solicita que seja refeita toda a proposta,
34 fundamentada em uma nova base, valendo-se de dados que é preciso olhar mesmo e não
35 simplesmente os dados corporativos, de como irão manter a Universidade do jeito que está.
36 Que façam um novo relatório, uma nova proposta, essa aqui não está aceitável, já que estão
37 olhando para a Unicamp do passado. E sabe que atrasar o relatório da Comissão de Vagas
38 Docentes pode impactar a Universidade, mas uma decisão errada pode impactar muito mais, e
39 não só a Unicamp, mas a forma como ela impacta a sociedade. Tendo em vista que demoram
40 meses, semestres, para conseguir transformar uma vaga aberta em um professor contratado,

1 acha que atrasar e repensar os critérios utilizados não vai ser nem de perto um dano tão grande
2 quanto aprovar o que foi proposto aqui. Propõe que o relatório seja refeito, ou que seja
3 retirado de pauta e volte no futuro. O Conselheiro LUIS ABNER SILVA ESPINOZA tendo
4 em vista a proposta apresentada pelo conselheiro Alan, se manifesta declarando apoio. E vê a
5 necessidade de aumentar o número de vagas que são atribuídas anualmente na Unicamp. Se
6 existem os pontos que o Alan levantou aqui como prioridade, a proposta apresentada pelo GT
7 cobriu poucos. Estabeleceu-se uma carta de prioridade na contratação, mas não pontos
8 atingidos. A retirada de pauta pode ser positiva, por mais que retarde por um tempo a
9 atribuição de novas vagas, desde que haja esse aumento, que pode vir de uma discussão
10 conjunta com o orçamento que será discutido no final do ano e alocando recursos. É preciso
11 lembrar que ainda não existe o aporte, por exemplo, da FCA no orçamento, o que gera outra
12 demanda. Acredita que devem trabalhar e melhorar essa proposta de contratação, lembrando
13 que a USP e a Unesp já contrataram, alocaram verba, e como gestores de uma universidade,
14 não podem negar as demandas que existem, tanto para reposição quanto para ampliação. O
15 MAGNÍFICO REITOR diz que sempre falam sobre número de alunos e professores da USP e
16 da Unesp; a verdade é que a Unicamp tem mais professores, proporcionalmente, do que as
17 outras duas universidades. O Conselheiro EUCLIDES DE MESQUITA NETO diz que talvez
18 não tenha conseguido reproduzir com clareza a dinâmica do processo de atribuição de vagas.
19 Quando disse que a comissão dos oito diretores analisou as quase mil páginas de documentos
20 entregues pelas unidades, ali estão configurados os planejamentos e as prioridades das
21 escolas. Isso foi analisado por três diretores e depois relatado. Ou seja, esse não é um
22 processo. A distribuição de vagas que está aqui colocada está em forma de tabela. Poderia ter
23 gastado um pouco mais de tempo para explicar que a Universidade ao longo desses anos, as
24 unidades, os órgãos têm uma dinâmica própria, as unidades planejam as suas necessidades, as
25 unidades estabelecem as suas prioridades, e fazendo esse conjunto de ações, reproduzem sua
26 demanda. Então, nessas mil páginas analisadas está a essência das prioridades, do que é
27 compreensão do que cada unidade tinha e o planejamento que ela fez. Claro que é frustrante
28 na medida em que o entendimento do desejo das unidades é por 197 vagas e a situação
29 orçamentária limita a cinquenta ou 52. O orçamento é para cinquenta e estão solicitando ao
30 Conselho Universitário esse aumento de despesa. Quem não está aqui há mais tempo é
31 importante que tenha consciência que desde que a Universidade conseguiu sua autonomia, de
32 1989 para cá, o número de vagas na graduação dobrou e foi multiplicado por quatro o número
33 de pós-graduandos nos programas; multiplicou por cinco o número de artigos, e por quatro o
34 número de teses. A Escola tem um comprometimento com a sociedade que a financia que é
35 bem forte. Não é verdade que estão olhando para o passado; as mil páginas que os diretores
36 entregaram aqui são o olhar da Escola para o futuro. Não é correto o que o conselheiro Alan
37 falou, não é o passado, decidiram em cima dos planejamentos para o futuro. Os ganhos
38 expressivos que a universidade tem nem o sistema federal, nada cresceu como a universidade
39 pública paulista depois da autonomia, em particular a Unicamp. Na discussão do Orçamento
40 no Consu, que acontecerá no próximo dia 20, poderão discutir também se devem contratar

1 mais docentes, em detrimento do programa de alunos PED, em detrimento do subsídio ao
2 restaurante, em detrimento dos recursos das unidades, em detrimento ou não do aumento
3 salarial da data-base. O MAGNÍFICO REITOR diz que o orçamento da Unicamp está na
4 página, onde todos têm acesso; nenhuma outra universidade disponibiliza seu orçamento
5 dessa maneira. Os recursos extraorçamentários estão na página, no Sistema Integrado de
6 Administração Financeira para Estados e Municípios – Siafem; é a única universidade pública
7 que divulga seu orçamento dessa forma. O Conselheiro EUCLIDES DE MESQUITA NETO
8 diz que nesse debate para recursos para docentes, aumento salarial, auxílio ao estudante,
9 subsídio ao restaurante, têm agido de modo a estruturar uma coisa equilibrada. Acha que é
10 importante pleitear por mais docentes. Os diretores todos querem 197 e não querem somente
11 cinquenta. Agora, eles estarão no próximo dia 20 aqui para discutir quanto do orçamento vai
12 para docente, quanto vai para subsídio, quanto vai para investimento nas unidades. O
13 Conselheiro ALAN GODOY SOUZA MELLO diz que está se baseando pelos princípios que
14 foram enviados pelo ofício circular da CVD de março de 2011. O Conselheiro EUCLIDES
15 DE MESQUITA NETO diz que ali consta o termo “demanda qualificada” e é isso que estão
16 discutindo agora. O Conselheiro ALAN GODOY SOUZA MELLO diz que com certeza as
17 unidades se basearam nesses princípios para fazerem suas propostas. O Conselheiro EDGAR
18 SALVADORI DE DECCA acredita que o professor Euclides deu os esclarecimentos devidos,
19 e é importante levar em consideração que a CVD analisa todos esses pontos levantados e
20 aventados. E não se trata de olhar o passado; quando dizem que vão distribuir cinquenta vagas
21 estão repondo aposentadorias compulsórias, não é porque estão apegados ao passado, mas
22 porque querem manter, para o futuro, as condições que existem. A relação tempo é sempre
23 problemática, porque é um conceito ambíguo em todos os sentidos. Então, na verdade, quando
24 se repõe, não se repõe o passado, repõe condições que, para o presente e o futuro, poderão ser
25 asseguradas na qualidade que existem. Além disso, existem vinte novas vagas, que visam uma
26 projeção para o futuro. E essas vagas novas levam em consideração inclusive os pontos
27 aventados que são relativos à demanda qualificada, que se revela justamente em casos, como
28 por exemplo, a concorrência cada vez maior nos vestibulares pelas vagas para Engenharia.
29 Isso acaba refletindo na própria política das unidades da área de Tecnológicas, em acréscimo
30 de vagas, incremento de novas áreas de pesquisa, novas exigências. Há um equilíbrio e ao
31 olhar essa distribuição verão que a CVD fez uma distribuição profundamente harmoniosa de
32 todas as áreas, para que nenhuma delas se sinta prejudicada. E tanto é que a CVD olha para o
33 futuro, que estão aqui debatendo, há duas horas, uma proposta que a Comissão considerou
34 justa, e que o próprio professor Paulo Eduardo está com dificuldade, está dizendo que a
35 expectativa da CVD é maior do que o orçamento que a Universidade está disponibilizando
36 agora. Acha que a proposta da CVD deve ser votada e aprovada, porque acredita que ela
37 retrata de maneira bastante fiel as expectativas das unidades. É claro que a demanda é muito
38 maior do que a possibilidade de atendimento, mas é a maneira como têm agido nos últimos
39 anos, sem trair e sem frustrar a expectativa de crescer ano a ano. Essa proposta, também
40 votada do mesmo jeito que foi aprovada a de professores titulares, seja objeto da Primeira

1 Revisão Orçamentária que deverá ocorrer no mês de abril. Propõe que se faça esse tipo de
2 encaminhamento, que assegura que o Consu acate a proposta da CVD nas duas distribuições;
3 e que à discussão da revisão orçamentária se ajuste a demanda. O Conselheiro ADALBERTO
4 BONO MAURIZIO SACCHI BASSI diz que, como o professor Euclides falou, as unidades,
5 quando encaminham suas propostas, estão olhando para o seu próprio futuro. É evidente
6 também que quando a CVD se reúne tentando compatibilizar as demandas com a
7 disponibilidade orçamentária, ela está lidando com essas projeções. Mas também é bem
8 evidente que a proposta da CVD deve ser votada hoje, porque seria de grande prejuízo para a
9 Unicamp se não fosse. Entretanto, o que o conselheiro Alan falou parece fazer bastante
10 sentido, só que é algo independente do que está em votação agora, porque trata-se de pensar
11 em políticas ou estratégias de longo prazo. Talvez fosse mais um assunto para a Copei. Não é
12 algo que se resolva retirando esta matéria de pauta para voltar daqui um mês ou dois. O que
13 está sendo dito é que uma universidade pública, em termos do interesse do país, neste
14 momento e numa projeção de médio e longo prazo, pense em expandir a área de
15 Tecnológicas, mesmo que isso seja em detrimento de outras áreas? Não é uma discussão fácil
16 e nem que se resolve em um ou dois meses. Mas nem por isso é uma discussão que não deve
17 ser feita; pelo contrário, ela deve ser feita, talvez também no âmbito da Copei. É uma
18 discussão fundamental, mas a matéria não deve ser retirada de pauta. O Conselheiro SIDNEY
19 CHALHOUB diz que a CVD, dentro dos limites orçamentários postos, oferece uma boa
20 sugestão ao Consu e não tem nenhuma restrição àquilo que ela propôs. Ela, aparentemente,
21 agiu com critério e não tem nada a opor em relação a isso. Solicitou a palavra não só para
22 dizer isso, mas também para responder ao professor Edgar, cordialmente, como colega de
23 departamento. Ficou aborrecido quando sugeriu que tinha dito uma inverdade ao falar que o
24 IFCH continua encolhendo. Como sabem o conceito de verdade não precisa ser absoluto. O
25 professor diz a verdade, tem certeza, do ponto de vista de quem olha o todo, de que a
26 Unicamp pode estar hoje, por exemplo, do mesmo tamanho que estava em 2004 em relação ao
27 quadro docente; quem olha partes do todo vê que o encolhimento continua. Então, no IFCH,
28 como já comentou, se deu ao trabalho de fazer um levantamento geral, do quadro docente, de
29 1994 a 31 de julho de 2011. Em 31 de dezembro de 1994, eram 118 docentes; em 31 de
30 dezembro de 2004, eram 94; em 31 de julho 2011 – que era a data limite para enviar a
31 documentação à CVD –, eram 79. Do ponto de vista de quem está olhando o todo, está
32 dizendo a verdade e o professor De Decca também. Devem evitar inverdades; estão todos
33 olhando para questões a partir de óticas diferentes e trabalhando juntos para resolver o
34 problema, porque também não tem nenhuma dúvida de que a resolução dos problemas
35 específicos interessa a todos. Nesse sentido também tem a questão da discussão. Não está
36 dizendo que podem resolver todos os problemas, relata que do seu ponto de vista o
37 encolhimento continua e isso tem tido consequências graves, mas se incomoda quando um
38 setor ou um diretor de unidade nesses fóruns, no Consu ou em outras comissões, um pró-
39 reitor, ou alguém da Administração responde que voltaram aos números de 2004 e não estão
40 perdendo professores. É preciso reconhecer que essas falas partem de perspectivas diferentes,

1 porque enquanto a Administração não reconhece que existem problemas particulares, ela
2 talvez nunca seja capaz de teorizar o orçamento de outro jeito, de modo a enfrentar os
3 problemas particulares que possam ocorrer, apesar do contexto geral talvez não ser de perda
4 para Unicamp a longo prazo. As perspectivas não se contradizem, elas analisam o mesmo
5 problema de lugares diferentes. É muito importante que se analise politicamente as diferenças
6 concedendo um ao outro o crédito de dizer sempre a verdade, apesar de não poderem resolver
7 os problemas como gostariam. O Conselheiro EDGAR SALVADORI DE DECCA diz ao
8 professor Sidney que acolhe sua crítica, porque acha procedente e até para fazer um pouco de
9 ironia com isso. Na verdade, o IFCH encolheu, e encolheu mais recentemente principalmente
10 por causa do Departamento de História, que ficou mais velho agora, porque o de Sociologia
11 era o mais velho, e a perda dele em anos anteriores foi maior. Na verdade, o departamento que
12 mais está sentindo as perdas nos últimos anos é justamente o departamento do qual ambos
13 fazem parte. O Conselheiro EUCLIDES DE MESQUITA NETO diz que não queria entrar na
14 polêmica específica que o professor Sidney aludiu aqui, mas queria fazer uma observação que
15 talvez fosse importante para os diretores. O professor Sidney está absolutamente correto. Ele
16 pegou o Anuário da Unicamp de 2004 a julho de 2011, está correto, bate com os números.
17 Mas a Universidade, quando fecha o anuário, conta os docentes ativos e não as vagas que a
18 unidade tem potencialmente, que não estão preenchidas. No momento a Unicamp tem mais de
19 cem vagas não preenchidas, que não constam como docente na ativa que vai fechar o anuário.
20 Então, os processos em curso não entram no final do anuário. De fato, não são 15, mas oito o
21 déficit do IFCH naquele período, não são 94 para 79, porque tem um conjunto de vagas
22 atribuídas ainda não preenchidas. Reforça que esse critério das unidades que mais perderam
23 ao longo do tempo esteve na base das conversas de atribuição de vagas. Só para tranquilizar a
24 metade dos diretores que não estava envolvida no processo de atribuição de vagas, que esse
25 indicador foi, além dos outros indicadores, bem pesado. É um processo, isso já aconteceu três
26 vezes, e deve continuar pelo menos nesta Administração, e com essa orientação, vai continuar
27 havendo um esforço de repor e dar peso à perda do quadro docente. O Conselheiro PAULO
28 EDUARDO MOREIRA RODRIGUES DA SILVA diz que a Unicamp tem 1.800 docentes
29 aproximadamente, e tem 113 como estoque, o que não é pouco. Outra verdade também, e
30 olhando para frente, é que o número de professores ainda em folha só cresce. Quando a
31 Universidade teve mais professores, chegou a 2.200. Em folha de pagamento hoje tem
32 aproximadamente 2.500, e ainda não atingiu um equilíbrio, como a USP, por exemplo, que é
33 uma universidade mais antiga, que chegou em um ponto em que a idade média de
34 aposentadoria e a expectativa de vida aliviam de certa forma o orçamento. Nesses últimos 15
35 anos houve duas reformas da Previdência e a Unicamp perdeu um número expressivo de
36 professores, que já tinham tempo e muitos se apressaram em se aposentar. Existe também
37 outro problema que precisarão estudar, porque um terço dos professores podem se aposentar
38 e, se aposentando, eles continuarão em folha. Poucas universidades no Brasil têm feito
39 contratações, porque do ponto de vista do orçamento são contratações absolutamente novas.
40 Pelos estudos atuariais, deverão ter mais de mil professores aposentados, e esse crescimento

1 ainda acontecerá por oito a dez anos, de pessoas se aposentando mais do que saindo da folha.
2 Sai da folha quando falece, porque então o pagamento passa para a SPPrev. A somatória das
3 contratações dos últimos dez anos ultrapassa em muito o número de aposentadorias
4 compulsórias, das próprias aposentadorias e daquelas que saíram do quadro de aposentados.
5 Entre os funcionários isso é menos grave, porque desde 1984 não admitem funcionários como
6 estatutários. Se olharem no curtíssimo prazo, um ano, talvez isso não faça muita diferença,
7 mas num horizonte de dez anos, preocupa se não estarão em situação, como estiveram na
8 época da reforma da Previdência, sem chance de repor aqueles que estão saindo no ano.
9 Fizeram esse plano há aproximadamente três anos, quando viram que havia aproximadamente
10 cem professores que iriam se aposentar pela compulsória, cuja saída é inexorável. Raramente
11 algum docente em condições de se aposentar tem se aposentado; e os que têm se aposentado
12 em idades mais tenras continuam como professores colaboradores voluntários, um
13 contingente e uma contribuição enorme desse quadro, que para o orçamento é adicional
14 também. Levando em conta todas essas nuances do quadro de docentes, como disse o
15 conselheiro Alan, é olhar, mas olhar também pelo que ameaça, para não chegarem lá na frente
16 e serem surpreendidos com uma perda ainda maior dos quadros, por falta de competitividade
17 no salário, por exemplo. O MAGNÍFICO REITOR reitera o que o professor Paulo falou, o
18 Conselho Universitário nesses últimos anos tem tido o privilégio e a oportunidade de discutir
19 distribuição de vagas absolutamente novas, não aquelas por demissão. Lembra que até 2007
20 não havia nenhuma discussão sobre contratação de vagas novas e todas as outras foram
21 contingenciadas porque o orçamento não era suficiente, quando chegaram ao
22 comprometimento de 89% da folha. É preciso contratar docentes, contratar servidores;
23 precisam manter o valor dos salários de todos os docentes e servidores, tudo isso dentro de
24 um orçamento que é variável ano a ano. É um balanço complicado. É um privilégio poder
25 aumentar o número de docentes através de discussões que todos aqui conhecem bem. Vai para
26 a CVD, vem para o Consu, é discutido e votado. O Conselheiro RONALDO ALOISE PILLI
27 irá responder à inquietação do conselheiro Alan. Acha que essa preocupação é bem-vinda e o
28 país vai ter de se defrontar com esse desafio. Só não entende que seja essa a missão desta
29 Universidade. A Unicamp já fez movimentos no sentido de ampliar o número de vagas,
30 inclusive com a criação da FCA em Limeira etc. Parte desse problema que vivenciam hoje se
31 deve à falta de planejamento nos anos anteriores. O contingente de engenheiros que se
32 graduam não passa de 6% da massa total de graduandos no Brasil. Não acha que essa situação
33 deve se manter face aos desafios existentes atualmente. Há de se tomar medidas, não só de
34 criação de novos cursos, mas de sustentar o ensino e a pesquisa nessas novas universidades
35 que são criadas. A Unicamp já tem uma relação de aluno por docente, que é da ordem de 16
36 para um, ela está na média das melhores universidades do mundo. Acredita que devem ser
37 uma universidade no seu sentido amplo, plural, com todas as áreas do conhecimento, mas
38 priorizando qualidade. Não vê a Unicamp se expandindo além do que ela já fez, sob pena de
39 se tornar mais um desses números nessas grandes estatísticas. Devem manter-se fiéis à missão
40 de formar quadros de liderança em todas as áreas do conhecimento. O Conselheiro ALAN

1 GODOY SOUZA MELLO diz que não falou nada sobre expansão desenfreada. Através de
2 conversa com os diretores, e com os alunos também, obviamente, sabe que existem unidades
3 que já ultrapassaram o limite de atribuição de alunos por docente. No Instituto de Computação
4 participou da discussão do PED e sabe que se não colocarem PEDs para darem aula, como
5 uma espécie de substituição docente, não tem como o Instituto se manter e prover as
6 disciplinas de serviço. Sabe bem disso e não está dizendo que haja um aumento irresponsável.
7 O que está colocando é que as pessoas falaram que estavam olhando para o futuro, só que boa
8 parte da discussão foi de recomposição para 2004, e a prioridade da discussão foi essa. Vai ter
9 lugares que irão perder e vai ter lugares que vão ter de ganhar. Isso é conduzir, é administrar.
10 Se ficarem achando que estão em um jogo de ganhar sempre, ficarão estagnados, ficarão na
11 situação que é, em parte, o que está acontecendo, de discutir critério para recomposição.
12 Alguém vai ter de perder e alguém vai ter de ganhar. É preciso olhar como farão essa
13 distribuição para o futuro. O Conselheiro JÚLIO CÉSAR HADLER NETO diz concordar
14 plenamente com o que o professor Pilli falou. Acha que a preocupação do conselheiro Alan é
15 oportuna, não no contexto desta discussão, mas é oportuníssima. Há uma carência enorme de
16 técnicos, engenheiros etc., e várias pessoas têm se preocupado com isso, e talvez fosse papel
17 da Universidade agir estrategicamente pensando em termos do país, discutir esse assunto e
18 produzir um documento para o Congresso. Poderiam contribuir no sentido de ideias para o
19 futuro; e isso é urgentíssimo, porque de fato a Universidade produz grãos, minério bruto, e
20 precisa produzir tecnologia, *software*, todas essas coisas sofisticadas que só surgem através de
21 uma educação técnica de alto nível. Quer que seja uma coisa concreta, de ter uma atitude
22 nesse sentido. Não queria que fosse só uma fala sua. Questiona se podem criar uma comissão
23 na Copei ou alguma coisa assim. O MAGNÍFICO REITOR acredita que a Copei é o lugar
24 adequado. O Conselheiro EDGAR SALVADORI DE DECCA diz que na próxima reunião
25 tem vários assuntos que a Copei irá analisar, e este pode estar entre eles. O MAGNÍFICO
26 REITOR diz que fica registrado em Ata que a Copei analisará essa questão. Em seguida
27 informa que o conselheiro Alan solicita retirada de pauta, lembrando as consequências, não
28 haverá vaga para nenhuma contratação até o meio do ano. Submete à votação a retirada de
29 pauta da matéria em questão, que é rejeitada. A seguir, submete à votação o relatório da CVD
30 assim como consta, sendo aprovado com 3 abstenções. O próximo item é o 9, que foi
31 destacado pelo conselheiro Alan, assunto do Proc. nº 01-P-24053/11, que trata do Relatório da
32 Eleição de representantes discentes da graduação junto ao Consu e CCG realizada nos dias 08
33 a 11.11.11, para cumprimento de mandato de 01 ano, a partir de 01.01.12. Este Conselho já
34 discutiu as normas para relatório da representação discente junto ao Conselho Universitário.
35 Houve a eleição e a comissão presidida pelo professor Paulo Araújo, que contou com o
36 professor José Teixeira Filho, e os conselheiros João Raimundo, Alan, Bruno e Servato,
37 acompanhou todo o procedimento. O quórum mínimo para validar a eleição é de 30% do
38 colégio eleitoral fixado e deveria ter 4.333 votos; no entanto, os votos apurados foram 2.965.
39 A Deliberação Consu-A-07/07 diz que, caso não seja atingido o quórum mínimo, o número de
40 vagas dessa categoria no Consu estará para o previsto no Artigo 2º, assim como o número de

1 votantes estará para o quórum previsto no *caput*. Se o número de vagas obtido no § 1º não for
2 inteiro, então ele será arredondado para o inteiro mais próximo. As vagas não preenchidas
3 conforme os §§ 1º e 2º serão acrescidas às vagas de outra categoria discente. Diante disso, a
4 bancada discente da graduação junto ao Consu deve ser composta de acordo com o número de
5 votantes, e não mais se aplicando o número previsto no Artigo 2º da referida deliberação,
6 cinco titulares e cinco suplentes, pois que esse corresponde ao quórum mínimo de 30%. As
7 vagas remanescentes deverão ser acrescidas às vagas da outra categoria discente, pós-
8 graduação. É esse o parecer da Procuradoria Geral, considerando que não houve quórum
9 mínimo, a representação discente ficará com três vagas para os alunos de graduação e as
10 outras duas irão para os alunos de pós-graduação. O Conselheiro ALAN GODOY SOUZA
11 MELLO em primeiro lugar deseja saber se refazer a eleição é viável judicialmente. Apesar de
12 pertencer à categoria beneficiada, acha politicamente inviável deixar que a graduação da
13 Unicamp, que possui 14 mil alunos, fique com sua representação prejudicada pela falta de
14 quórum. Particularmente não irá concordar que sejam dadas as cinco vagas para a graduação;
15 o edital é claro, o quórum é claro, entretanto, gostaria de saber se é possível anular o processo
16 eleitoral e refazê-lo. O MAGNÍFICO REITOR questiona se sua proposta é anular a eleição
17 para que seja refeita. O Conselheiro ALAN GODOY SOUZA MELLO diz que é isso mesmo.
18 O MAGNÍFICO REITOR diz que consultará o Jurídico, mas enquanto isso abre para
19 discussão. O Conselheiro BRUNO MODESTO SILVESTRE diz que deseja esclarecimento
20 da Procuradoria Geral se este Conselho pode decidir nesta sessão que os cinco representantes
21 discentes da graduação sejam empossados. Isso porque, no entendimento da categoria, a
22 eleição abrangeu um número muito grande de estudantes da graduação, contemplando quase 3
23 mil votos, e não faz sentido tirar dois representantes da graduação em uma eleição que contou
24 com tal número de votos e passar dois representantes para a pós-graduação, que teve trezentos
25 votantes, aproximadamente. Também gostaria de ler uma moção encaminhada pelos centros
26 acadêmicos no último Conselho de Representantes de Unidades – CRU, e solicita que seja
27 distribuída aos conselheiros. Passa à leitura: “Nós, Centros Acadêmicos e Representantes de
28 Unidades, reunidos no dia 22 de novembro de 2011, na sede do Diretório Central dos
29 Estudantes da Unicamp (DCE Unicamp), nos posicionamos em favor da garantia da totalidade
30 das vagas para Representação Discente de Graduação no Conselho Universitário (Consu) e na
31 Comissão Central de Graduação (CCG) para o mandato de 2012. Tendo em vista a
32 legitimidade das eleições realizadas, consideramos que a participação ampla e representativa
33 de cerca de 20% dos estudantes de todos os *campi* na votação referenda a homologação da
34 posse de todos os representantes eleitos para esses órgãos. Reiteramos, ainda, que o debate
35 sobre o quórum das eleições discentes da graduação também foi realizado ostensivamente no
36 âmbito do X Congresso dos Estudantes da Unicamp, em outubro deste ano”. A presente
37 moção está assinada por vários centros acadêmicos, CAL Caef, Caeco, Camecc, entre outros.
38 O MAGNÍFICO REITOR diz já ter conversado com o doutor Octacílio e fará os
39 esclarecimentos. Em relação à pergunta do conselheiro Alan, se a eleição pode ser anulada, a
40 resposta é não, pois está previsto o que acontece nesse caso. Em relação a aceitar os cinco

1 representantes também não é possível, segundo a regra. Não é possível mudar a regra da
2 eleição depois de conhecido o resultado. Para a próxima eleição, se desejarem, será possível
3 alterar. O Conselheiro JOÃO RAIMUNDO MENDONÇA DE SOUZA diz que a comissão
4 acompanhou o processo de apuração. Não houve nenhuma intercorrência que pudesse
5 comprometer a eleição, aconteceu tudo dentro das regras. O coeficiente não foi atingido, mas
6 não é um coeficiente baixo, é significativo contar com cerca de 2.400 votos em um processo
7 para eleger os representantes da graduação. A regra para os estudantes da graduação na
8 questão que trata do coeficiente é mais pesada, porque ela não existe para a pós-graduação,
9 para os docentes e nem para os funcionários. Não está vendo nenhuma reivindicação dos
10 estudantes da pós-graduação no sentido de ocupar essas vagas, até porque eles também, de
11 certa forma, reconhecem a legitimidade da eleição, embora ela não tenha alcançado o
12 coeficiente de 30%. Não saberia discutir os aspectos legais, mas acha que o melhor caminho
13 para essa situação seria referendar e legitimar os representantes eleitos da graduação e os
14 representantes eleitos da pós-graduação nos números que a eleição permite. De certa forma,
15 isso garantiria a representatividade histórica de cada segmento. É importante rever as regras
16 para a eleição da graduação, porque acredita que elas não devem ser diferenciadas das demais
17 categorias. O Conselheiro ALAN GODOY SOUZA MELLO, em aparte, diz que sua posição
18 pessoal não é de que o processo foi legítimo, e que devam ser dadas as cinco vagas; sua
19 posição é de que o processo seja refeito. Quanto à atribuição de cinco vagas para a graduação,
20 é legítima, mas discorda de que seja legítima segundo esse processo eleitoral, inclusive por
21 questões que abordará no Expediente. O Conselheiro LUIS ABNER SILVA ESPINOZA diz
22 que, de fato, o grupo de trabalho que foi formado este ano teve a oportunidade de discutir
23 diversas regras existentes no regimento eleitoral. E esse grupo de trabalho teve dificuldades
24 de debater a fundo as regras que regem essa eleição. Devem lembrar que quando essas regras
25 do quórum de 30% foram colocadas pela comissão de acompanhamento, foram baseadas em
26 que a eleição do DCE também fosse em 30%. Tanto é que durante a discussão desse grupo de
27 trabalho, e isso pode ser confirmado pelo professor Knobel, foi informado que no congresso
28 dos estudantes o quórum das eleições seria rediscutido. Não era uma certeza na época porque
29 o congresso dos estudantes ainda não havia acontecido. Mas uma das proposições era
30 justamente alterar o quórum, que é meramente burocrático. O quórum foi atingido. No
31 congresso, inclusive, ele foi reduzido a 15%. O MAGNÍFICO REITOR pergunta se o novo
32 quórum para uma eleição ser legítima é 15%. O Conselheiro LUIS ABNER SILVA
33 ESPINOZA responde que isso se aplica às eleições do DCE; isso foi discutido no congresso
34 dos estudantes e deliberado. Pode-se entrar em discussão de por que foram ou não alcançados
35 os 30%, mas aqui a questão é uma decisão política. Os centros acadêmicos, nessa moção,
36 junto com o DCE, pedem que sejam legitimadas as cinco cadeiras tendo em vista que não
37 houve nenhum problema durante a eleição, nem as chapas apresentaram recursos. Inclusive o
38 julgamento e todo o processo de apuração foram presenciados pela comissão de
39 acompanhamento. Portanto, o que se pede é que se legitime, uma vez que anos atrás não
40 existia quórum tanto para a pós-graduação quanto para a graduação. Foi colocado quando se

1 passou a organização para o DCE. O MAGNÍFICO REITOR observa que isso foi feito a
2 pedido da categoria. O Conselheiro LUIS ABNER SILVA ESPINOZA até agradece por essa
3 oportunidade dada na época, mas tendo em vista como as eleições se organizavam e o quórum
4 exigido. Acredita que existam vários pontos ainda a serem melhorados no próprio Regimento,
5 e que o Consu pode, sim, deliberar politicamente sobre a legitimidade da bancada discente.
6 Defende que as cinco cadeiras sejam da graduação e pede apoio dos conselheiros. O
7 MAGNÍFICO REITOR diz que não discutirão alteração de deliberação Consu. As regras já
8 foram votadas anteriormente. No entanto, se os representantes da pós-graduação não quiserem
9 assumir a vaga, é direito deles. O Conselheiro JOSÉ TEIXEIRA FILHO diz que o processo se
10 encerrou, assim como a apuração e a destinação das vagas, e isso tudo está documentado. Mas
11 precisam ter a consciência de que há uma inadequação, porque a graduação e a pós-graduação
12 têm praticamente o mesmo número de alunos. Acredita que a questão da distribuição das
13 vagas deva ser revista imediatamente após o encerramento desse processo. Não se lembra de
14 como chegaram a esse tipo de distribuição de vaga, com exigência de quórum de 30% para
15 uma categoria e 10% para outra. Não considera adequado; mas se está na deliberação, é
16 preciso seguir. O MAGNÍFICO REITOR diz que essa deliberação foi elaborada por uma
17 comissão paritária, presidida pelo professor De Decca. O Conselheiro JOSÉ TEIXEIRA
18 FILHO responde que não está questionando, apenas estranhou que tenha concordado com ela.
19 O MAGNÍFICO REITOR diz que o quórum de 30% foi colocado pelos alunos de então. E
20 que não há nenhum problema em rever, mas não para a eleição já realizada. O Conselheiro
21 JOSÉ TEIXEIRA FILHO diz que é exatamente esta a sua posição, de que é preciso rever, mas
22 não hoje. O Conselheiro MARCELO KNOBEL acha importante colocar essas questões que
23 foram muito recentemente discutidas, inclusive há aqui no Consu vários membros que
24 participaram do grupo de trabalho mencionado. Na discussão desse grupo, era particularmente
25 favorável a reverem uma série de outras questões que também considerava que não estavam
26 adequadas. Mas foi convencido de que havia existido uma enorme discussão preliminar, e
27 chegar a um consenso, como no Regimento, foi muito complicado, e que por isso não valeria
28 a pena modificar as regras. E que naquele momento o GT só deveria discutir a questão de
29 quando seria a apuração. Poderiam ter aproveitado a oportunidade para rever toda a
30 deliberação e discutido uma série de questões, mas foi convencido, inclusive pela própria
31 representação discente, que era melhor fazer ao contrário. Então, mudaram o mínimo possível
32 para atender àquela questão específica. Todas as outras questões levantadas não foram
33 acatadas, então segue aqui com a maioria, acredita que seja importante rediscutir as regras. Se
34 forem rediscutir essa deliberação, então também será a oportunidade para discutir as outras
35 questões levantadas naquele momento e que não foram levadas adiante. Portanto, acha
36 importante voltar a essa discussão, mas uma vez que a regra está colocada, ela deve ser
37 seguida. O MAGNÍFICO REITOR sugere que votem a homologação do resultado e criem em
38 seguida um grupo de trabalho para reestudar a deliberação e rever a questão do quórum. O
39 professor Marcelo terá oportunidade de discutir todos os aspectos para que então o Consu
40 possa deliberar. O Conselheiro BRUNO MODESTO SILVESTRE diz que faltou mencionar

1 um assunto importante, o fato de não ter sido levada adiante a discussão sobre os outros
2 pontos, sendo que o quórum estava sendo citado, porque era uma tentativa de mexer em
3 alguns aspectos das eleições que os estudantes consideravam importantes, como a questão da
4 urna e da cédula, que constitui grande parte das polêmicas que vêm sendo levantadas há muito
5 tempo. A reivindicação da representação discente é que se mantenha o quórum mínimo em
6 30%. O MAGNÍFICO REITOR questiona se eles não desejam rever isso. O Conselheiro
7 BRUNO MODESTO SILVESTRE responde que não. O Conselheiro ALAN GODOY
8 SOUZA MELLO diz que o grupo de trabalho fez coro com o DCE, afirmando que não se
9 sentiria legítimo em assinar o documento se houvesse outras mudanças. Mas também observa
10 que não houve notificação, nem nada parecido, para que fosse retirado ou diminuído o
11 quórum para 15% nas eleições. Afirmou no grupo de trabalho e no grupo de acompanhamento
12 que o Conselho Universitário deveria se posicionar da seguinte maneira: a eleição é dos
13 estudantes, feita pelos estudantes, o Conselho simplesmente garantirá que não haja fraude,
14 mas as regras ficam a cargo do DCE. Mas atualmente não é essa a regra, e não há como
15 ignorar a regra atual, que foi proposta depois de muito trabalho, e pedir a posse dos cinco
16 representantes da graduação. Não havendo mais observações, o MAGNÍFICO REITOR
17 submete à votação o parecer exarado pela Procuradoria Geral, conforme deliberação Consu
18 A-07/07, que é aprovado com 01 abstenção. Em seguida, diz que essa discussão sobre o modo
19 de realização da eleição foi feita várias vezes neste Conselho Universitário. Acredita que vai
20 ser cada vez mais difícil atingir o quórum de 30%. O fato de a eleição dos estudantes de
21 graduação ser diferente de todas as outras – estudantes de pós-graduação, docentes,
22 funcionários – é decisão deste Conselho Universitário. O Conselheiro MOHAMED HABIB
23 diz que fará sua declaração de voto. Tem certeza de que ninguém nesta sala seria contrário a
24 que houvesse uma representação cada vez maior de qualquer categoria. A questão não é essa.
25 A questão é que não podem, hoje, votar ferindo e desrespeitando uma regra que eles próprios
26 criaram. Do ponto de vista jurídico, isso os colocaria em uma situação de ilegalidade. No
27 entanto, até caberia mudar a regra, mas existem procedimentos e critérios para isso. Então, é
28 possível a qualquer categoria, de acordo com o Regimento, incluir um assunto na pauta das
29 reuniões, desde que respeitando certos critérios e regras. Então, se uma determinada categoria
30 entendeu que foram equivocados na aprovação de um quórum mínimo de 30%, isso pode ser
31 trazido para o Consu para que votem a redução para 15% ou 10%. Se mudassem isso hoje,
32 estariam desrespeitando uma regra da Justiça, da mesma forma como aconteceria se
33 alterassem a regra para julgar um processo que foi desenvolvido dentro de uma regra anterior.
34 Portanto, é preciso aceitar o que foi aprovado, convencidos de que esse é o procedimento
35 correto, e depois procurarão meios para mudar a situação, para que um próximo processo de
36 eleição não passe pela mesma dificuldade. O Conselheiro LUIS ABNER SILVA ESPINOZA
37 gostaria de comentar alguns termos que foram usados. Não desejam alterar de maneira
38 alguma nenhum processo de eleição ou o seu resultado. O resultado está divulgado. O que
39 solicitam é legitimidade da bancada que seria empossada. Outra questão é que tiveram o
40 próprio GT, presidido pelo professor Knobel, e de uma simples proposta de alterar a data de

1 apuração começaram a surgir várias outras. É por isso que evitam discutir novamente em
2 outro GT qualquer questão. Inclusive naquele grupo tiveram dificuldade de explicar para os
3 conselheiros o que era uma proposta de consenso. Em uma discussão simples, o consenso não
4 é uma concordância mútua das pessoas, mas aquilo que se fecha em conjunto. O Conselheiro
5 BRUNO MODESTO SILVESTRE diz que, tendo em vista que são três os conselheiros
6 indicados pela graduação, essa informação não bate com a indicação feita pela comissão
7 eleitoral do processo, porque desde quando houve a última reunião da comissão de
8 acompanhamento, encaminharam um ofício para a Procuradoria Geral perguntando quantos
9 seriam os indicados, e precisa ser realizada a indicação. O MAGNÍFICO REITOR responde
10 que o procedimento para indicação dos três representantes será feito juntamente com a
11 comissão após análise da votação. A Secretaria Geral encaminhará os nomes ao professor
12 Paulo, que reunirá a comissão que decidirá. Próximo é o item 10, que trata da eleição discente
13 da pós-graduação, objeto do Proc. nº 01-P-18866/11. O Conselheiro ALAN GODOY SOUZA
14 MELLO diz que, de acordo com o Artigo 4º da Deliberação Consu-A-22/2001, alterada pela
15 Deliberação Consu-A-17/2005, o quórum mínimo para validar a eleição para pós-graduação
16 também é de 10%. Não sabe se esse quórum ainda é válido ou se foi revisto; não estava aqui,
17 na época, pois entrou neste ano para o Conselho Universitário, portanto solicita informação
18 para a PG sobre esse quórum, se a eleição está válida, inclusive a da pós-graduação, porque,
19 senão, ficam com um problema enorme, porque não terão quórum nem na eleição da
20 graduação, nem da pós-graduação. Aproveitando também o debate sobre serem regras
21 diferentes, explica sua posição de que as eleições do DCE deveriam ficar totalmente
22 independentes. Simplesmente pediriam que fossem indicados os cinco titulares e os cinco
23 suplentes eleitos. Se observarem o conselho de uma empresa, por exemplo, ele será sempre
24 indicado pelo controlador. Diz que não está comparando o DCE ou a Universidade a uma
25 empresa, mas apenas dando um exemplo de autonomia. Acredita que o movimento estudantil
26 de graduação e pós-graduação têm de ter autonomia para indicar quem serão os representantes
27 discentes, desde que haja legalidade. Por isso acha que o imbróglio nessas eleições veio
28 exatamente porque as regras do edital, do DCE e as do Consu foram incompatíveis. De
29 qualquer maneira, acredita que o processo deve ser autônomo. Mas em relação à discussão
30 sobre a equivalência dos quóruns mínimos de graduação e de pós-graduação, é porque as duas
31 categorias são diferentes entre si; na pós-graduação, os alunos cumprem alguns créditos e
32 depois ficam em casa trabalhando, escrevendo, fazendo artigos e tudo o mais; então não se
33 pode equivaler as duas coisas, cada nível tem sua especificidade. Aliás, se tivessem mão de
34 obra suficiente na pós-graduação, pediria para as eleições da pós-graduação serem realizadas
35 pelos pós-graduandos, porque acredita que – e aí já correndo o risco de elogiar o que vai
36 criticar depois – isso é uma vantagem, é um ponto, o da independência, em que a eleição da
37 graduação está à frente de todas as outras categorias. Isso é um paradigma, porque gostam da
38 autonomia das unidades, da autonomia da Universidade, mas também é preciso olhar para a
39 autonomia dos movimentos da representação estudantil. O MAGNÍFICO REITOR pergunta
40 ao conselheiro onde consta a questão do quórum mencionada por ele. O Conselheiro ALAN

1 GODOY SOUZA MELLO responde que está no Artigo 4º, na página 90 da pauta. Aí, sim, se
2 o quórum for válido, terão de refazer a eleição, porque no edital não fala em abrir quórum. O
3 MAGNÍFICO REITOR diz que esse Artigo não trata de quórum, fala sobre as vagas não
4 preenchidas por falta de candidatos. Sugere que deixem o item 10 para o doutor Octacílio
5 analisar, e depois dessa verificação voltarão a discutir. Em seguida, passa à discussão do item
6 13 da Ordem do Dia, destacado pelo professor Geromel, que trata do Proc. nº 01-P-00436/70,
7 proposta de alteração da Deliberação Consu-A-08/08 (artigo 44 - Capítulo XI), que dispõe
8 sobre o Regimento Geral dos Cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu* e *Lato Sensu*
9 (Deliberação CCPG-276/11, Pareceres PG-3044/11 e CLN-17/11). O Conselheiro JOSÉ
10 CLÁUDIO GEROMEL diz que será bastante rápido, pois a questão é simples. Sabe que o
11 doutor Octacílio está ocupado, mas precisará da ajuda dele para a proposta que deve fazer.
12 Trata-se do seguinte: a pós-graduação, a seu juízo corretamente, implementou a possibilidade
13 de profissionais da carreira Paepe, com mestrado ou doutorado, atuarem como professores
14 plenos nos cursos de pós-graduação. Particularmente acha essa providência muito bem-vinda
15 e correta; ela abre possibilidade aos profissionais que têm vivência em pós-graduação
16 ajudarem os pesquisadores e docentes da Universidade. Julga, entretanto, que essa iniciativa
17 deve ser colocada em prática com certa parcimônia, tendo em vista que esses profissionais
18 têm seus deveres como funcionários da Universidade e, ao mesmo tempo, atuarão na pós-
19 graduação como professores plenos. Solicita que a PRPG dê particular atenção à execução das
20 teses nos limites de tempo que estão acordados. E ousaria tentar melhorar a forma como está
21 sendo proposta a implementação. Porque a PRPG solicita que deliberem sobre a alteração do
22 Regimento Geral dos cursos de pós-graduação *stricto* e *lato sensu*, mas não acha isso
23 necessário, porque o que se deseja fazer é apenas colocar um Artigo 1º no Regimento Geral
24 da Universidade como um entendimento feito por uma portaria da Capes. O entendimento é
25 que profissionais classificados nessa carreira podem atuar como professores plenos nos cursos
26 de pós-graduação. Imagina, portanto, que uma informação interna da PRPG que simplesmente
27 diz que isso é possível estaria fazendo com que o problema seja completamente
28 regulamentado, sem que tenham de alterar o Regimento Geral dos cursos de pós-graduação.
29 Essa é a proposta que gostaria de colocar, mais uma vez enaltecendo o fato de que a proposta,
30 em si, é bastante importante. O Conselheiro EUCLIDES DE MESQUITA NETO responde
31 que o entendimento da PRPG, na época circunstanciado pela PG, é que havia necessidade de
32 alteração do Regimento, por isso foi feito. O Conselheiro JOSÉ CLÁUDIO GEROMEL diz
33 que se possível gostaria de ouvir o doutor Octacílio, porque é uma questão de definição de
34 que algum outro tipo de profissional pode ser classificado como professor pleno. Disso não há
35 dúvida. Acredita que isso não seja assunto para ser tratado no Regimento Geral dos cursos de
36 pós-graduação, mas apenas como uma informação da Pró-Reitoria de Pós-Graduação. O
37 MAGNÍFICO REITOR diz que existe um aspecto legal nessa questão de não se confundir
38 com a carreira MS, talvez seja essa a preocupação da PG. O doutor OCTACÍLIO
39 MACHADO RIBEIRO questiona se a dúvida é sobre o credenciamento desse profissional na
40 pós-graduação, como professor pleno. O Conselheiro JOSÉ CLÁUDIO GEROMEL responde

1 que, na verdade, não se trata do credenciamento em si, que será um ato após. Trata-se apenas
2 de acolher uma definição da Capes, através da portaria citada, de que determinado tipo de
3 profissional pode, sim, ser credenciado como professor pleno. O Conselheiro ALAN GODOY
4 SOUZA MELLO pergunta se existiria algum prejuízo se deixassem este assunto para a
5 próxima reunião, uma vez que provavelmente o doutor Octacílio tenha de pesquisar antes de
6 responder. O MAGNÍFICO REITOR diz que este é um assunto importante. Há vários
7 profissionais na Unicamp que desejam orientar pesquisas, alguns, de fato, já estão orientando,
8 e a questão precisa ser regularizada. O Conselheiro RODNEI BERTAZZOLI questiona qual é
9 o risco de um profissional Paepe atuar, por exemplo, durante dez anos no programa de pós-
10 graduação, do ponto de vista trabalhista, um dia reivindicar integrar a carreira MS, por
11 desempenho de outra função além daquela que consta no contrato que ele assinou. O doutor
12 OCTACÍLIO MACHADO RIBEIRO responde que o importante desse credenciamento é que
13 ele seja de alguma maneira limitado no tempo; que ele seja renovado, autorizado, solicitado
14 pela pessoa, porque depois ela pode, realmente, pedir uma isonomia salarial na Justiça, ou
15 algo nesse sentido. Assim como já foi feito em outras situações, a ideia foi combinar a
16 solicitação com autorização e isso em prazo determinado e renovável. Acredita que se ele não
17 for pleno, pelas regras da Capes, não acrescentaria muita coisa aos cursos. Na resolução da
18 Capes, existem cerca de cinco alternativas que permitem que o profissional tenha vínculo com
19 a instituição. O Conselheiro JOSÉ CLÁUDIO GEROMEL concorda com o doutor Octacílio,
20 mas acredita que ele esteja respondendo com base no § 2º, que atinge toda e qualquer pessoa
21 que atue na pós-graduação, pesquisadores ou não, com ou sem vínculo empregatício; e o
22 credenciamento e o descredenciamento serão efetuados de acordo com o regulamento do
23 programa, por proposta da CPG, aprovada pela congregação de cada unidade de ensino e
24 pesquisa e homologada pela CCPG. Imagina que, portanto, isso atingirá a todos, inclusive
25 profissionais da carreira Paepe, mas isso se mantém e deve se manter mesmo. O Conselheiro
26 EUCLIDES DE MESQUITA NETO diz que o que o professor Geromel colocou está perfeito.
27 O profissional pode ser credenciado como pleno, com as regras internas e atendendo àquelas
28 regras da Capes, sem nenhum problema. A questão aqui, mesmo, é de ordem trabalhista, para
29 que não haja um problema, porque o professor pleno orienta, publica, tem uma série de
30 atributos que estão vinculados à carreira docente da Unicamp. E uma pessoa que já tem uma
31 posição não docente, na medida em que passa a fazer isso regularmente, sem ter explicitado
32 que ela está atuando por um período delimitado, segundo as regras, traz o risco para a
33 Universidade de uma futura questão trabalhista. Não saberia responder se uma informação da
34 CCPG teria a força da modificação do Regimento Geral dos cursos. O que estão tentando
35 fazer é preservar a Universidade estabelecendo que é possível ser feito, mas dentro das regras,
36 com periodicidade determinada. Acredita que essa seja a questão de fundo. O Conselheiro
37 JOSÉ CLÁUDIO GEROMEL diz que se essa é a motivação, muito bem levantada pelo
38 professor Rodnei e que o doutor Octacílio também abordou, acha que em relação ao vínculo
39 empregatício, no § 1º isso está colocado de forma extremamente tênue, seria preciso ir muito
40 além disso. Passa à leitura do parágrafo: “Observado o disposto no Artigo 2º, inciso V, e § 2º,

1 da Portaria Capes, incluem-se na definição de professor pleno os profissionais da carreira
2 Paepe da Unicamp, que atendam às exigências” etc. Mas isso simplesmente explicita que a
3 Capes permite colocar como professores plenos esses profissionais. Se a intenção é proteger a
4 Universidade contra ações trabalhistas, isso é muito pouco. O Conselheiro EUCLIDES DE
5 MESQUITA NETO diz que partilha da mesma opinião, mas, apesar de não ser jurista,
6 acredita que seja importante cumprir as exigências dos regulamentos. Também não é uma
7 coisa trivial; constam ali questões de periodicidade, avaliação, de haver um número limitado,
8 critérios que constituem balizas que à época acreditavam que seria suficiente. O doutor
9 OCTACÍLIO MACHADO RIBEIRO diz que existe na proposta um procedimento a ser
10 seguido, de tal maneira que isso não se eternize e só se perenize, se for o caso, se a
11 Universidade ou a congregação quiserem. Já houve casos de pessoas que não são da carreira
12 docente que acabaram trabalhando na graduação ou na pós-graduação durante anos e
13 moveram ações judiciais requerendo direitos. Daí a necessidade de terem cautela. Mas em
14 relação ao pedido e à autorização para exercer a atividade, devem ser seguidos três passos:
15 “De acordo com a proposta da comissão de pós-graduação, aprovada pela congregação,
16 homologada pela CCPG”. Portanto, não basta comissão, não basta congregação, tem de ter
17 também a CCPG, e deve ser por período limitado. Não consegue localizar a informação no
18 momento, mas era por um determinado período, provavelmente anual. Isso evita o problema
19 de haver dentro da atividade docente da Unicamp outros especialistas que não sejam da
20 carreira-fim da Universidade, que é a carreira MS. Tê-los como não plenos pouco adianta.
21 Contudo, não podem dificultar que exista esse credenciamento. O Conselheiro EUCLIDES
22 DE MESQUITA NETO lembra que foi feita uma nota adicional sobre credenciamento, que
23 está na sequência, explicando que “visando ao credenciamento de profissionais da carreira
24 Paepe da Unicamp, com o fim específico de desenvolver atividades como professor pleno
25 junto a programas de pós-graduação, a Pró-Reitoria de Pós-Graduação tem a observar que
26 esse credenciamento deve obedecer ao procedimento conforme entendimento a seguir. O
27 credenciamento como professor pleno obedecerá ao § 1º do Artigo 46 da Deliberação Consu
28 A-08, de 23.03.2008, limitando-se a um período de dois anos, o qual poderá ser renovado
29 mediante solicitação devidamente instruída”. Diz respeito a essa renovação regular. “O
30 número máximo de professores plenos deverá atender aos parâmetros definidos pelo CTC da
31 Capes que faz parte do Artigo mencionado”. A avaliação da PRPG é que, impondo
32 periodicidade e limite, poderia ser evitada, não sabe se de forma absoluta, uma questão
33 trabalhista, mas, do ponto de vista da pós-graduação, há um forte contingente de profissionais
34 qualificados que, de fato, orientam, publicam, e que frequentemente, no momento de
35 incorporar a produção no programa, têm de ceder a tese para outro docente pleno, o que é uma
36 situação insustentável. Então essa foi a forma pela qual tentaram resguardar, de um lado, o
37 direito de o profissional Paepe receber o mérito do trabalho de orientação que fez e, de outro,
38 de não deixar as portas abertas completamente para um problema trabalhista futuro. O
39 Conselheiro JOSÉ CLÁUDIO GEROMEL diz que concorda absolutamente com a
40 possibilidade, não é esse o seu ponto, mas, de qualquer forma, não quer se alongar mais na

1 questão. Percebe que o procurador e o pró-reitor entendem que esse é o procedimento correto,
2 portanto se rende ao tempo. O MAGNÍFICO REITOR diz que existe uma questão, hoje, que
3 em razão desse entendimento de possível problema para a Universidade, muitos integrantes da
4 carreira Paepe que estão orientando não o estão fazendo de maneira formal. Seria bom
5 resolverem, pelo menos com essa formatação, sem prejuízo que a Pró-Reitoria de Pós-
6 Graduação analise se vale a pena mudar depois, mas pelo menos assim poderão dar uma
7 resposta para muitas pessoas que estão trabalhando e orientando. O Conselheiro JOSÉ
8 CLÁUDIO GEROMEL volta a dizer que acha correto dar essa oportunidade, mas está
9 tentando proteger a Universidade. No âmbito do Regimento Geral da Pós-Graduação, essa
10 matéria é academicamente correta; mas a contundência daquilo que aqui foi dito, no que diz
11 respeito aos aspectos legais trabalhistas, pede que o senhor Reitor legisle sobre esse caso, ante
12 a proposta no Conselho Universitário, deixando claro que a atuação do profissional dessa
13 forma não pode chegar a estabelecer vínculo. Parece que isso está longe de ser tratado no
14 âmbito do Regimento Geral da Pós-Graduação. O MAGNÍFICO REITOR pergunta se pode
15 submeter à votação, da maneira como está, sem prejuízo de que a PRPG e a Procuradoria
16 Geral analisem o ponto levantado pelo professor Geromel. Não havendo mais observações,
17 submete à votação o item 13 da Ordem do Dia, que é aprovado com 01 abstenção. Em
18 seguida, informa que o doutor Octacílio verificou que, em relação à questão levantada pelo
19 conselheiro Alan, existia uma deliberação Consu que previa quórum mínimo para validar
20 eleições discentes da graduação e da pós-graduação, mas ela era indevida. O doutor
21 OCTACÍLIO MACHADO RIBEIRO diz que na redação consolidada da Deliberação Consu
22 17/2005 há uma incorreção que manteve uma parte do Artigo que havia sido revogado. O
23 Conselheiro ALAN GODOY SOUZA MELLO diz que, realmente, não estava conseguindo
24 entender o texto. O doutor OCTACÍLIO MACHADO RIBEIRO afirma que em 2003 havia,
25 realmente, uma previsão de quórum; em 2005 foi suprimido o Artigo, mas os parágrafos que
26 falam do quórum foram mantidos no texto disponibilizado, o que o deixa até sem sentido.
27 Portanto, foi um erro. Também demorou a entender o que tinha acontecido. O Conselheiro
28 LUIS ABNER SILVA ESPINOZA solicita ao senhor Reitor que explique novamente o que o
29 doutor Octacílio disse, se há ou não quórum. O MAGNÍFICO REITOR responde que havia
30 uma deliberação, de 2001, que previa 30% de quórum mínimo para a graduação e 10% para a
31 pós-graduação, para que a eleição fosse válida. O Consu refez a deliberação, em 2005, e caiu
32 ao questão do quórum. Para a graduação foi estabelecido um novo critério pela deliberação
33 Consu-A-07/07, que determina o quórum mínimo, novamente, em 30%. Não havendo mais
34 observações, submete à votação o item 10, que trata da ata de eleição de representantes
35 discentes da pós-graduação junto ao Consu e CCPG realizada nos dias 09 e 10.11.11, para
36 cumprimento de mandato de 01 ano, a partir de 01.01.12, que é aprovado por unanimidade.
37 Na sequência, passa ao item 16, destacado pelo professor Geromel, constante do Proc. nº 01-
38 P-25086/11, que trata da minuta de deliberação que estabelece a regulamentação para a
39 Premiação de Reconhecimento Docente pela Dedicção ao Ensino de Graduação (Inf. CCG-
40 42/11 – Pareceres CLN-14/11 e PG-2539/11 e 3181/11). O Conselheiro JOSÉ CLÁUDIO

1 GEROMEL primeiramente parabeniza toda a graduação. Já era hora de a Unicamp ter um
2 prêmio para valorizar o que talvez seja uma das mais importantes tarefas da Universidade, que
3 é formar as pessoas que enfrentarão o futuro deste país. Portanto, a atuação de docente na
4 graduação deve, sim, ser reconhecida. Entende que a maneira como o processo foi realizado é
5 bastante adequado, portanto parabeniza os envolvidos, em particular o professor Knobel, pela
6 iniciativa. No entanto, gostaria de chamar a atenção para um ponto colocado pela
7 Procuradoria Geral no seu parecer que consta na página 160 da pauta. Há uma passagem que
8 gostaria de discutir, porque ela pode ter consequências bastante importantes não só no âmbito
9 desse prêmio, mas para toda a Universidade. Lê o terceiro parágrafo: “Quanto ao texto da
10 minuta, considero que a previsão da possibilidade de cada Unidade estabelecer critérios
11 adicionais aos fixados pelo Anexo I, para inscrição dos candidatos, poderá criar diferenças de
12 seleção para o mesmo prêmio, gerando prejuízos ao princípio da isonomia de tratamento,
13 imposto à Universidade pela Constituição Federal”. Sua dúvida é que não se trata do mesmo
14 prêmio; “o mesmo” deveria se circunscrever ao fato de que docentes de uma unidade não
15 concorrerão com docentes de outra. O prêmio tem uma denominação da própria Universidade,
16 mas cada unidade apresentará certa quantidade e a concorrência será entre eles. Questiona por
17 que não existir a possibilidade de cada unidade ter critérios diversos, pois aqueles que
18 concorrerão ao prêmio se circunscrevem ao seu domínio. Gostaria de maior esclarecimento
19 para isso. E alerta que, no limite, daqui a pouco terão de ter concursos com regras idênticas
20 em todas as unidades de ensino e pesquisa. O doutor OCTACÍLIO MACHADO RIBEIRO
21 responde que essa menção no parecer ocorre porque a graduação é um objetivo da
22 Universidade, está prevista no Estatuto e não está afeta a uma unidade, está afeta à
23 Universidade. E não é difícil imaginar que uma unidade possa ter critérios mais rigorosos,
24 outra critérios menos rigorosos para avaliar a mesma atividade de graduação, e isso
25 obviamente pode gerar controvérsia. Um docente que participa da seleção por uma unidade
26 com critérios adicionais bem mais rigorosos do que o colega que participa em outra unidade
27 com critérios menos rigorosos, terá mais dificuldade em ganhar o prêmio. Mas insiste que,
28 quando se premia a graduação, quem existe aqui, juridicamente, é a Universidade, a
29 graduação é o objetivo da Universidade. Não estão estabelecendo um prêmio para a
30 graduação na Faculdade “Y” ou na Faculdade “Z”; imagina que a Câmara Central de
31 Graduação tenha ideia do que seja graduação na Universidade, e quando premiam, isso vai
32 passar nessas instâncias que cuidam desse assunto, inclusive na própria CCG. Acredita que
33 deva haver certa homogeneização de critérios, porque não pode ser algo que cada um
34 proponha de uma maneira. O Conselheiro JOSÉ CLÁUDIO GEROMEL diz que a autonomia
35 universitária foi algo importante que ocorreu neste país e é sempre utilizada por eles. Esse
36 entendimento sobre a questão faz com que a autonomia das unidades de ensino e pesquisa seja
37 extremamente tolhida; sua preocupação se deu nesse contexto. O Conselheiro MARCELO
38 KNOBEL diz que, na realidade, a colocação feita pelo parecer PG simplificou um pouco a
39 redação, mas a essência foi mantida, porque cada unidade tem critérios que devem ser
40 seguidos, que são gerais, como consta na página 165 da pauta, são critérios gerais para todos,

1 naturalmente, e critérios complementares que deverão ser analisados e colocados por cada
2 unidade; e cada unidade, ao escolher os candidatos, deverá encaminhar para a comissão quais
3 os critérios utilizados. Então, a essência de deixar a unidade escolher os candidatos, da melhor
4 maneira possível, está contemplada aqui, atendendo, naturalmente, a critérios gerais da
5 Universidade. O Conselheiro JOSÉ CLÁUDIO GEROMEL diz que isso atende à sua
6 preocupação. O Conselheiro ALAN GODOY SOUZA MELLO diz que concorda totalmente
7 com o que o professor Geromel disse, mas também gostaria de colocar outras propostas. Diz
8 que a ideia do prêmio foi excelente, pois é preciso valorizar a graduação, que às vezes chega a
9 ser um pouco até involuntariamente desprezada, e é uma das funções da Universidade. Mas
10 questiona por que um docente só pode ser contemplado uma única vez; poderia ser colocado
11 um prazo, porque um exemplo continua a ser um exemplo a ser seguido. Acharia interessante
12 que o professor pudesse ganhar mais vezes o prêmio, porque isso ajudaria a reforçar a noção
13 de que aquele professor continua sendo um exemplo a ser seguido. Mais um aspecto que
14 poderia ser contemplado é, na parte de critérios a serem considerados para a premiação, o
15 atendimento extracurricular, porque há professores que são bem disponíveis para uma
16 conversa no corredor, mesmo que o aluno não curse a disciplina dele. Isso é algo
17 extremamente importante no trabalho docente, e que não seria mensurado dentre esses
18 critérios. Gostaria que houvesse alguma forma de ser colocado aqui esse tipo de atuação,
19 mesmo sabendo que é algo um pouco subjetivo. Outra coisa que lhe ocorreu é que, em vez de
20 o próprio professor se inscrever, fosse feita uma indicação, por parte de uma comissão de
21 busca dentro da unidade. O Conselheiro RODNEI BERTAZZOLI parabeniza, reforça e
22 incentiva a iniciativa. Não sabe se toda comunidade está informada, mas a Feagri é pioneira
23 na Universidade nesse tipo de premiação. E a Faculdade de Engenharia Mecânica tem a
24 primeira cerimônia de premiação ao melhor docente de 2010 no próximo dia 06 de dezembro.
25 A maior parte dos critérios definidos para a premiação da FEM está contemplada, mas há algo
26 que não está vendo e que acha que seria muito importante, embora a tenham utilizado com
27 muito receio, que é a avaliação pelos alunos, que poderia ter sido contemplada na definição de
28 critérios para a unidade. Foi uma surpresa muito agradável perceber a seriedade com que os
29 alunos, de fato, reconhecem o melhor docente. Estão em uma comunidade onde quem dá a
30 palavra final é o docente, e não estão muito acostumados com essa avaliação feita pelo corpo
31 discente. Como um todo, há uma componente muito forte nesses critérios todos aqui, coisas
32 até externas à Universidade, quando a atuação maior pelo docente de graduação é dentro da
33 Universidade. O Conselheiro MARCELO KNOBEL diz que se trata de uma questão de
34 ordem. Isso a que o professor Rodnei se refere já está contemplado no item I-C, “Desempenho
35 na Avaliação feita pelo corpo discente (comprovada com documento da Comissão de
36 Graduação, utilizando preferencialmente o Programa de Avaliação da Graduação
37 desenvolvido pela Pró-Reitoria de Graduação)”. A Conselheira SILVIA FERNANDA DE
38 MENDONÇA FIGUEIRÔA diz que também considera a premiação uma boa iniciativa.
39 Deseja comentar dois pontos. O primeiro é em relação à restrição de que o professor só pode
40 ser contemplado uma única vez. Não existe essa restrição no *Prêmio “Zeferino Vaz”*, portanto

1 gostaria que o professor Knobel esclarecesse. O outro ponto é sobre o que o professor Rodnei
2 levantou; está previsto, sim, nos critérios, no item I-C da página 165 do processo, o
3 desempenho na avaliação feita pelo corpo discente. E seu questionamento em relação a esse
4 critério é que esse desempenho deve ser comprovado com documento da comissão de
5 graduação, utilizando preferencialmente o programa de avaliação da graduação desenvolvido
6 pela Pró-Reitoria. No IG, por exemplo, mesmo antes de haver um curso de graduação
7 específico, quando havia apenas disciplinas de serviço, o Instituto sempre aplicou um
8 questionário e ele é mais amplo, mais abrangente do que essa iniciativa atual da PRG. Quer
9 dizer, aqui, claro, é o *preferencialmente*, então não é o *obrigatoriamente*, e isso é muito
10 importante de ser observado, porque pode haver outras avaliações em outras unidades que
11 sejam também bastante completas e que são mantidas por causa da série histórica. O
12 Conselheiro RODNEI BERTAZZOLI pede desculpas por não ter verificado esse item, pois
13 está lendo esse documento pela primeira vez, mas, realmente, essa questão do
14 “*preferencialmente*” usando o programa de avaliação da graduação, feito pela Pró-Reitoria,
15 talvez não funcione na maior parte das unidades. Sabe que, por exemplo, a Feec possui um
16 processo de avaliação feito pelos alunos que é bastante sério e os professores fazem questão
17 de colocar, inclusive, nos seus relatórios; e a FEM está caminhando para isso também, agora.
18 Acha que poderiam amenizar isso um pouco com relação a essa padronização da avaliação,
19 porque há locais onde a avaliação feita pelos próprios alunos funciona eventualmente melhor
20 do que outros programas que possam fazer através da coordenação de graduação. O
21 Conselheiro MARCELO KNOBEL esclarece, em primeiro lugar, como consta na proposta de
22 deliberação, que a ideia é que as unidades indiquem os nomes a partir de critérios próprios
23 que serão claramente definidos em cada uma delas, com base em alguns critérios norteadores
24 elencados. Neles há a observação de que não obrigatoriamente estão dispostos em ordem de
25 importância – e talvez tenha faltado constar que sem prejuízo de outros critérios que possam
26 ser utilizados. Talvez até pudessem complementar, mas não é possível elencar tudo nem
27 prever todas as condições, como a ideia do Alan, por exemplo. Foi colocada uma ideia geral,
28 inclusive simbolizada pela expressão *alguns exemplos*, para simplesmente nortear esses
29 critérios, mas não necessariamente são os únicos. Isso é fundamental. Cada unidade terá
30 independência para definir os critérios que achar necessários e os encaminhará para a
31 comissão que depois fará o julgamento final. Em segundo lugar, estão criando e estimulando
32 o uso de um sistema que também prevê que as unidades tenham as suas avaliações, mas,
33 naturalmente, querem fortalecer o sistema que estão implementando e aprimorando. Por isso
34 foi mencionado o programa de avaliação da graduação, mas está claro que utilizado
35 “*preferencialmente*”, não “*necessariamente*”, “*exclusivamente*” nem “*unicamente*”. Sobre
36 esse ponto que já levantou alguns comentários, isso foi amplamente discutido, talvez o
37 professor Pomilio depois possa dar seu depoimento. Como todos podem observar, o prêmio
38 em questão não é equivalente ao *Prêmio “Zeferino Vaz”*, em termos de recursos, mas talvez
39 seja até mais simbólico, e nesse sentido o intuito é que ele seja considerado, mais que um
40 prêmio, uma distinção. E acreditam que receber essa distinção de melhor professor ou

1 renomado professor da unidade é suficiente uma vez na vida. E com isso poderão ter mais
2 professores estimulados a concorrer e mais professores contemplados. No próprio *Prêmio*
3 *“Zeferino Vaz”* foi discutida essa questão de que alguns ganham sempre, e até foi colocado o
4 interstício etc. O Professor SIDNEY CHALHOUB sugere que no item I-C, já referido, seja
5 excluído o que está entre parêntese, pelos motivos já comentados. Deixar a critério da unidade
6 usar ou não o programa de avaliação da graduação, mas não preferi-lo, não há motivo para
7 isso. Há as culturas locais de avaliação, inclusive às vezes até no interior dos departamentos
8 ou dos cursos de graduação. O assunto de avaliação da graduação é um assunto de âmbito
9 estritamente acadêmico, e iniciativas de homogeneizar demais esse tipo de atividade lhe
10 parecem ruins para a Universidade. Outra sugestão é que, em vez de haver inscrições
11 individuais, ou as coordenações de curso ou os departamentos indicassem os candidatos; seria
12 mais interessante que fosse um reconhecimento institucional, que até eventualmente chegasse
13 ao reconhecimento da unidade, mas que não fosse um motivo de ambição individual. O
14 Conselheiro JOSÉ TEIXEIRA FILHO agradece ao professor Rodnei por ter mencionado a
15 Faculdade de Engenharia Agrícola. A Feagri tem um prêmio denominado *“André Tosello”* e,
16 basicamente, todos os critérios são utilizados, mas ele parte do princípio que os professores
17 indicados pela comissão de graduação são aqueles que conseguiram avaliação superior à
18 média, dentro das disciplinas, então ele parte inicialmente da avaliação do discente; somente
19 aqueles docentes que conseguiram avaliação nas suas disciplinas, pelos discentes, acima da
20 média têm condição de concorrer ao prêmio. A comissão de graduação indica os docentes e
21 depois é sugerida uma comissão externa à Faculdade, que faz uma avaliação geral,
22 naturalmente com todos os critérios. O Conselheiro MÁRIO JOSÉ ABDALLA SAAD diz
23 que também na FCM já existe uma premiação, desde 2004, denominada *Prêmio de*
24 *Reconhecimento à Graduação “Professor Miguel Tobar”*, nome dado em homenagem a um
25 professor da Faculdade que se dedicava bastante à graduação. Consideram muito interessante
26 que isso agora se estenda para toda a Universidade. Sugere que no Artigo 4º, § 1º - “Todos os
27 docentes ativos que ministram disciplina de graduação podem se inscrever”, seja
28 acrescentado: “ou serem inscritos por turmas de alunos ou por órgãos institucionais”, ou
29 algum outro termo que justifique comissões de ensino, como já foi sugerido aqui. Acredita
30 que com esse voluntarismo da inscrição talvez o professor mais tímido não se inscreva, mas
31 se uma turma de alunos o inscrever ele concorrerá. O Conselheiro JOSÉ ANTENOR
32 POMILIO diz que participou do grupo de trabalho que fez essa proposição, que foi sofrendo
33 ajustes e modificação ao longo de quase dois anos de trabalho. O que acha essencial nisso é a
34 iniciativa e que ela seja colocada em funcionamento. Certamente vai precisar de ajustes, há
35 detalhes que se mostrarão importantes, mas muita coisa pode ser ajustada no âmbito das
36 unidades. Se a unidade considera importante que a própria comissão de graduação indique o
37 nome, ela coloca isso na sua metodologia de seleção. Se ela considera que são os alunos que
38 devem ter essa prerrogativa, ela coloca isso nos seus procedimentos. Acredita que não haja
39 condições de prever a diversidade de situações e de experiências. O importante é colocar para
40 funcionar e que não se tenha restrições aqui, porque cada unidade vai, a partir da sua

1 experiência e da sua necessidade, encontrar a maneira de chegar a esses nomes. Pedem que as
2 unidades indiquem três desses professores, e isso será feito de acordo com cada cultura local.
3 O essencial é começar. Da maneira como está redigido, não há restrições que impeçam
4 nenhum ajuste individual que se fizer necessário nas unidades. Um ponto para eventualmente
5 se revisar mais para frente diz respeito à restrição da inscrição para os docentes ativos.
6 Acredita que se o docente teve carga didática, ministrou disciplinas de graduação, mesmo que
7 neste momento já tenha se aposentado, mas se ele continua na Universidade exercendo essa
8 atividade, ele poderia estar incluído nesse conjunto de concorrentes ao prêmio. Isso passou
9 por discussão e ficou nesse modelo, mas acha que é algo para ser revisto no futuro. O
10 Conselheiro MARCELO KNOBEL observa como é impressionante que, mesmo tendo
11 preparado o texto com grande cuidado, agora, ao ler, realmente, percebe que a redação do
12 texto pode dar a entender que somente os próprios docentes poderiam se inscrever. A ideia
13 nunca foi essa, mas sim a de que cada unidade defina a maneira como será feita a indicação.
14 Algumas unidades, como o IQ e a Feagri, por exemplo, possuem um processo bastante
15 complexo de decisão; em algumas unidades os docentes se inscrevem, em outras, são
16 inscritos. Sua sugestão é que a redação do § 1º do Artigo 4º seja alterada para: “Todos os
17 docentes ativos que ministrem disciplinas de graduação podem se inscrever ou serem
18 inscritos, de acordo com os critérios da unidade”. A questão colocada pelo professor Sidney
19 constitui uma discussão interessante e importante. Observa que o programa de avaliação da
20 graduação que está sendo implementado ainda pela Pró-Reitoria de Graduação e com a
21 participação do espaço de apoio ao ensino e à aprendizagem é um programa que busca ter
22 informações homogêneas sobre toda a Universidade, mas também sem prejuízo nenhum às
23 discussões, avaliações e atividades no âmbito de cada unidade. Naturalmente, para que tenha
24 validade estatística e para que se possa confiar nos dados obtidos, precisam contar com a
25 participação cada vez maior dos docentes e dos alunos nesse processo; e considera natural e
26 legítimo estimular a utilização do programa de avaliação da graduação como um ponto, não
27 único, não exclusivo, mas que seja citado. Não há nenhum prejuízo nas demais atividades que
28 são realizadas de avaliação no âmbito das unidades. Finalmente, só para destacar, na página
29 170 há um parecer da CLN que já sugere que seja eliminada a palavra *ativos* do § 1º do Artigo
30 4º, contemplando então aí a sugestão do professor Pomilio. Aliás, aproveita a oportunidade
31 para agradecer a todo o grupo de trabalho que se empenhou ativamente com discussões muito
32 longas para chegar ao texto que estão analisando. O MAGNÍFICO REITOR pergunta se pode
33 encaminhar a votação, de acordo com as sugestões do professor Marcelo. Considera
34 importante o ponto de vista colocado pelo professor Pomilio de que haverá pontos que
35 deverão ser aprimorados, no futuro, mas o importante é colocar em prática e ver como cada
36 unidade leva a efeito esse prêmio. De fato, agradece à Pró-Reitoria de Graduação e à sua
37 comissão, pois esse era um ponto que havia feito parte da campanha da atual Administração.
38 O Conselheiro MARCELO KNOBEL acrescenta que era uma iniciativa prevista no Planes
39 também. Não havendo mais observações, o MAGNÍFICO REITOR submete à votação o item
40 16, sendo aprovado por unanimidade. Em seguida, passa ao item 19, destacado pelo

1 conselheiro Luis Abner, em nome de Rodrigo Capobianco Guido, que trata de recurso
2 interposto pelo interessado em face do indeferimento de sua inscrição no concurso para
3 provimento de um cargo de Professor Titular na área de Tecnologia para a Informação,
4 Comunicação e Instrumentação da Faculdade de Tecnologia (Parecer PG-3255/10 -
5 Deliberação Cepe-380/11 – rejeitou o recurso) – Parecer PG-2813/11). O Conselheiro LUIS
6 ABNER SILVA ESPINOZA diz que na verdade são os itens 19 e 20, pois os dois tratam de
7 pedido de nulidade de concurso. O MAGNÍFICO REITOR observa que têm de ser discutidos
8 separadamente. O Conselheiro LUIS ABNER SILVA ESPINOZA responde que os dois
9 seriam para esclarecimentos. No caso do candidato Capobianco, uma das denúncias que mais
10 lhe chamou a atenção foi o fato de alegar que o concorrente escolhido como vencedor do
11 concurso tinha conflito de interesse com a banca avaliadora. E uma das coisas que ele levanta
12 é que na Cepe não foi tratado o assunto, não foi claramente respondido sobre todos os temas
13 que ele questiona, e então ele pede um parecer da Procuradoria Geral. E esse parecer, pelo
14 menos o que leu, também não responde todos os temas claramente. Ele trata mais do ponto de
15 vista regimental, que acha que não é o que o candidato solicitou. Primeiramente gostaria de
16 esclarecimento sobre o assunto. O MAGNÍFICO REITOR explica que se trata de um
17 processo de concurso para Professor Titular da FT em que um dos candidatos não teve sua
18 inscrição aceita por não satisfazer o edital. Solicita que o professor José Geraldo explique os
19 pormenores. O Conselheiro JOSÉ GERALDO PENA DE ANDRADE diz que antes da
20 reunião da Cepe, quando foi aprovar as inscrições, na análise da comissão que estava
21 cuidando das inscrições, verificou-se que um dos candidatos não tinha, no ato da inscrição, o
22 tempo mínimo de três anos de livre-docência, então foi negada a inscrição dele. Ele entrou
23 com recurso dizendo que, na data em que o concurso seria realizado, ele teria os três anos,
24 então o caso foi para a Procuradoria Geral e ela manteve o que a comissão havia decidido, de
25 que ele não tinha no ato da inscrição as condições para participar do concurso. Ele telefonou
26 para a Faculdade dizendo que não queria que entrasse na pauta o resultado do concurso, ao
27 que respondeu que não seria possível, uma vez que o concurso já havia ocorrido, seria
28 homologado e encaminhado para as instâncias superiores. Ele falou que iria entrar com
29 recurso, e é este que aí está. E ele menciona algo com relação a um conflito de interesse entre
30 um candidato cuja inscrição foi aceita e um dos membros da banca, que dentro dos critérios
31 entendidos como conflito de interesse não ocorre; e, da mesma forma, a PG também se
32 pronunciou que não existia conflito de interesse, mas ele está solicitando nulidade do
33 concurso, que no entanto ocorreu sem problema nenhum e teve seu resultado encaminhado. O
34 MAGNÍFICO REITOR diz que está em discussão, lembrando que o que está em julgamento é
35 o parecer da PG que é contrário ao recurso, pois quando um candidato faz um recurso contra
36 um concurso, o único recurso é de nulidade. O Conselheiro LUIS ABNER SILVA
37 ESPINOZA diz que permanece a dúvida, porque o candidato fala que possui prova
38 documental da existência de conflito de interesse. Mas, de qualquer forma, não poderia votar
39 pelo parecer PG. O Conselheiro JOSÉ ANTENOR POMILIO diz que só queria fazer um
40 comentário. O professor citado como potencialmente possuindo conflito de interesse, que

1 acredita que não haja mesmo, não participou da banca, o concurso foi realizado em uma data
2 em que ele não podia e um dos membros suplentes foi chamado. O MAGNÍFICO REITOR
3 diz que esse é um esclarecimento importante. Não havendo mais observações, submete à
4 votação o parecer PG que é contrário ao recurso, sendo aprovado o Parecer por unanimidade,
5 portanto, o recurso foi negado. Em seguida, passa ao item 20, constante do Proc. nº 04-P-
6 19035/09, em nome de Juliano Lemos Bicas, que trata de recurso de nulidade do processo de
7 seleção pública realizado na FEA para admissão de 01 docente, Professor Doutor, na PE/QD
8 (Deliberação CAD-401/11 – homologou o Processo Seletivo), destacado pelos conselheiros
9 Luis Abner e Vivaldo. O Conselheiro LUIS ABNER SILVA ESPINOZA diz que seu pedido
10 era de esclarecimento, mas acha que o próprio professor Vivaldo irá fazer. No caso, o
11 candidato alega claramente que a ementa do processo seletivo foi distorcida. E, além disso,
12 que o candidato aprovado se beneficiou com essa possível distorção da ementa, porque era
13 sua área de pesquisa. Pede esclarecimento sobre isso. O Conselheiro VIVALDO SILVEIRA
14 JUNIOR esclarece que se trata dos procedimentos internos do andamento dos trabalhos da
15 banca, que quando aprovada a ela é dada toda autonomia para que faça todo processo de
16 avaliação. Nesse sentido, por mais que o candidato reclame sobre tais fatos, prefere não
17 julgar, porque julgaria pessoalmente, e institucionalmente, já que uma vez aprovada a banca,
18 não se deve questioná-la. Tem algumas outras colocações a fazer, questiona por que devem
19 votar o parecer da PG, já que o objeto de análise em si é o recurso de nulidade do processo de
20 seleção pública. Acredita que o parecer ou qualquer outro subsídio que venham a ter em
21 termos de informações paralelas servirá para auxiliá-los na votação do objeto. Está somente
22 questionando o encaminhamento. O MAGNÍFICO REITOR explica que podem votar e
23 discutir o objeto em si, a favor ou contra a nulidade. O problema é que isso não é um destaque
24 obrigatório. Então, para orientar os conselheiros, é necessário que se coloque um
25 encaminhamento. Se o item não tivesse sido destacado, o que seria aprovado ou negado seria
26 o parecer da PG, que é contrário ao recurso. É só uma maneira de se encaminhar a votação. O
27 Conselheiro VIVALDO SILVEIRA JUNIOR diz que está discordando do encaminhamento,
28 porque acredita que o objeto da questão aqui é o requerimento de nulidade. Foi colocada, sim,
29 a questão de avaliar o parecer. É só isso que coloca contrário ao entendimento. Poderiam
30 julgar o pedido, o recurso propriamente dito de nulidade, e então adicionar algumas
31 informações sobre esse processo e com subsídio no que foi relatado pela PG. O MAGNÍFICO
32 REITOR explica que o parecer da PG diz: “diante do exposto, entendo que o recurso deve ser
33 recebido e analisado pelo Conselho Universitário e, no mérito, indeferido”. Portanto, a PG diz
34 que deve ser indeferido; ele é encaminhado, vota-se o parecer PG que é contra o recurso. É
35 claro que aqueles que são favoráveis ao recurso destacam a matéria. Mas se todos fossem
36 favoráveis ou não tivessem dúvidas, não seria destacado, e o que seria aprovado seria o
37 parecer PG. Só para que exista a oportunidade de não ser destacado, caso haja consenso. O
38 Conselheiro VIVALDO SILVEIRA JUNIOR entende, então, que colocando o parecer em
39 votação, se dá a nulidade ou não. O MAGNÍFICO REITOR diz que o que podem votar é o
40 parecer, mas discutirão a matéria em si. O Conselheiro VIVALDO SILVEIRA JUNIOR diz

1 que não descreverá todo histórico, porque há vários fatos intrínsecos ao problema. O caso já
2 passou por algumas instâncias, desde a comissão de docência – uma vez que entraram com
3 recursos dentro da própria unidade –, depois passou pela congregação; e, em ambos, no
4 mérito, colocou-se a recomendação de não homologação, embora haja a necessidade jurídica
5 ou a parte formal de se alcançarem dois terços de votos na congregação, houve 17 votos pela
6 não homologação contra dez, portanto não foram obtidos os dois terços. Do aspecto mais
7 acadêmico do que formal, em função do que se obteve nas instâncias inferiores – e não na
8 superior, como a CAD –, tiveram a avaliação interna tanto da comissão de docência composta
9 somente por docentes nível MS-6, congregação e Cadi, que também emitiu parecer contrário à
10 homologação do Parecer Final do processo seletivo. Chegando à CAD, houve uma reversão
11 dos entendimentos e, não tendo sido explicitados todos os assuntos, não considerou esses
12 pareceres anteriores. Acredita que discutiram muito e com bastante intensidade na
13 congregação da FEA, onde também foi colocado que houve conflito de interesse devido ao
14 fato de o marido da candidata ter participado e votado a favor, e por isso o resultado de 17 a
15 10, senão seria 17 a 09. Considera, portanto, esse processo bastante tumultuado, ou nebuloso,
16 como denominado em um dos primeiros pareceres da Procuradoria Geral, difícil até mesmo
17 para a banca definir quem seria aquele candidato de excelência que a FEA procura. Nessa
18 dificuldade de a banca definir o vencedor, já que o resultado foi 2 votos a 2, usou-se o critério
19 de desempate designado pelo edital, e foi então que uma determinada candidata foi escolhida.
20 A partir daí surgiram recursos dos outros candidatos devido a procedimentos internos, e foi
21 então que a comissão de docência sugeriu a não homologação. Estão aqui para julgar
22 novamente o recurso de nulidade, já que é uma das últimas instâncias. A Conselheira
23 WALKIRIA HANADA VIOTTO deseja falar como professora da FEA, integrante da
24 congregação e participante da última CAD que julgou esse assunto. Esse foi um processo
25 seletivo, na área de Microbiologia de Alimentos, em que após uma prova eliminatória
26 sobraram três candidatos para serem avaliados por uma banca examinadora escolhida,
27 obviamente, pela congregação da unidade. O resultado, como já mencionado, foram duas
28 indicações para um candidato, duas indicações para uma candidata e uma indicação para outra
29 candidata. O critério de desempate do edital é que valeria a maior média, e a decisão se deu
30 com base nisso. Houve recurso, parecer da PG, isso voltou para a unidade e, como já disse o
31 professor Vivaldo, houve bastante discussão, porque, na realidade, acabaram se deparando
32 com um parecer da comissão de docência quando, na realidade, devem julgar o parecer da
33 banca examinadora. Houve acusações que não estão, agora, sendo colocadas, mudou-se o teor
34 das acusações, agora é em relação ao marido da candidata escolhida, mas, na época, houve
35 acusações em relação a um integrante da banca examinadora, um professor responsável pela
36 disciplina de Microbiologia de Alimentos. Ele foi inclusive acusado de ter conflito de
37 interesse, porque haveria, segundo a comissão de docência, quatro trabalhos em conjunto com
38 essa candidata. Isso foi discutido na CAD, demonstrado, está no processo; esse professor se
39 defendeu, mostrou que, na realidade, não eram quatro trabalhos, eram dois resumos de pôster
40 em congresso. Isso foi objeto de decisão posterior da congregação da FEA, que por apenas um

1 voto de abstenção decidiu que resumo não é uma prova de relação formal de pesquisa.
2 Detalharam, inclusive, aquela declaração padrão da Unicamp, isso foi discutido em todos os
3 departamentos, votado na congregação; portanto acredita que esse assunto de ter ou não
4 havido conflito de interesse já esteja plenamente esclarecido e encerrado na Faculdade. Na
5 época, isso norteou, na discussão da congregação, uma série de acusações. Esse professor
6 produziu, inclusive, um dossiê mostrando que isso não poderia ser considerado conflito, uma
7 vez que houve nos últimos cinco anos outras irregularidades que as pessoas que o estavam
8 acusando não estavam considerando, como participação de orientador, trabalho, artigos em
9 conjunto, inclusive citando a ex-diretora da FEA, professora Gláucia, que estava
10 particularmente bastante empenhada na anulação desse processo seletivo. Apesar disso, houve
11 uma votação, como disse o professor Vivaldo, com 17 votos a 10, na congregação, pela não
12 homologação do processo seletivo. Isso foi para a Cadi. Algumas das pessoas aqui presentes
13 estavam presentes naquela reunião. Lá o que foi apresentado foi o parecer da comissão de
14 docência, e a representante da unidade, professora Gláucia, pelo que soube, fez uma defesa
15 apaixonada pela anulação do processo seletivo, houve uma votação bastante expressiva, com
16 11 votos favoráveis, 3 contrários e 1 abstenção, pela não homologação do processo seletivo. O
17 processo então seguiu para a CAD. Gostaria de se colocar especificamente em relação às
18 acusações de ordem técnica que foram colocadas no recurso, alegando que a ementa do edital
19 não foi obedecida, ou distorcida, como foi aqui mencionado, ou seja, que foram feitas
20 perguntas que não estavam no programa. Estranha muito essa postura, porque esse candidato
21 que está recorrendo inclusive foi aluno de graduação da FEA, ele conhece o conteúdo da
22 disciplina, já foi inclusive demonstrado na CAD que o conteúdo faz parte do programa, todos
23 esperam que os alunos o dominem. Além do mais, as perguntas sobre os micro-organismos
24 em questão foram elaboradas por membros externos à banca. Em relação à questão da nota,
25 em que ele alega que houve um desvio-padrão maior em relação à candidata vencedora, acha
26 que, realmente, houve um desvio, principalmente pelo que percebeu na nota de arguição, pois
27 o candidato recebeu duas notas ruins, e ele alega que isso foi fundamental para, na média
28 final, ficar com uma nota menor. Ele não cita também que apesar, segundo relato dele mesmo,
29 de não ter respondido duas questões da arguição, ele ganhou um 10 também. Quer dizer,
30 enxerga um desvio-padrão complicado de um 10 quando a pessoa não responde, mas entende
31 que a banca foi soberana para decidir se estava satisfatório ou não. Quer dizer, isso já foi
32 objeto de bastante discussão na CAD. Portanto, nesse novo recurso, parece que ele mudou o
33 objeto da reclamação de quem é o conflito de interesse, é outra pessoa externa que não deu
34 uma nota que ele considera aceitável na arguição. Em relação à outra questão levantada, sobre
35 a presença na reunião da congregação do professor que é marido de uma das candidatas, diz
36 que estava presente naquela reunião, conhece os três candidatos, são todos ex-alunos da FEA.
37 Também estava presente a orientadora do aluno que entrou com recurso, a professora Gláucia,
38 e ninguém pediu para que ela ou o outro professor, Arnaldo, saíssem da sala quando votaram
39 a homologação do parecer da banca examinadora. Nenhum dos dois estava envolvido na
40 escolha do candidato, por isso a congregação não pediu para nenhum dos dois se retirar do

1 recinto. E entende que isso também não mudaria o resultado da congregação. Se alguém tiver
2 mais alguma pergunta, está à disposição. O Conselheiro MOHAMED HABIB diz que essa
3 questão foi discutida com bastante detalhes na CAD, mas agora, passado um tempo, e após a
4 defesa feita a esse recurso pelo professor Vivaldo, gostaria de fazer uma reflexão curta
5 começando pelo seguinte. Para a congregação revogar, para ela rejeitar o resultado do
6 concurso feito pela comissão, era preciso ter dois terços dos votos e a congregação não os
7 obteve; portanto, a congregação acatou o resultado da comissão. Coloca-se na posição de
8 diretor de uma unidade e acha que não caberia a ele, no Conselho Universitário, depois de
9 presidir uma sessão da congregação e a congregação tomar determinada posição, vir aqui e se
10 manifestar contrário à posição da congregação. O Conselheiro VIVALDO SILVEIRA
11 JUNIOR diz que há dois aspectos diferentes nesta questão, o aspecto jurídico e o formal; os
12 dois terços formais não foram alcançados, mas no aspecto acadêmico a votação de 17 a 10
13 demonstra certa expressão da comunidade. O Conselheiro MOHAMED HABIB observa que
14 a votação é um procedimento não acadêmico, é contábil. Para o colegiado tomar uma decisão,
15 a regra diz que são necessários dois terços dos votos; eles não foram alcançados, portanto, o
16 colegiado não seguiu aquilo que alguns conselheiros ou alguns membros da congregação
17 queriam e prevaleceu a regra, portanto, o concurso foi aceito. Caberia ao diretor da unidade
18 manter e defender a posição da sua congregação. No entanto, da CAD para cá a unidade teria
19 condições, através de sua congregação, de responder a uma questão que foi colocada na CAD.
20 Ou seja, na CAD foi lido o documento que a congregação da unidade aprovou definindo
21 claramente o que caracteriza conflito de interesses; naquele documento, não constava
22 comunicações e um congresso, os colegas membros da CAD certamente se lembram disso.
23 Isso foi questionado e o professor Vivaldo respondeu que entendia que também isso estaria
24 incluído. Houve um período da CAD para cá, durante o qual caberia à unidade, vendo que a
25 votação da CAD foi de 15 votos a favor e 03 contrários, voltar para sua congregação em uma
26 reunião extraordinária e pedir uma definição mais aprimorada sobre a questão das
27 comunicações. Ele pergunta ao professor Vivaldo se isso foi feito. O Conselheiro VIVALDO
28 SILVEIRA JUNIOR responde que não, porque depois da CAD o único encaminhamento
29 possível é para o Consu. Informa ainda que esse documento a que o professor Mohamed está
30 se referindo, sobre a regulamentação que a comissão da FEA fez internamente sobre conflito
31 de interesse, comissão da qual faz parte a professora Walkiria, explicitava que apenas se
32 configurariam como conflito de interesse ligações familiares, ligações profissionais como
33 orientação e coautoria de trabalhos completos em congresso. Subentende-se que o resumo
34 também vale, assim como um capítulo de livro. Ou seja, pessoalmente não estava de acordo
35 com essa regulamentação que foi falha, porque não foi completamente descrita. Hoje, não
36 pode impedir que uma coautoria em capítulo de livro seja considerada conflito de interesse.
37 Resumo também não pode ser considerado conflito de interesse. Acha que não é o documento
38 final que comprova isso que constitui o conflito de interesse e, sim, o relacionamento anterior.
39 Se o relacionamento anterior não foi bem-sucedido, publica-se o resumo; se o relacionamento
40 anterior foi com sucesso, publica-se na *Nature*. É complicado querer provar com um papel,

1 um documento, o que é um conflito. Na sua concepção, resumo era, mas agora passou a não
2 ser. Há um ano e meio, quando se iniciou esse processo do concurso, baseavam-se no que era
3 tradicional considerar conflito de interesse. Resolveu-se por motivos de outros concursos que
4 virão para ser regulamentados, e crê que a regulamentação foi feita de forma incompleta. O
5 Conselheiro MOHAMED HABIB diz que o que foi apresentado na CAD como conflito de
6 interesse foram duas comunicações de congresso. Na reunião foi feita a leitura do documento
7 aprovado pela congregação da unidade que definia as categorias de conflito de interesse, e
8 todos na CAD perceberam que não havia comunicações em congressos, mas a defesa da
9 professora Gláucia considerava que seria subentendido que também estariam incluídas. Criou-
10 se uma dúvida. Caberia ao diretor, se já pretendia entrar com recurso depois no Consu, tentar
11 esclarecer isso na congregação da unidade, questionando se ela considera comunicação de
12 congresso conflito de interesse ou não. E isso não foi feito, tanto que hoje não foi mencionada
13 essa questão pelo professor Vivaldo, mas outra questão, relacionada ao fato de o marido da
14 candidata que ganhou o concurso ter votado na congregação a favor do resultado da comissão
15 examinadora. Considera que esse marido agiu corretamente, uma vez que percebeu que a
16 orientadora do outro candidato que está querendo ocupar a vaga está lá para votar, então não
17 poderia se ausentar na hora da votação. E ele não votou contra a comissão, acompanhou o
18 resultado da comissão, que era o natural. Portanto, não considera isso conflito de interesse. O
19 Conselheiro ALAN GODOY SOUZA MELLO diz que para ele a colocação do professor
20 Mohamed é quase a definição de conflito de interesse. Em todo caso, acabaram de ter uma
21 discussão sobre a validade das eleições, sobre o quórum das eleições para a representação
22 discente e chegaram a uma concordância de que a regra é clara e deve ser cumprida.
23 Pessoalmente concorda com o ponto de vista expresso pelo professor Vivaldo, mas não pode
24 como conselheiro ignorar a regra colocada, ou seja, permitiram que a banca fosse feita,
25 possuem um estatuto no Regimento Interno que diz que a congregação poderia derrubar a
26 banca com dois terços dos votos, e não conseguiram; e, agora, alegam-se outros problemas.
27 Isso é algo importante a se considerar. Mais uma coisa que gostaria de colocar é que se houve
28 realmente conflito de interesse, na votação, o que tem de ser derrubada é a votação, voltar,
29 apelar para derrubar a votação em si na congregação, refazer a votação na congregação. Não é
30 aqui no Consu que se vai desabonar a banca, com base em um suposto conflito de interesse
31 ocorrido em algum momento. Se fosse comprovado o conflito de interesse, teria de voltar para
32 verificar a votação dentro da unidade. O Conselheiro ADALBERTO BONO MAURIZIO
33 SACCHI BASSI fará uma colocação que não é específica para este caso, mas bastante geral e
34 que considera que deva ser feita neste momento. Em uma reunião relativamente recente do
35 Conselho Universitário, o Magnífico Reitor afirmou que haveria cada vez mais concursos
36 nesta Universidade e que assuntos envolvendo concursos estariam chegando com cada vez
37 mais frequência a este Conselho. Lembra que estão sendo feitos enquadramentos por mérito
38 de todos os docentes nível MS-5 e MS-3, por bancas, em todas as unidades. Portanto, de
39 forma bem geral, quando se coloca que uma congregação, qualquer que ela seja, precisa de no
40 mínimo dois terços para anular um concurso, que é o mesmo que derrubar o parecer de uma

1 banca, esses dois terços têm sua razão de ser. Afinal, quem propôs a banca foi a própria
2 congregação. No momento em que propôs a banca, deu um voto de confiança a essas pessoas,
3 caso contrário, teria agido de forma irresponsável. Para o funcionamento institucional fluido
4 desta Universidade é muito conveniente que as opiniões de bancas, principalmente agora, com
5 número maior de concursos, sejam respeitadas, a não ser que haja motivos realmente muito
6 graves. Quando estão em dúvida, pró banca. O Conselheiro JOSÉ CLÁUDIO GEROMEL
7 gostaria de se manifestar a respeito de questões de formalidade. Considera que faltou
8 formalidade na fala do professor Mohamed, e a formalidade no Conselho Universitário exige
9 alguns critérios que permeiam a comunicação entre os conselheiros e destes com a Mesa. Não
10 acha apropriado que a fala se dê nesses termos que foram ditos. Em particular, se um marido
11 votou a favor da esposa, errou, não deveria. Isso implica quebra de ética. Se, por outro lado,
12 ficou na congregação a orientadora para votar a respeito do seu orientado, idem. Esta é a regra
13 mínima de convivência: a formalidade impera, sobretudo neste ambiente. Agora, mais do que
14 isso. Quando vê o que diz aqui o texto a respeito de que, de fato, o professor em questão, José
15 Luiz Pereira, publicou algum resumo ou algo parecido com a candidata, acha que independe
16 de alguém definir o que seja conflito de interesse, para ele é, e isso é que norteará o seu voto.
17 Essa é a questão fundamental. Não é possível que tratem na Universidade as coisas dessa
18 forma, todos estão errando. Concorda que é preciso dar crédito às bancas, mas situações como
19 essas não podem continuar ocorrendo. O Conselheiro JÚLIO CÉSAR HADLER NETO diz
20 que entende que o concurso foi bastante disputado, dois candidatos ficaram empatados,
21 seguiu-se o edital para fazer o desempate. A Procuradoria Geral, após um longo parecer,
22 concluiu que não havia irregularidade ou parcialidade na banca. Embora entenda vários dos
23 argumentos que tenham sido colocados aqui, acredita que a questão da banca também tem de
24 ser respeitada. Quer dizer, há uma banca escolhida por eles, ela veio, trabalhou, e se forem
25 começar a questionar todas as bancas, não sabe onde vão parar. E como a PG entendeu que
26 não houve irregularidade por parte da banca, uma vez que ela seguiu o edital, acredita que
27 isso deva ser respeitado. O Conselheiro ANTONIO ALCIR BERNÁRDEZ PÉCORA diz que
28 conheceu o processo na reunião da CAD, quando analisou com atenção todo o processo e
29 considerou que, havendo posições contrárias de um lado e de outro, entende que, sobretudo
30 nesses casos, é preciso, sim, formalidade e se ater ao máximo ao texto da lei, que é aquilo que
31 objetivamente se tem. Em relação ao corpo da lei, acredita que o professor Geromel é
32 contraditório na sua fala, porque ao mesmo tempo ele começa exigindo formalidade, mas
33 depois diz que vota independentemente do que a lei define. A formalidade é o que define e
34 não o que se acha que seja. Mas pegando justamente o ponto da formalidade, ficou claro, no
35 concurso, que a banca proposta pela congregação foi constituída de forma adequada e aceita
36 por todos os candidatos. A congregação teve oportunidade de rever o caso, em função das
37 discussões, e anular o concurso, mas não o fez em função da regra; seja lá como ela foi feita, a
38 regra foi de que deveria alcançar dois terços de votos. É claro que pode discordar se devem ter
39 dois terços ou não, o que importa é que ainda que se considere que não tenham valido os
40 votos de alguns membros da congregação, nada disso, na verdade, feriu a formalidade da lei e,

1 portanto, não foi anulado no lugar que deveria ser. Se for o caso de se questionar, não é o
2 concurso, é a forma como se procedeu à votação na congregação. Em relação ao ponto
3 fundamental que era o conflito de interesse de um membro da banca, ficou claro, na CAD,
4 que havia os seguintes pontos em que se caracteriza o conflito de interesse na banca:
5 parentesco – não havia com ninguém na banca; orientação – não havia com ninguém na
6 banca; produção regular – não era só a questão de ter ou não resumo, e isso sequer é
7 mencionado, mas era a regularidade da produção entre o membro da banca e o candidato, não
8 havia. Então, nesse caso, não há conflito de interesse passível de ser estabelecido por
9 formalidade. É possível através de elementos subjetivos, mas em um caso como esse,
10 conflituoso dentro da própria unidade, em que as brigas paroquiais podem surgir e conturbar
11 as decisões, quanto mais atentos à lei e à formalidade, melhor. Visto que em todos os pontos
12 nada na formalidade permite algum tipo de irregularidade de direito, o que cabe é seguir o
13 parecer da Procuradoria Geral. O Conselheiro MOHAMED HABIB diz não concordar com a
14 posição do professor Geromel de que seu ponto de vista é mais importante que as regras,
15 porque é uma postura que desrespeita a Instituição, as normas e as regras e o histórico deste
16 Conselho Universitário. Sempre trabalharam com regras e com normas. O Estado democrático
17 de direito só funciona com regras e normas que têm de ser respeitadas. E o que fez aqui foi
18 pura defesa das regras que criaram. Se inventa algo de acordo com o seu gosto pessoal, aí,
19 sim, isso seria antiético, e não a sua postura, que foi ética, de acordo com a lei, e com cuja fala
20 tentou ser alegre e simpático para aliviar um pouco o ambiente pesado. A Conselheira
21 WALKIRIA HANADA VIOTTO diz que quando se estabelece qualquer concurso, qualquer
22 processo seletivo, as pessoas da unidade têm suas preferências, torcem etc. O que reafirma
23 mais uma vez é que toda vez que houve uma avaliação formal, legal ou em relação aos pontos
24 em que se alegava de conflito de interesse ou outras questões, sempre ficou claro que não
25 havia e que as acusações não se sustentavam. O professor Geromel mencionou o fato de a
26 pessoa ser marido ou ser orientador; isso vai existir sempre. Acredita que a maioria dos
27 candidatos que faz concurso na FEA é formada por ex-alunos da Faculdade, então esses casos
28 serão recorrentes. E o que lhe chama bastante a atenção e que lhe move, inclusive, a se
29 colocar, é que sabem que às vezes algo escapa, e questões mais sérias já ocorreram várias
30 vezes na FEA e nunca ninguém entrou com recurso. O fato de um professor ter um trabalho
31 em conjunto ou ser orientador não é problema; precisam ter um pouco de calma e perceber
32 que não podem ter dois pesos e duas medidas. Em alguns lugares o resumo pode ser uma
33 coisa muito importante, enquanto em outros pode não valer nada. Na FEA, se resumo de
34 Slaca for considerado conflito de interesse – e é por isso que a congregação votou
35 majoritariamente nessa proposta, todos sabiam que estava votando em relação ao resumo,
36 porque isso foi discutido nos quatro departamentos –, nunca terão banca para colocar, porque
37 sempre haverá conflito de interesse. E o interessante nesse caso é que o argumento vai
38 mudando à medida que as coisas vão sendo refutadas ou se mostra que não são da forma
39 como consta nos recursos ou nas colocações inclusive da Diretoria. Primeiro a questão era de
40 conflito de interesse com um, agora seria com outro, então é algo sem fim. Acredita que se

1 pode gostar ou não do resultado da banca; ela também não gostou de alguns resultados. Mas
2 isso não quer dizer que questionará inclusive a honra das pessoas, o que ela considera muito
3 grave. Pede desculpas se algumas coisas não ficaram claras, mas a história é bastante longa.
4 Acaba ficando até nervosa com essa situação, porque se trata de pessoas que conhece, então
5 não é algo agradável ficar discutindo as divergências que acredita que deveriam se restringir à
6 própria unidade, mas, infelizmente, isso está sendo necessário. O Conselheiro DANIEL
7 PEREIRA diz que esse é um assunto ruim porque suscita paixões e ódios; por ser difícil
8 manter a racionalidade, a decisão sempre é complicada. Fará alguns comentários gerais e
9 colocará uma opinião pessoal, que talvez seja distinta de vários outros, mas muitos aqui terão
10 posições distintas. A primeira constatação que faz é que é um processo claramente não
11 corriqueiro, tanto que está aqui como recurso ao Conselho Universitário. Mas, analisando a
12 documentação associada ao processo, ficam evidentes as inúmeras contradições que ele
13 contém, seja de pareceres contraditórios, de comissões contraditórias, de recursos, de decisões
14 divergentes por parte de congregação, Cadi, CAD, questionamentos de formas diferentes,
15 pareceres da PG e de comissões internas. Só por aí já fica claro que foi um processo que
16 nasceu mal, então a chance de ele terminar mal é enorme, infelizmente, e tem a sensação de
17 que ele não vai nem terminar aqui, hoje. De maneira geral, todo processo que envolve
18 aspectos de natureza polêmica e de disputa pode ser analisado de vários pontos de vista
19 diferentes. Não é apenas uma questão que deve definir o resultado final; por exemplo, existem
20 aspectos legais de formalidade, como parecer da Procuradoria Geral etc. É um fator
21 importante na discussão e não necessariamente deve ser o definitivo. Existem também
22 aspectos orçamentários, acadêmicos, pessoais e políticos. Quem tem melhor condição para
23 fazer uma discussão aprofundada desses aspectos todos e com base neles tomar uma decisão
24 de custo-benefício sobre homologar ou não o resultado, ou anular ou não, é a congregação da
25 unidade. Entende que a formalidade diz que a congregação homologou o resultado, mas acha
26 que não podem desprezar que essa homologação se deu com 17 votos contrários e 10
27 favoráveis. No argumento da CAD que olhava esse aspecto, era legítima a argumentação de
28 que foi homologado. Entretanto, estão agora em uma instância superior onde existe um
29 recurso de nulidade e a manifestação da unidade, por 17 votos a 10, foi por não homologar.
30 Não há dúvida de que o debate na unidade foi extremamente difícil, profundo, medindo todas
31 as consequências acadêmicas, políticas, didáticas etc. A formalidade, o aspecto legal disse que
32 está homologado; agora, estão em uma outra instância que também faz considerações de
33 aspectos legais, acadêmicos, pessoais, políticos. E, nesse sentido, o seu posicionamento será
34 pela manifestação da unidade, de 17 votos contrários pela homologação e 10 votos favoráveis
35 à homologação. Já se falou aqui de autonomia das unidades, isso não significa independência,
36 mas é um assunto relevante. Em pouco mais de seis meses, é o segundo assunto que chega em
37 forma de recurso aqui no Consu com esse aspecto. A questão da autonomia também é
38 controversa, existem opiniões distintas; há os que apoiam a autonomia completa e os que
39 consideram que a autonomia deve ser dentro da institucionalidade, mas é um aspecto
40 importante a se considerar. Votará pela nulidade porque acompanha os 17 votos contrários,

1 contra os 10 favoráveis. Como última colocação, diz que esse aspecto da autonomia das
2 unidades é tão relevante que na última eleição para representação docente para o Consu uma
3 chapa colocou como um princípio a defesa da autonomia das universidades; do ponto de vista
4 dos membros daquela chapa, e isso foi um compromisso público, a autonomia da
5 Universidade se dá com a autonomia das unidades. É a posição pública dos componentes
6 daquela chapa, não está dizendo que é a dele. Mas, para perceberem como norteia essa
7 discussão dentro da Universidade, todos os membros daquela chapa foram eleitos e estão hoje
8 aqui no Consu. E é provável que eles tenham tido um bom número de votos, porque muitos
9 consideraram que aquela era uma boa causa de se defender. Do ponto de vista de diretor de
10 unidade, acha muito importante que nos momentos possíveis defendam a posição das
11 unidades. E não tem dúvida, como disse, de que na FEA tiveram os maiores argumentos e
12 indicadores para que essa questão fosse analisada. Sendo assim, votará pela nulidade do
13 processo seletivo, inclusive tendo em vista que acredita que a unidade tenha considerado o
14 aspecto de que valha a pena se fazer concurso público e não processo seletivo. O Conselheiro
15 MOHAMED HABIB diz que está seguindo a posição da unidade, que acatou a decisão da
16 comissão julgadora. O Conselheiro JORGE MEGID NETO diz que, com a fala do professor
17 Daniel, ficou em dúvida e pede um esclarecimento sobre como foi a votação na congregação
18 da unidade, e confirma que foram 17 votos a 10. O Conselheiro MÁRIO JOSÉ ABDALLA
19 SAAD diz que estão em um lugar onde as pessoas argumentam muito bem; as visões são
20 muito diferentes, e a argumentação é feita de acordo com a conveniência. Não vê nenhum
21 problema nesse processo, acha que ele nasceu naturalmente, a congregação indicou uma
22 banca, e claramente, pelo que viram na CAD, não há conflito de interesse nenhum. O que
23 aconteceu foi que, depois que saiu o resultado, um grupo inconformado criou um tumulto
24 alegando, difusamente, vários problemas, sendo um deles conflito de interesse. Depois, que a
25 prova tinha uma questão que não poderia ter aparecido. Então, procurou-se um argumento
26 para anular o concurso, é preciso deixar isso claro. E se há maioria, é possível fazer a
27 congregação votar, sim, mas isso também não aconteceu. Os dois terços não foram atingidos,
28 e então a congregação homologou o concurso. O problema começa no momento em que, e aí
29 sim acredita que fica claramente evidenciado o conflito de interesse, a orientadora do
30 candidato que está recorrendo vai convencer a Cadi que existia conflito de interesse anterior,
31 sem se apresentar como orientadora do candidato; e vem aqui na CAD e faz uma defesa
32 apaixonada. Então, criou-se um tumulto onde não existia. Portanto, se existiu conflito de
33 interesse, foi na defesa da anulação do concurso. Entende que quem perde sempre reclama
34 mesmo, é natural, mas observa que se forem questionar a decisão de todas as bancas de todos
35 os concursos, terão de criar uma câmara só para analisar concurso, onde as pessoas
36 inconformadas, usando de seus cargos de representação, defendem seus pontos de vista. Acha
37 que é um processo tranquilo de decidir. Ele foi tumultuado no meio, se quis tumultuar porque
38 se quis anular, mas acredita que a decisão seja simples. E votando pela homologação do
39 concurso estarão respeitando a congregação e a banca; é esse o caminho natural. Fora isso, é
40 procurar tumulto e problema onde não existem; é se deixar influenciar por quem instalou o

1 conflito de interesse. O Conselheiro VIVALDO SILVEIRA JUNIOR, em aparte, diz que
2 algumas afirmações feitas pelo professor Mário são interpretações, não verdades absolutas. O
3 Conselheiro MÁRIO JOSÉ ABDALLA SAAD questiona se a professora Gláucia era a
4 orientadora do candidato que recorreu. O Conselheiro VIVALDO SILVEIRA JUNIOR diz
5 que havia três candidatos. O Conselheiro MÁRIO JOSÉ ABDALLA SAAD responde que se
6 refere à pessoa que recorreu. Era orientadora, por isso não foi ética sua atitude de ir à Cadi
7 defender a anulação do concurso, caracterizando assim um conflito de interesse. O
8 Conselheiro VIVALDO SILVEIRA JUNIOR responde que tinham dois recursos, dos dois
9 outros candidatos que perderam. O Conselheiro MÁRIO JOSÉ ABDALLA SAAD diz que
10 em nenhum momento falou inverdades, e que está colocando um fato, que inclusive está
11 registrado, de o orientador do candidato derrotado ir à Cadi e à CAD defender seu orientado.
12 A regra diz que o orientador não deve participar de processo seletivo, mas aqui é o orientador
13 defendendo arduamente o seu orientado. Também não gostaria que um aluno seu perdesse um
14 concurso, isso é natural. Mas eticamente, em termos de conflito de interesse, essa defesa está
15 errada. O Conselheiro VIVALDO SILVEIRA JUNIOR lembra que há outros dois candidatos,
16 e esse candidato a que o professor Mário se refere já está empregado na Universidade Federal
17 de São João Del-Rei, então a professora Gláucia está defendendo o contexto, porque é o
18 princípio da discussão, e ela é a representante da FEA na Cadi, por isso ela tinha de defender
19 a questão do que a congregação colocou como mérito. O Conselheiro MÁRIO JOSÉ
20 ABDALLA SAAD responde que se ela tinha de defender a congregação, deveria ter
21 defendido homologar o concurso. O MAGNÍFICO REITOR lembra que é por isso que o
22 recurso é só de nulidade e vem para o Conselho Universitário. Anular um concurso é uma
23 decisão muito séria. O Conselheiro JOSÉ CLÁUDIO GEROMEL diz que vê problemas em
24 todas as partes envolvidas nesse concurso. A orientadora que, de uma forma ou de outra,
25 como disse o professor Mário, veio aqui defender, assim como do outro lado, o professor que
26 participou da banca e que publicou resumos com a candidata vencedora. Portanto, de parte a
27 parte há problemas. Salienta o que disse o professor Alcir Pécora, a respeito do seguinte:
28 quando se colocou rigorosamente em função dos aspectos formais, e disse que para ele um
29 resumo contém conflito de interesse, quis dizer que talvez tenham de manter todas as regras
30 da Universidade, mas fazer com que as pessoas se conscientizem que ela deve ir além. É
31 preciso proteger a Universidade nesse sentido. O sistema como um todo, se ficarem
32 estritamente no que diz a regra, aí, sim, terão de, todo tempo, estar aqui no Conselho
33 Universitário tendo uma discussão como esta. Precisam ir um pouco além. No primeiro caso
34 que tiveram de analisar, hoje, ocorreu algo muito semelhante. Em um concurso ocorrido na
35 Faculdade de Tecnologia, em Limeira, um docente da Faculdade de Engenharia Elétrica foi
36 colocado na banca, e um dos candidatos também era da Feec. Segundo a PG, não há conflito
37 de interesse; mas não é uma situação prudente, pois poderia suscitar um questionamento
38 posterior. É assim que imagina que devam fazer, isto é, ir um pouco além do que se
39 estabelece, para que sejam protegidos os procedimentos e não chegue aqui uma discussão
40 desse tipo. O Conselheiro LUIS ABNER SILVA ESPINOZA diz que concorda com o

1 professor Geromel. Acredita que o início de tudo ocorre quando da definição da banca, e
2 sabem que a definição da banca não é um voto de confiança; ela é definida por regras e
3 existem regras que definem conflito de interesse, e nesse aspecto é válida a preocupação do
4 professor Vivaldo de como esses conflitos de interesse são definidos, e essas definições talvez
5 precisem ser mais bem trabalhadas. Concorda também com a proposta do professor Geromel
6 de corrigir esses erros em bancas futuras, para que se evitem novos recursos de nulidade.
7 Também concorda com a professora Walkiria que resumos ou trabalhos apresentados no
8 Slaca, que tem ampla participação dos alunos da FEA, não devem ser impedimento; mas um
9 laço familiar, seja ele qual for, é um conflito de interesse, e tem de ser evitado. E, na dúvida,
10 ou volta-se a discussão à congregação ou se abstém da votação. O MAGNÍFICO REITOR diz
11 que a possibilidade de voltar não existe; somente o Consu pode decidir esse recurso. Portanto,
12 votarão o parecer da Procuradoria Geral, que é contra o recurso de nulidade. Votarão
13 diretamente: a favor da anulação do concurso ou contra a anulação do concurso, ou seja,
14 confirmando a homologação e o que foi decidido pela banca e pela CAD. Não havendo mais
15 observações, submete à votação o parecer exarado pela PG referente ao item 20, sendo
16 aprovado com 34 votos favoráveis, 05 contrários e 11 abstenções o Parecer PG, sendo
17 rejeitado o recurso, portanto mantida a homologação do processo seletivo. O Conselheiro
18 ALVARO PENTEADO CRÓSTA solicita fazer uma declaração de voto, dizendo que votou
19 contra a anulação do concurso, e o fez para seguir rigorosamente o que decidiu a congregação
20 da FEA. O MAGNÍFICO REITOR diz que o próximo item é um destaque obrigatório, o item
21 21, objeto do Proc. nº 01-P-17471/99, em nome de Luís Cláudio Balan de Campos, aluno do
22 IFCH, que trata do recurso interposto pelo interessado em face da decisão da CCG contrária à
23 solicitação de trancamento de matrícula para o 1º semestre/2008 (Deliberação CCG nº 195/08
24 (contrária) – Pareceres PG 2061/09 e 1579/10 - Deliberação Cepe-380/11 e Consu-08/10).
25 Esse processo foi retirado de pauta porque havia um problema de ordem médica a ser
26 considerado, e está de volta para deliberação. O Conselheiro LUIS ABNER SILVA
27 ESPINOZA diz que defendeu este caso na Cepe, e se possível gostaria de fazê-lo novamente.
28 O MAGNÍFICO REITOR diz se tratar de um aluno que teve grande número de trancamentos
29 de matrículas e apresentou vários atestados médicos. O Conselheiro LUIS ABNER SILVA
30 ESPINOZA explica que, quando o caso chegou à Cepe, ele já tinha passado pela CCG,
31 obviamente, e o aluno recorreu mais uma vez. Foram dadas sucessivas oportunidades de
32 trancamento a esse aluno, que havia, em seus recursos, alegado que sempre que pediu o
33 trancamento era devido a motivos de saúde, e atestava que esses motivos de saúde impediam,
34 sim, o andamento do seu curso. Esse aluno passou diversas vezes no vestibular, o que prova
35 que não é falta de capacidade, mas exatamente um problema de saúde. E a discussão toda na
36 Cepe se iniciou na impossibilidade de o Regimento prever mais do que dois trancamentos,
37 mas então a discussão por causa do motivo de saúde começou a ser favorável ao aluno, nas
38 falas dos representantes. Mas, estava sendo votada a reconsideração sobre um trancamento de
39 matrícula desse aluno de 2008, e alguns professores, mesmo sendo favoráveis, apresentaram
40 dúvidas em relação aos atestados médicos por ele apresentados. Então, a Mesa retirou o

1 assunto de pauta para acompanhamento médico ou perícia feita pela Unicamp. Então, as falas
2 na Cepe foram favoráveis ao aluno e pediam simplesmente o laudo médico. Passa à leitura da
3 comprovação do caso: "Venho, por meio desta, relatar a perícia realizada sobre o aluno Luís
4 Cláudio Balan de Campos, com a finalidade de informar a esta Universidade e de preservar a
5 privacidade do aluno. Segundo a perícia realizada em 11 de outubro de 2011, o aluno
6 apresenta um transtorno na área de saúde mental. Tal transtorno tem caráter recorrente. Na
7 data de avaliação, entretanto, o aluno apresentava-se estabilizado, em condições de frequentar
8 regularmente as aulas". Ou seja, em 2011, e o pleito é de 2008. Acredita que, preservando a
9 discussão que foi feita na Cepe, e tendo aqui atestado o caso do aluno, devem ser favoráveis à
10 sua reconsideração e reintegração; e, desta vez, que seja estipulado um acompanhamento, não
11 pensando simplesmente na exigência, na formação rápida, porque sabem que nesse caso deve
12 haver acompanhamento diferenciado, para que ele tenha meios para concluir sua graduação.
13 O Conselheiro PAULO EDUARDO MOREIRA RODRIGUES DA SILVA, respondendo a
14 uma observação do conselheiro Luis Abner de que a documentação do caso estaria
15 incompleta, diz que o que não está na pauta é o laudo do perito, por se tratar de uma questão
16 de foro íntimo e de sigilo profissional. Solicitaram à Faculdade de Ciências Médicas, através
17 do seu diretor e da chefia do Departamento de Psiquiatria, que se manifestasse em relação ao
18 laudo. Então, ela se manifestou sem entrar no detalhe pericial. O Conselheiro ALAN GODOY
19 SOUZA MELLO diz que, como todos aqui, não teve acesso ao laudo do perito, mas dará um
20 depoimento muito pessoal sobre uma situação parecida. Há um ano e meio ele se encontra em
21 tratamento para depressão; hoje está aqui no Conselho Universitário falando bastante, mas há
22 um ano e meio não conseguia nem mesmo se levantar da cama. Então, acredita que essa
23 lentidão em verificarem os processos, e que é uma lentidão recorrente, em ser julgado e
24 depois passar pela perícia, nesse caso dois anos depois que o aluno entrou com recurso, exige
25 que aceitem o recurso do aluno. Não há como, porque permitiram que não se obtivesse a
26 avaliação na hora em que o aluno estava alegando a incapacidade; e, portanto, precisam
27 confiar na palavra dele, pois é só o que possuem. O Conselheiro PAULO EDUARDO
28 MOREIRA RODRIGUES DA SILVA diz que não foi um momento só, foram várias
29 passagens, tanto é que a interpretação do laudo fala em "transtorno recorrente". Esse aluno
30 prestou cinco vezes o concurso de vestibular para diferentes unidades da Unicamp e foi
31 aprovado todas as vezes. Então, do ponto de vista intelectual, ele é muito capacitado. Mas ele
32 não conseguiu cumprir as exigências da Universidade, provavelmente pelo diagnóstico que
33 tem. O Professor SIDNEY CHALHOUB diz que nas ocasiões anteriores em que esse
34 trancamento foi concedido se reconheceu uma excepcionalidade, visto que é uma questão de
35 saúde. Há um laudo de um psiquiatra da Unicamp, e há outros de profissionais externos
36 também, atestando que o problema de saúde é real. Não vê prejuízo para a Universidade que,
37 por motivo de saúde, já que ela já reconheceu outras vezes a exceção do caso, continue a
38 reconhecer isso e conceda ao aluno mais essa licença. Deveria ser considerada a possibilidade
39 de que em casos de saúde comprovados por laudos médicos não haja limite de trancamento,
40 porque não há sentido em estabelecer esse limite. O Conselheiro GUILHERME ARAÚJO

1 WOOD diz que é favorável ao recurso do aluno, pois, apesar de o Regimento não prever essa
2 situação, trata-se de uma excepcionalidade. Mas gostaria que esse aluno tivesse um
3 acompanhamento contínuo por parte do Departamento de Psiquiatria da FCM, e que se
4 buscasse ao mesmo tempo preservar o sigilo médico de toda situação, mas também que, de
5 alguma forma, o acompanhamento pedagógico ou psicológico dele seja contínuo e não apenas
6 uma questão pontual, sempre sendo acompanhado até a conclusão do curso. O Conselheiro
7 ADALBERTO BONO MAURIZIO SACCHI BASSI diz que sempre acompanha o parecer da
8 CCG, mas desta vez é claramente favorável à exceção. Esse caso o remete a um outro
9 ocorrido décadas atrás no Instituto de Química. Concorde que esse aluno precisa de um
10 acompanhamento psiquiátrico da Universidade. Um laudo desses, assinado pelo professor
11 Paulo Dalgalarro, não lhe deixa a menor dúvida de que esse é um caso excepcional e tem
12 de ter apoio profissional desta Universidade. Não havendo mais observações, o Magnífico
13 Reitor submete à votação o item 21, sendo aprovado com 04 abstenções. Portanto, foi
14 aprovado o recurso do aluno. Nada mais havendo a tratar na Ordem do Dia, passa ao
15 Expediente. A seguir, diz que necessitavam de uma indicação de um diretor da área de
16 Humanas para membro suplente da CVND e o professor Fernando Sarti foi indicado, por ser
17 o diretor empossado mais recentemente, como já é tradição. Informa que a sessão solene de
18 entrega do *Prêmio de Reconhecimento Acadêmico “Zeferino Vaz”* será realizada dia 07 de
19 dezembro, às 10:00h, bem como os prêmios aos alunos do XIX Congresso Interno de
20 Iniciação Científica, e *Prêmio Inova Unicamp de Iniciação 2011*. A sessão extraordinária do
21 Consu para a discussão do orçamento será realizada no dia 20 de dezembro. As comissões
22 julgadoras locais já elegeram os melhores projetos da edição 2011 do *Prêmio Paepe*. Foram
23 inscritos 193 projetos nos diversos órgãos e unidades, dos quais foram selecionados 37 para
24 concorrer ao melhor projeto da Unicamp. Cada um desses 37 ganhará um prêmio, e dentre
25 eles sairá o melhor de todos. Lembra que o responsável por cada um desses projetos receberá
26 um prêmio de R\$3,700 mil. Em relação a premiações, registra que o professor aposentado da
27 FCM Aníbal Faúndes recebeu o *Prêmio “Allan Rosenfield”* pelas suas contribuições ao
28 planejamento familiar internacional. A entrega aconteceu no Fórum Anual da Sociedade de
29 Planejamento Familiar de Nova York, realizado em Washington. O trabalho “Análise de
30 instrumentais cirúrgicos para aquisição em hospital universitário”, de autoria de Kátia Vieira,
31 da Central de Materiais Esterilizados do Hospital de Clínicas, recebeu a premiação máxima
32 do IV Congresso Brasileiro de Hospitais Universitários e de Ensino, em Brasília, em 20 de
33 outubro passado. O livro *Encruzilhadas da liberdade: história de escravos e libertos da
34 Bahia, 1870-1910*, de Walter Fraga Filho, publicado pela Editora da Unicamp, em 2006,
35 dentro da Coleção Várias Histórias, é o vencedor do *Prêmio “Clarence Haring”*, da
36 American Historical Association. Um prêmio importante que destaca o mais relevante
37 trabalho sobre a história latino-americana publicado nos últimos cinco anos. Será entregue em
38 06 de janeiro, em Chicago. O professor Anderson de Rezende Rocha, do Instituto de
39 Computação, foi eleito para a Academia Brasileira de Ciências, como jovem pesquisador. A
40 pesquisadora Natália Christofolletti Barrenha, do Instituto de Artes, conquistou o prêmio de

1 melhor pôster na XIX Jornada de Jovens Investigadores, realizada no final de outubro, na
2 Cidade do Leste, no Paraguai. A professora e enfermeira Izilda Esmênia Araújo foi vencedora
3 da primeira edição do *Prêmio “Professora Doutora Irma de Oliveira”*. Esse prêmio foi
4 instituído pela diretoria da Faculdade de Ciências Médicas em conjunto com a coordenação
5 do curso de graduação em Enfermagem com o objetivo de reconhecer a dedicação do
6 professor e sua contribuição ao ensino. A entrega do prêmio foi no dia 21 de novembro, no
7 Anfiteatro da FCM. Parabeniza a todos. Em seguida, passa a palavra aos conselheiros que se
8 inscreveram. Informa que são quase 19 horas e solicita que sigam a norma de três minutos
9 para cada intervenção. O Conselheiro CLÁUDIO JOSÉ SERVATO lembra que o grupo
10 Apesar tem marcado presença, nos últimos anos, através de seus representantes eleitos e
11 coerentes com os compromissos pelos quais se propõem quando disputam as eleições. Sempre
12 solicitam nesta Casa benefícios que visam a melhorias para o conjunto de profissionais.
13 Sempre lutam por mais investimentos e avanços, e isso vem ocorrendo ao longo dos últimos
14 anos. O grupo Apesar acompanha as ações da Universidade quanto aos benefícios oferecidos,
15 buscando institucionalmente melhorias e aprimoramento nesse campo. Nestes 12 anos de
16 história do grupo, sempre lutaram por bandeiras institucionais, e o compromisso é com a
17 categoria, com o funcionário. A bancada, através de seus representantes na COP, CAD, Consu
18 e outras instâncias, luta constantemente para que haja recursos financeiros anualmente para o
19 processo avaliatório. Esse ponto será discutido na revisão orçamentária, pois é necessário que
20 ele seja fixo no orçamento da Universidade. O grupo Apesar vem acompanhando o
21 andamento do assunto do Regime Único na Suprema Corte, em Brasília, e espera que a
22 Universidade, no futuro, tenha um regime único para todos os funcionários. O grupo Apesar
23 trabalhou, e muito, para que os funcionários celetistas tivessem direito à sexta-parte, e hoje é
24 uma realidade. Pecúnia para os servidores Esunicamp quanto à licença-prêmio é uma bandeira
25 do grupo Apesar nesta Casa e Universidade. Esta demanda é dos servidores e o grupo é porta-
26 voz nesta Casa para esse assunto. Durante anos estão solicitando os mesmos direitos dos
27 policiais do Estado de São Paulo e professores da rede estadual. Esperam que a Universidade
28 implante esta demanda, pois tanto a Universidade quanto os funcionários serão beneficiados.
29 Registra aqui que vem se discutindo esse assunto desde 2008; somente neste ano de 2011 foi
30 inserida na pauta específica do STU. As reivindicações estão registradas nas Atas da CAD,
31 Consu e COP. A Universidade precisa estudar mecanismos para equiparar com a USP e
32 Unesp o valor do piso salarial. É necessário que as três universidades tenham o mesmo piso
33 para seus funcionários. Outro assunto seria sobre a greve. Importante as negociações quanto à
34 greve terem continuidade, e esperam que a Reitoria estude e implante as demandas da
35 categoria. Os funcionários trazem contribuição para que a Unicamp alcance os resultados de
36 excelência que marcam sua trajetória. Para finalizar, diz que participou da reunião com a
37 bancada de funcionários do Consu juntamente com representantes do STU ontem na
38 Adunicamp. Elaboraram o documento sobre sua posição quanto à atual situação da categoria
39 sobre a greve. Importante salientar que estão solicitando isonomia com a USP quanto ao valor
40 do auxílio-alimentação, desde 2003. Solicita à Secretaria Geral que entregue ao Magnífico

1 Reitor o manifesto elaborado pelos titulares e suplentes da bancada de servidores junto ao
2 Consu sobre o momento que a categoria de funcionários vive atualmente quanto à greve, e
3 solicita ao doutor Fernando autorização para disponibilizar aos conselheiros o manifesto da
4 bancada. Para finalizar, gostaria de ler o documento que foi elaborado ontem na Adunicamp:
5 “Magnífico Reitor, professor doutor Fernando Ferreira Costa. Tendo em vista a mobilização
6 dos servidores técnico-administrativos da Unicamp, em greve há 42 dias, a bancada dos
7 servidores no Consu solicita ao Magnífico Reitor a imediata reabertura de negociação com o
8 Sindicato. A bancada propõe também que os recursos de excedentes do ano de 2011
9 arrecadados acima do previsto sejam destinados a uma política de isonomia para os
10 trabalhadores técnico-administrativos a ser discutida com o STU. Atenciosamente,
11 representantes da bancada de servidores técnico-administrativos no Consu, Unicamp”. O
12 MAGNÍFICO REITOR diz que responderá no final, mas as reuniões aconteceram, só que a
13 discussão sobre data-base é em maio. O Conselheiro ADILTON DORIVAL LEITE diz que
14 não repetirá o que o conselheiro Cláudio já colocou. Também pertence ao grupo Apesar e
15 apenas reafirma que a bandeira central do grupo sempre foi e será de compromisso com os
16 direitos e conquistas dos funcionários. A forma de agir do grupo Apesar será sempre com
17 transparência e luta pelos interesses dos funcionários da Unicamp. Portanto, as bandeiras do
18 grupo são basicamente as mesmas que o Sindicato está defendendo, neste momento, são
19 bandeiras históricas e em várias delas já tiveram alguns avanços, talvez não no ritmo que as
20 pessoas gostariam que acontecessem, mas, enfim, talvez seja no ritmo que foi possível. Então,
21 como membro do grupo Apesar e conselheiro eleito para representar os interesses dos
22 funcionários, manifesta seu apoio às reivindicações dos funcionários. O Conselheiro
23 ALBERTO SOARES DA SILVA diz que, como representante do Dieese, tem acompanhado
24 durante esses quarenta dias o desenrolar do movimento grevista, que acredita que afeta a
25 todos. E, como sindicalista, sabe que é muito difícil sair de uma greve. Há um impasse
26 instaurado. E, nesse sentido, faz um apelo ao Conselho Universitário. Pelo que está
27 percebendo, existem questões de ordem orçamentária e de ordens administrativa e política
28 envolvendo essa paralisação. Crê que este Conselho é soberano para inclusive fazer ajustes no
29 orçamento, revê-lo e reorientá-lo, de sorte que possa contemplar as reivindicações dos
30 trabalhadores. É preciso, por parte do Conselho Universitário, bem como por parte da
31 Reitoria, um gesto de maneira concreta no intuito de superar os impasses. Seu apelo, então,
32 como conselheiro, é que sejam reabertas as negociações para o andamento da Universidade e
33 para o atendimento à reivindicação dos trabalhadores. O MAGNÍFICO REITOR diz que as
34 conversas sempre existiram; e que as negociações quanto à data-base serão em maio. Informa
35 que estão com número de conselheiros abaixo do quórum mínimo e a sessão, portanto, se
36 encerrou. O Conselheiro LUIS ABNER SILVA ESPINOZA diz que estão no Expediente, e
37 não tem deliberação alguma, e que essa postura não se via antes, em outras reitorias. O
38 Conselheiro JOÃO RAIMUNDO MENDONÇA DE SOUZA diz que está inscrito no
39 Expediente e acha que ficou prejudicado. Acha que seria importante que a reitoria ouvisse as
40 manifestações dos conselheiros para que pudessem expor as opiniões. Obviamente que isso

1 depende de uma situação de ajuste, de negociação, mas é importante que se ouça a
2 manifestação dos conselheiros para poderem ter um encaminhamento dessa situação de
3 impasse. Gostaria de ter a fala garantida, mesmo sabendo das dificuldades do quórum e do
4 adiantado da hora. O MAGNÍFICO REITOR esclarece que não há quórum para continuar a
5 Sessão. Nada mais havendo a tratar, declara encerrada a Sessão e, para constar, eu, Lêda
6 Santos Ramos Fernandes, Secretária Geral, lavrei a presente Ata e solicitei a Cláudia
7 Masliaev que a digitasse para ser submetida à aprovação do Conselho Universitário.
8 Campinas, 29 de novembro de 2011.

***NOTA DA SG:** A presente Ata foi aprovada na **126ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO**, realizada em 27 de março de 2012, sem alterações.*